



RAÍZES



Ano XI - Nº 21

São Caetano do Sul

Julho de 2000





Nossa Capa

Durante todo o período colonial, a Coroa Portuguesa teve receio da invasão do território brasileiro por outras nações. Por isso restringia a entrada de estrangeiros na colônia, a fim de impedir a divulgação da exuberância dos recursos e das belezas naturais das terras brasileiras que tanto aguçavam a curiosidade dos cientistas, a imaginação dos artistas e a perplexidade dos viajantes europeus.

Com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, e a abertura dos portos para as nações amigas, esse panorama começou a mudar, possibilitando o tra-

balho de muitos estudiosos, que, invariavelmente, eram acompanhados por grandes artistas, que retrataram a Natureza e a sociedade brasileiras a partir das primeiras décadas do século XIX.

Dentre todos os artistas que estiveram no Brasil nesse período, o alemão Johann Moritz Rugendas (1802-1858) foi um dos que melhor reproduziu em sua obra aquilo que viu. Chegou como integrante da expedição comandada pelo barão russo Langsdorff, com quem logo se desentenderia, prosseguindo viagem sozinho. Entre 1821 e 1825, percorreu as províncias do Rio de

Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Bahia. Retornou à Europa onde, entre 1827 e 1835, produziu o livro *Viagem Pitoresca pelo Brasil*, com textos elaborados pelo escritor V.H. Huber, que comentou com precisão os detalhes de cada imagem selecionada para publicação.

Rugendas procurou sistematizar suas representações, elaborando um roteiro de viagem que partia do litoral para o sertão, pintando as paisagens, as pessoas e as cidades que encontrou. É o caso do quadro *Rio Inhoemirim*, onde retratou as características da região periférica à cidade do Rio de Janeiro.



Fundação Pró-Memória

São Caetano do Sul

Ano XI - Número 21
Publicação semestral
Distribuição gratuita

ISSN 1415 - 3173

Publicação da Fundação
Pró-Memória de São Caetano do Sul

Julho de 2000

Avenida Goiás, 600 - Térreo
CEP 09521-300 - São Caetano do Sul (SP)
Fonefax (011) 4221-9008 e 4221-7420
www.mp.usp.br/fpm

Editor/Jornalista responsável

Aleksandar Jovanovic

(MTb 13.165 - Sjesp 7.290)

Redação

Antônio Reginaldo Canhoni (fotografias)

Claudinei Rufini

Erika Martin (digitalização de imagens e organização)

Jayne da Costa Patrão (ilustrações)

José Roberto Gianello (pesquisa)

Kelly Cristina Maregatti

Maria Aparecida Fedatto (secretaria e coordenação)

Yolanda Ascencio

Programação Visual e Paginação Eletrônica

Plano Piloto

Conselho Editorial

Ademir Médici, Aleksandar Jovanovic (presidente), Claudinei Rufini, Guido Fidélis, Jayme da Costa Patrão, José Roberto Gianello, Henry Veronesi, José de Souza Martins, Nívio Tessitore, Oscar Garbelotto, Silvio José Buso, Sônia Maria Franco Xavier, Valdenizio Petrolli.

Fotolitos e Impressão

Imprensa Oficial do Estado

A revista está aberta à colaboração de pesquisadores da História do ABC paulista. A seleção do material é de responsabilidade do Conselho Editorial. Originais encaminhados à Redação não serão devolvidos, com exceção de fotografias. Opiniões emitidas nos artigos são de exclusiva responsabilidade de seus autores e não refletem, necessariamente, a opinião da revista.

ÍNDICE

Artigos

4 *Origens dos Municípios da região do Grande ABC*

Henry VERONESI

17 *A arte religiosa e a arquitetura funerária revelam movimentos sutis e poéticos*

Nívio TESSITORE

21 *João Nicolau Braido (o Paraná) e Matheus Constantino são personagens inesquecíveis*

Domingo Glenir SANTARNECCHI



Inauguração oficial da Willys Overland do Brasil em São Bernardo do Campo, dia 7 de Março de 1958. Em pé, à esquerda, de perfil o deputado Cunha Bueno, presidente Juscelino Kubitschek, Marechal Lott, e sentado o cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota

25 *A presença da Willys Overland do Brasil no ABC e o depoimento de Mário Chekin*

29 *Um Olhar Viajante: série revela aspectos do Brasil Colonial*

Claudinei RUFINI

32 *Clube Lilim Mirim: O reino alegre das crianças nos anos 50*

Armando LOPES

33 *Momentos de grandes perdas: ganhamos, mas não levamos*

José Odair da SILVA

37 *Jaime Pereira, vulgo Galinho. Um nome para nunca ser esquecido*

Carlos GERCHTEL



Maquete do projeto original do Paço Municipal

39 *Antigo Paço Municipal, 31 anos como símbolo da cidade*

43 *Repartições públicas e suas sedes improvisadas para arrecadação de títulos*

Narciso FERRARI

45 *Ginásio do ABC, um empreendimento educacional que não foi adiante*

José Teixeira GONÇALVES

Memória

51 *Ex-combatente rememora experiências vividas na Itália*

Aleksandar JOVANOVIC

57 *O médico Abib João Kirche exerce atividades há 52 anos*

Yolanda ASCENCIO

59 *A história do cinema no Município faz parte da vida de Victoria Lorenzini*

62 *As olarias e as recordações do imigrante Joá*

Mário BOTTEON

64 *Teatro local centralizava atividades culturais nos anos 60*

José Armando Pereira da SILVA

69 *Milton Andrade: uma vida ligada ao desenvolvimento cultural*

75 *Raízes perde dois colaboradores*

78 *Santola Ana, uma UTI ambulante nas primeiras décadas do século*

Gisberto GRIGOLETTO

79 *Instituto Mauá de Tecnologia: integração com o progresso da região*

Jaqueline FALCÃO

81 *Há 76 anos era criada a Paróquia de São Caetano*

Personagens

82 *Mero Mário Basso, um artífice irrequieto e cheio de criatividade*

Oscar GARBELOTTO



Vendedor de Cestos. Integrante da exposição *O Trabalho*, da série *Um Olhar Viajante*

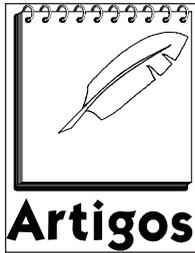
Registro

84

Memória Fotográfica

91

Origens dos Municípios da região do Grande ABC



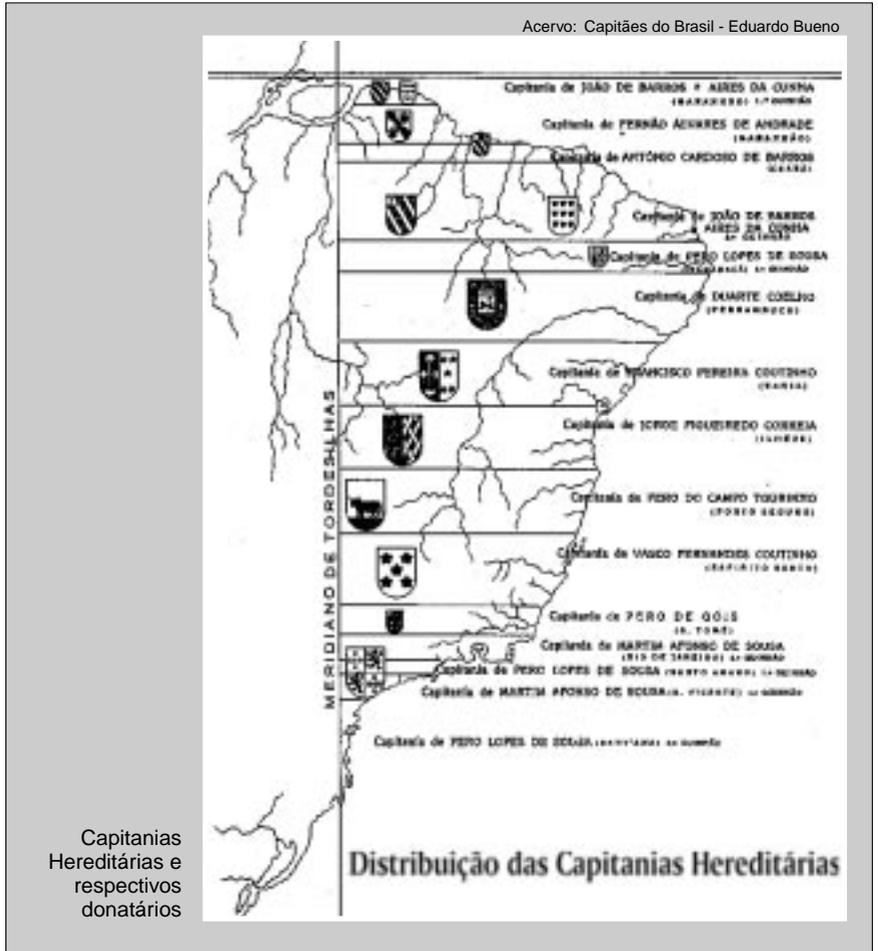
Henry VERONESI(*)

I- TRATADO DE TORDESILHAS - No fim do Século XIV - 1.494 - Portugal e Espanha, pelo

Tratado de Tordesilhas, ajustaram a demarcar as terras descobertas, ou que viessem a ser descobertas por qualquer das duas nações, apossando-se delas. Por aquele tratado, todas as terras descobertas seriam apossadas da seguinte forma: As descobertas a Oeste da linha reta que, partindo do Polo Norte ia até o Polo Sul, numa extensão de 370 léguas a oeste das Ilhas de Cabo Verde, pertenceriam a Castela (Espanha) e, as descobertas a Este, a Portugal. Os franceses aliados daquele tratado não aceitavam a validade jurídica do acordo e por isso transgrediam constantemente as normas estabelecidas. Eles na época se dedicavam muito ao tráfico do pau-brasil, um negócio que lhes era muito rendoso, porém ilegal de conformidade com os castelhanos e os portugueses.

O tratado, para os portugueses era uma garantia, pois, era uma proteção muito boa visto que protegia toda a costa atlântica brasileira, de onde era contrabandeado o pau-brasil. Por ele, era evitada a insistência inoportuna de outras nações ao Novo Mundo, principalmente ao desguarnecido e imenso litoral brasileiro.

Em 1.532, uma frota portuguesa, constituída de dez caravelas e mais alguns navios, partido de Lisboa com destino a Roma, numa missão especial, ancora no porto de Málaga



Capitâncias Hereditárias e respectivos donatários

para abastecer-se. Ao se preparar para partir, depara com a chegada de um navio, com a bandeira francesa, que também aportava naquele porto com a mesma finalidade. O comandante da frota portuguesa, ao tomar conhecimento das necessidades daquela nave, ofereceu os víveres necessários aos franceses, oferecendo-se ainda para comboiar o navio Peregrina até Marselha. Aceita a oferta pelos franceses, partiram de Málaga a frota lusa e o navio francês. No dia 15 de agosto, já em alto mar, os portugueses aprisionaram toda a tripulação do Pere-

grina e, numa breve revista, constataram o que desconfiavam: o navio francês estava traficando quinze mil toras de pau-brasil, três mil peles de onças, seiscentos papagaios e mil e oitocentos quilos de algodão, além de pimentas, óleos, etc. Além disso, os franceses, no litoral do Pernambuco, em Igarau tinham tomado uma feitoria portuguesa que fiscalizava a região.

Essa feitoria, logo depois, foi retomada pelos portugueses, sendo seus soldados presos e o comandante do posto, La Motte, enforcado.

O aprisionamento do navio Pere-

depois do desembarque, enquanto os portugueses preparavam-se para enfrentar uma luta contra os índios, dois homens - João Ramalho e Antonio Rodrigues - acompanhados dos caciques irmãos, Tibiriça, Piquerobi e Caiubi, e mais alguns índios, recepcionavam os portugueses, prometendo paz, desde que eles se limitassem a ficar na estreita faixa litorânea, permitissem a pesca e não molestassem os índios.

Martim Afonso, após o acordo, tratou de manter contato logo com os dois portugueses, pois entendeu que a ligação com eles seria mais conveniente do que com os caciques. Eles já residiam na região há mais de vinte anos, e era possível até conhecerem a região do *Rei Branco*.

V - JOÃO RAMALHO – Afonso de E. Taunay, em seu livro *João Ramalho e Santo André da Borda do Campo* - publicação comemorativa do Quarto Centenário da Fundação de Santo André - inicia o seu magnífico trabalho com a seguinte pergunta: *Em que data terá João Ramalho aportado ao Brasil?* Respondendo a própria pergunta diz: *É o que até hoje não se conseguiu apurar.*

Sabe-se, no entanto, pelas narrativas de Frei Gaspar da Madre de Deus - *Memórias Para A História da Capitania de São Vicente* - que Ramalho já se encontrava morando com sua família no planalto da serra de Paranapiacaba, há muitos anos. Residia a meia légua da borda do campo onde existia a capela de São Bernardo. Na época, ocupava o cargo de Guarda-mor do Campo de cima da serra de Paranapiacaba. Na sua narrativa, afirmava que Tebyriça, soberano dos guaianazes, tinha sua aldeia nas margens do ribeiro Piratininga ou Piratinin, como os nativos o chamavam, e que era afluente do rio Tyete ou Anhembi.

VI - FUNDAÇÃO DE SANTO ANDRÉ DA BORDA DO CAMPO – João

Ramalho, enaltecendo as belezas do interior da Capitania, concitou Martim Afonso a fundar novo povoado no local que ocupava, serra acima, chamado Borda do Campo. Martim Afonso subiu a serra de Paranapiacaba, e dirigiu-se para os campos de Piratininga a fim de fazer alguns reconhecimentos. Visitou diversas regiões e, ao voltar para a vila de São Vicente, mostrou-se contrário à idéia de Ramalho. Deliberou, então, proibir os brancos de se interessarem pelos campos, ordenando, ainda, para os que lá se encontrassem, que voltassem para São Vicente dentro do prazo de dois meses. A determinação do donatário foi ignorada pelo genro do cacique Tibiriçá que, por falta de recursos bélicos e morais, nada pode fazer.

No dia oito de setembro de 1553, o capitão-mor Antônio de Oliveira e o provedor da Fazenda Braz Cubas fundaram a vila de Santo André da Borda do Campo. No ano imediato Martim Afonso donatário das terras da Capitania de São Vicente ratificava o ato. João Ramalho chegou a exercer as funções de Capitão-Mór e de Alcaide de Santo André da Borda do Campo.

VII - EXTINÇÃO DA VILA DE SANTO ANDRÉ – Por volta de 1560, devido aos insistentes ataques dos índios Tamoyos, instigados pelos franceses, Mem de Sá, Governador Geral do Estado do Brasil, e que se encontrava em São Vicente, a pedido do padre superior do colégio dos jesuítas, Manoel da Nóbrega, obrigou a transmigração de todos os moradores da vila de Santo André da Borda do Campo para São Paulo de Piratininga.

Ali residiam os padres jesuítas, que mantinham boa harmonia e amizade com o cacique Tibiriçá. As determinações de Mem de Sá foram executadas, e Piratininga passou a denominar-se Vila de São Paulo de Piratininga da capitania de São Vicente.

Santo André da Borda do Campo foi completamente arrasado. Afonso de E. Taunay, a respeito, no livro já citado, assim se expressa: *Muito pouco, o que se sabe a cerca de Santo André da Borda do Campo. Nem sequer se pode hoje fixar o local, onde existiu a famosa povoação de João Ramalho.*

Se vestígio algum restou para comprovar a localização física exata da vila de Santo André da Borda do Campo, duvida alguma resta quanto à sua existência face que às provas históricas documentais existentes.

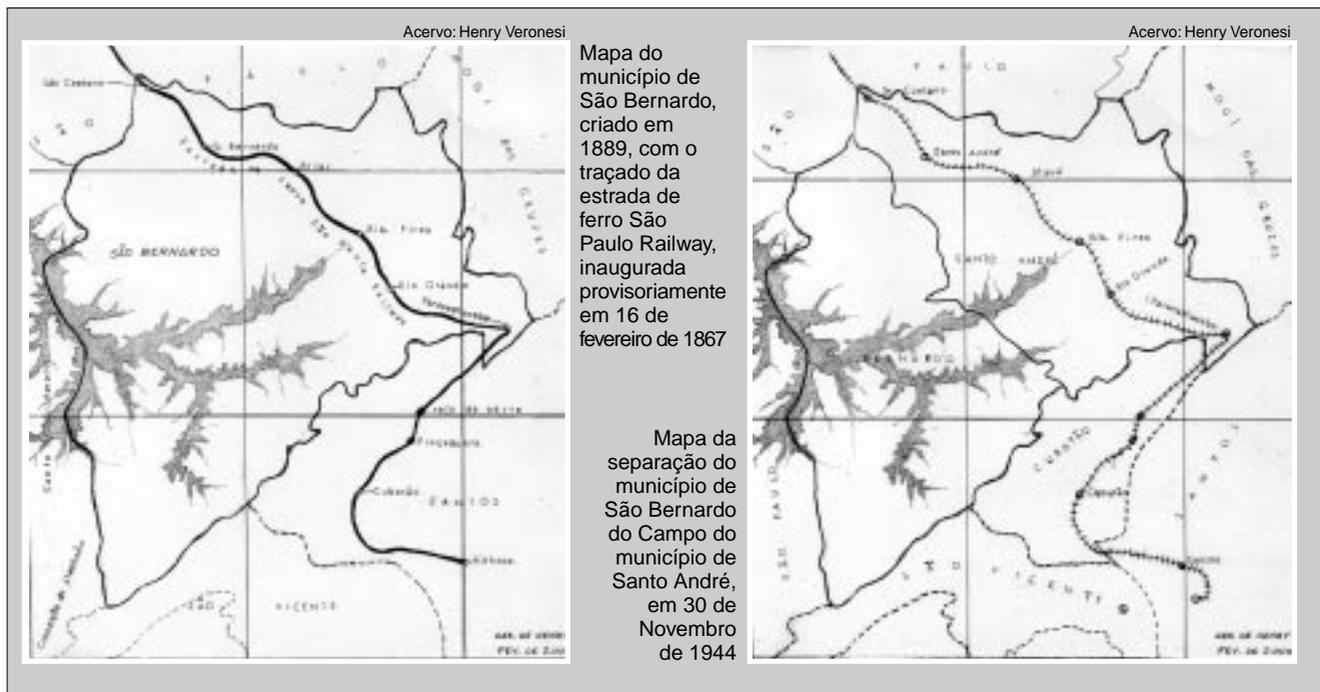
VIII - FAZENDA S. BERNARDO E FAZENDA S. CAETANO – Após a extinção da vila de Santo André da Borda do Campo, a região ficou no mais completo abandono. Por aqui só passavam os itinerantes que se dirigiam para o litoral pelo caminho do mar e que faziam parada para descanso e preces. Ali, mais tarde, foi construída uma capela para a imagem de Nossa Senhora da Conceição da Boa Viagem.

Ao redor dessa capela foi se constituindo nova população, formando uma pequena vila que se elevou, em 23 de dezembro de 1812, a Freguesia, denominada São Bernardo em homenagem a fazenda do mesmo nome, administrada pelos padres beneditinos.

Algumas sesmarias ainda eram cedidas pelos seus donatários, sobressaindo-se na produção agrícola as Fazendas de São Caetano e São Bernardo.

Em 1797, na Fazenda de São Caetano, foi inaugurada uma cerâmica em que eram produzidos telhas e tijolos para construção.

IX - CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO – Em 2 de março de 1889, pela Lei nº 38 o distrito de São Bernardo foi elevado à categoria de município. Sua instalação deu-se na própria vila a 2 de maio de 1890, conservado o



mesmo nome. Esse novo município foi criado com mais de 800 quilômetros quadrados de território.

Nele foram incorporados os distritos de Santo André, pela Lei nº 1.222-A, de 5 de novembro de 1907; Mauá, pelo Decreto nº 6.780, de 18 de outubro de 1934; Ribeirão Pires, pela Lei nº 401, de 22 de junho de 1895; Paranapiacaba, pela Lei nº 1.098, de 5 de novembro de 1907.

A Lei nº 804, de 9 de outubro de 1901, estabeleceu as divisas limítrofes dos municípios vizinhos. Na ocasião, faziam divisa com o município de São Bernardo os seguintes municípios: Conceição de Itanhaem; Santo Amaro; São Paulo (Capital); Mogi das Cruzes; Santos e São Vicente.

Por ocasião da criação do município de São Bernardo, a estrada de ferro São Paulo Railway já se encontrava em funcionamento. Ela tinha sido inaugurada, provisoriamente, em 16 de fevereiro de 1867, com um trajeto que ia de São Paulo (capital) a Santos. Intermediariamente, tinham sido construídas as

estações - paradas - de São Caetano, São Bernardo (Santo André), Pilar (Mauá), Ribeirão Pires, Rio Grande e Alto da Serra (Paranapiacaba). A única parada obrigatória, estipulada pela direção da estrada, era na estação de São Bernardo (hoje Santo André).

O primeiro Intendente Municipal - Prefeito - de São Bernardo, foi João do Prado, que tomou posse no cargo em fevereiro de 1890. Nesse mesmo ano foi criado o distrito policial de Ribeirão Pires.

A população do Município, em 1890, era de aproximadamente 7.276 habitantes, incluindo nessa contagem os habitantes dos distritos de São Caetano, Santo André e da Vila de São Bernardo. No ano de 1900, a população era de 10.124, ou seja, sofreu acréscimo de 39,14%.

As primeiras eleições ocorreram em 30 de agosto de 1892, e a posse dos eleitos aconteceu em 29 de setembro do mesmo ano.

X - TRANSFORMAÇÃO - SÃO BERNARDO PARA SANTO ANDRÉ – A estação da estrada de ferro São Paulo Railway denominada São

Bernardo era a única estação privilegiada com a parada de trens da ferrovia. O movimento de passageiros fez com que o progresso dessa localidade - distrito de Santo André - se desenvolvesse mais rapidamente do que em qualquer outro distrito do município. Em 1934, por sugestão da própria edilidade sambernardense e pelo consentimento da administração da ferrovia a estação ferroviária, passou a chamar-se Santo André. Pelo Decreto Estadual nº 9.775, de 30 de novembro de 1938, que estabeleceu o Novo Quadro dos Municípios do Brasil, atendendo às origens históricas, o município de São Bernardo passou a denominar-se Santo André da Borda do Campo. Os limites e as divisões administrativas, no entanto, foram conservadas nas mesmas condições anteriores.

A sede do município, a partir daquela data, passou a funcionar no distrito de Santo André com sua prefeitura e demais repartições.

Com o descontentamento da população, os ideais de separação começaram a

surgir, até que, em 1943, os movimentos separatistas iniciaram-se, desordenadamente. Idéias como a de anexar São Caetano novamente à capital, ou a de separar São Bernardo e Mauá em células independentes, chegaram a ser embrionárias.

Alguns órgãos de imprensa eram contrários a qualquer retalhamento, mas o ideal já tinha raízes profundas. No mesmo ano foi criada a Sociedade dos Amigos de São Bernardo, começando a luta pela separação administrativa do distrito de São Bernardo do município de Santo André da Borda do Campo.

XI - EMANCIPAÇÃO DE SÃO BERNARDO – No dia 1º de janeiro de 1945, São Bernardo, pelo Decreto-Lei nº 14.334, de 30 de novembro de 1944, tornava-se município autônomo, denominando-se São Bernardo do Campo. Separado do município de Santo André, levou para dentro de sua divisa uma área de 43,70 quilômetros quadrados. O seu primeiro prefeito nomeado foi o senhor Wallace Cockrane Simonsen, um dos autonomistas que carregou a bandeira da separação até conseguí-la. A nomeação foi feita pelo senhor Interventor do Estado de São Paulo, doutor Fernando Costa, no Palácio dos Campos Elísios, no dia 8 de novembro de 1944.

São Bernardo do Campo fica distante, mais ou menos, 19 quilômetros do marco zero (Praça da Sé) da Capital de São Paulo. Localiza-se a uma altitude de 746 metros do nível do mar e tem uma temperatura média de 20 graus centígrados.

Ao separar-se de Santo André tinha uma área territorial de 443,70 quilômetros quadrados, tendo atualmente 413 quilômetros quadrados.

Tem por municípios limítrofes: Santo André, São Caetano do Sul, Diadema, São Paulo, Cubatão e São Vicente.

É um dos maiores em território, assim como, dos mais importantes

municípios da região do ABCDMRG, pois é nele que se concentra o maior parque industrial de grande e pequeno porte.

A Lei Municipal Nº 180, de 23 de outubro de 1952, fixou as novas normas do Brasão do município, alterando a de número 251, de 20 de dezembro de 1926. São Bernardo do Campo também tem o seu Hino Oficial, aprovado pela Lei Nº 181, de 23 de outubro de 1952. A música é de autoria do maestro João Silveiro da Silva (João Gomes) e a letra de autoria do primeiro prefeito nomeado, Wallace Cockane Simonsen.

O Município, em 1980, tinha uma população de 425.780 habitantes; em 1990, 653.694; em 1997, 683.711. O crescimento médio demográfico anual entre esses dois períodos (1980 a 1990 e 1990 a 1997) foi de 5,3% e 0,66 %, respectivamente. A densidade demográfica, nesses exercícios (1980, 1990, 1997), foi de 1031, 1582 e 1655 habitantes por quilometro quadrado, respectivamente.

O último recenseamento procedido pelo IBGE foi no ano de 1997, e acusou uma população de 683.711 habitantes.

A arrecadação municipal do exercício de 1997 foi de R\$ 626.536.000,00 e a de 1999, prevista para R\$ 885.800.000,00. No mesmo exercício de 1997, o governo de São Paulo arrecadou no município R\$ 1.094.865.000,00; o governo federal, 2.005.508,00.

O município é dotado de 123 escolas municipais, entre escolas maternas, pré, primeira e segunda séries, com uma população estudantil de 42.650 alunos; oito faculdades particulares com 21.630 estudantes; 15 unidades profissionalizantes com 3.543 alunos (dados de 1998). Dezesseis cinemas particulares, seis teatros, sendo um municipal, funcionam regularmente.

No município funcionam 11

hospitais, sendo um municipal; 15 prontos-socorros, 5 municipais; 26 Unidades Básicas de Saúde, sendo 4 UBSs de 24 horas.

Os prefeitos municipais foram: em 1945, Wallace Cockrane Simonsen, nomeado; em 1947, Tereza Delta, nomeada. Prefeitos eleitos: em 1948, Dr. José Fornari; em 1952, Lauro Gomes de Almeida; em 1955, S. S. Ballotin assumiu no impedimento do titular; em 1956, Aldino Pinotti; em 1960, Lauro Gomes de Almeida; em 1964, Higino Batista de Lima; em 1969, Aldino Pinotti; em 1973, Geraldo Faria Rodrigues; em 1977, Antônio Tito Costa; em 1983, Aron Galante; em 1989, Maurício Soares de Almeida; em 1993, Walter José Demarchi; em 1997, Maurício Soares de Almeida.

XII - EMANCIPAÇÃO DE SÃO CAETANO DO SUL – São Caetano do Sul foi o segundo território a ser desmembrado do município de Santo André.

No plebiscito para o julgamento da separação que foi realizado no dia 24 de outubro de 1948 a vontade da separação prevaleceu votando a favor da emancipação 8.463 eleitores e 1.029 contra. Ratificado o plebiscito pela Assembleia do Estado de São Paulo, o governador Adhemar de Barros, pela Lei Estadual Nº 233, de 24 de dezembro de 1948, tornou São Caetano autônomo política e administrativamente.

São Caetano, dessa data em diante, passou a denominar-se São Caetano do Sul devido à existência de outro município, localizado no estado de Pernambuco, homônimo. Ele foi cognominado *Príncipe dos Municípios* face à sua pequena área territorial e ao progresso que despontava a olhos nus. No seu pequeno território, já residiam 40.049 habitantes, e a densidade demográfica era de 3.080 habitantes por quilômetro quadrado.

São Caetano do Sul, de acordo com *Censo Cultural - São Paulo 1990: Interior e Litoral*, possuía, em 1980, 163.030 habitantes; em 1990, 128.295 e em 1999, de acordo com informações da Prefeitura local, 149.519 habitantes. O crescimento demográfico médio anual entre esses períodos - 1980 a 1990 e 1990 a 1999 - foi de 21,3% negativo e de 2,067% positivo, respectivamente. A densidade demográfica, nos exercícios de 1980, 1990 e 1999, foi de, respectivamente, 6.793, 5.346 e 9.968 habitantes por quilômetro quadrado.

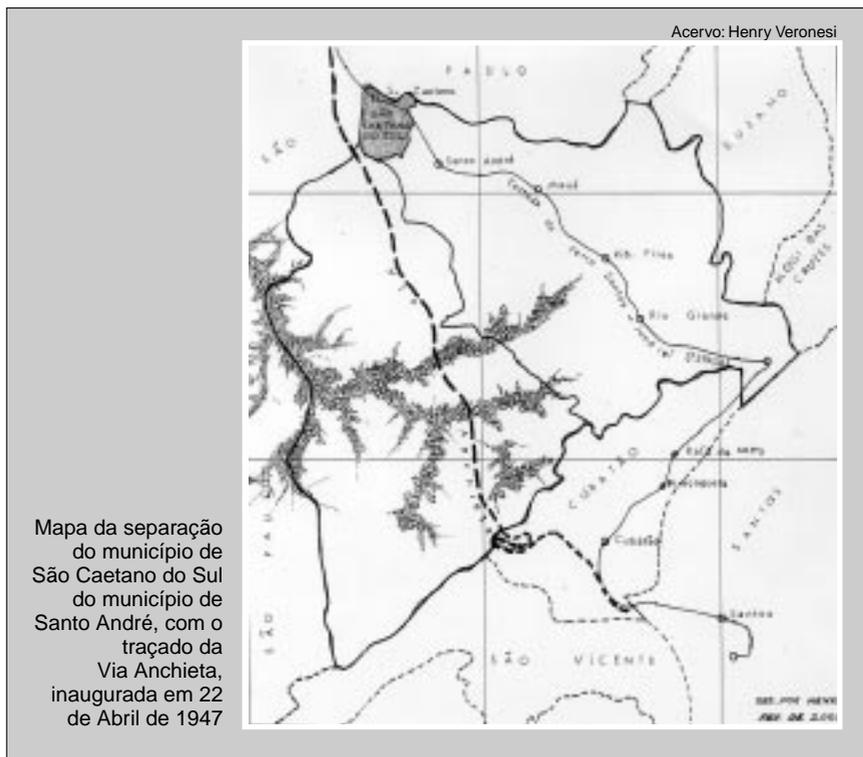
A Lei Municipal de 24 de maio de 1949 criou o Brasão do município, instituindo-o através da Lei Municipal 72, de 10 de março de 1950. O município também tem seu Hino, composto pelo maestro Roberto Manzo, e com letra de José de Almeida Filho.

São Caetano do Sul fica distante do marco zero da Capital - São Paulo - 11 quilômetros. Fica mais perto do centro da cidade do que muitos bairros do próprio município da capital. Localiza-se a 737 metros de altitude, sendo seu clima temperado, com inverno seco, e com uma temperatura média de 18 graus centígrados. É cortado pelos rios Tamanduateí, Meninos, Utinga e do Moinho.

Por ocasião de sua emancipação, foi separado com uma área territorial de 13 quilômetros quadrados, mas, com a anexação do bairro da Vila Prosperidade, passou a possuir 15 quilômetros quadrados. Limita-se com os seguintes municípios: ao norte e oeste com São Paulo; a leste com Santo André; ao sul com São Bernardo do Campo.

Sua renda municipal, no exercício de 1999, foi de R\$ 180.940.246,14; a previsão da receita para o exercício de 2000 é de R\$ 170.000.000,00.

O número de residências em 1998 era de 50.000; casas comer-



ciais e industrias, em 1996, 6.550 e 714 respectivamente.

Escolas municipais de educação infantil tem 36, com 5.800 alunos; uma escola de educação fundamental (primeira a oitava série), com 1780 alunos; duas escolas municipais técnicas profissionalizantes, com 960 alunos; um centro intermunicipal, com 1.850 alunos; um Instituto de Ensino Superior com 5.000 alunos; 3 faculdades particulares; uma faculdade de engenharia, com mais ou menos 12.000 alunos.

Vinte e nove escolas estaduais, com 15.900 alunos; 16 escolas particulares; duas escolas particulares técnicas profissionalizantes.

Um teatro e um auditório municipais; duas salas de cinemas; duas bibliotecas.

Seis hospitais particulares; quatro Unidades Básicas de Saúde.

Seus prefeitos foram: Ângelo Raphael Pellegrino, de 3 de Abril de 1948 a 3 de Abril de 1953; Anacleto Campanella, de 4 de Abril de 1953 a 3 de Abril de

1957; Oswaldo Samuel Massei, de 4 de Abril de 1957 a 3 de Abril de 1961; Anacleto Campanella; de 4 de Abril de 1961 a 3 de Abril de 1965; Hermógenes Walter Braidó, de 4 de Abril de 1965 a 3 de Abril de 1969; Oswaldo Samuel Massei, de 5 de Abril de 1969 a 31 de Janeiro de 1973; Hermógenes Walter Braidó, de 31 de Janeiro de 1973 a 31 de Janeiro de 1977; Raimundo da Cunha Leite, de 1º de Janeiro de 1977 a 15 de Janeiro de 1982; João Dall'Mas, de 15 de Maio de 1982 a 31 de Janeiro de 1983, tendo assumido no impedimento do titular; Hermógenes Walter Braidó, de 1º de Fevereiro de 1983 a 31 de Dezembro de 1988; Luiz Olinto Tortorello, de 1º de Janeiro de 1989 a 31 de Dezembro de 1992; Antônio José Dall'Anese, de 1º de Janeiro de 1983 a 31 de Dezembro de 1996; Luiz Olinto Tortorello, de 1º de Janeiro de 1997 a 31 de Dezembro de 2000.

XIII - EMANCIPAÇÃO DE MAUÁ
- O território de Mauá, anteriormen-

infantil com 2.532 alunos; um Departamento de Educação Especial, com salas especiais para deficientes auditivos e visuais, com 222 alunos; EJM- Educação de Jovens e Adultos, a partir de 15 anos, com 2.902 alunos; MOVA - Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos, com 1.300 alunos em 1.998; uma escola profissionalizante com 40 alunos; uma faculdade, com 109 alunos; quatorze escolas - maternas, pré, primeira e segunda séries -, com 6.877 alunos, em 1996.

Tem três teatros: um auditório, um anfiteatro e um Teatro Popular do SESI, e três cinemas.

Quatro hospitais; um Pronto-Socorro Municipal; duas Unidades Básicas de Saúde, com atendimento de 24 horas; três prontos-socorros nos demais hospitais da cidade.

Os prefeitos do município foram: Ennio Brancalion, 1º de Janeiro de 1955 a 31 de Dezembro de 1958; Élio Bernardi, 1º de Janeiro de 1959 a 3 de Setembro de 1962; Amélio Zuliani, 4 de Setembro de 1962 a 31 de Dezembro de 1962; Edgar Grecco, 1º de Janeiro de 1963 a 17 de Setembro de 1965; José Mauro Lacava, 18 de Setembro de 1965 a 31 de Dezembro de 1966; Élio Bernardi, 1º de Janeiro de 1967 a 31 de Janeiro de 1970; Américo Perrella, 1º de Fevereiro de 1970 a 31 de Janeiro de 1973; Amaury Fioravanti, 1º de Fevereiro de 1973 a 31 de Janeiro de 1977; Dorival Rezende, 1º de Fevereiro de 1977 a 31 de Janeiro de 1983; Leonel Damo, 1º de Fevereiro de 1983 a 31 de Dezembro de 1988; Amaury Fioravanti 1º de Janeiro de 1989 a 31 de Dezembro de 1992; José Carlos Grecco, 1º de Janeiro de 1993 a 31 de Dezembro de 1996; José Carlos Grecco, 1º de Janeiro de 1997 a 31 de Dezembro de 2000.

XIV - EMANCIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PIRES – O

território do município de Ribeirão Pires, até 1953, pertencia ao município de Santo André, fazendo parte dele como um de seus distritos. Em 1953, junto com o território do distrito de Mauá, separava-se de Santo André pela Lei Estadual Nº 2.456, de 30 de Dezembro de 1953. Eles foram, portanto, os terceiros municípios - 3º e 4º - a conquistarem suas autonomias político-administrativas no município de Santo André, e as terceiras áreas desmembradas da sub-região Sudeste. Os dois municípios, após separados de Santo André, já autônomos, passaram a constituir uma nova região, composta dos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Mauá e Ribeirão Pires.

O Município de Ribeirão Pires distancia-se da capital - São Paulo - por estrada de ferro -Refasa - 47 quilômetros; por estrada rodoviária 33 quilômetros. Localiza-se numa altitude mínima de 747 metros, tendo como altitude máxima 1.043 metros.

Sua área territorial é de 107 quilômetros quadrados, limitando-se com os municípios de Santo André, Mauá, Rio Grande da Serra e Suzano. Seu clima é tropical, com temperatura máxima de 32º e mínima de 5 graus centígrados.

O Brasão do município foi criado pela Lei Municipal Nº 143, de 5 de setembro de 1957, instituído de acordo com o parágrafo único do Artigo 195 da Constituição Federativa.

A origem do seu nome deve-se à família Pires, então uma das mais ricas e importantes da localidade, proprietária de terras por onde corria o ribeirão Pires. Ele também foi conhecido com o nome de Caguassú - palavra indígena que quer dizer *mata grande ou mata virgem*.

Ribeirão Pires, face ao seu excelente clima, posição

geográfica, abundantes matas e fontes d'água, foi cognominado de *Pérola da Serra*.

De acordo com os dados do *Censo Cultural - São Paulo 1990: Interior e Litoral e Emplasa* tinha, em 1980, 56.532 habitantes; em 1990, 80.388 e em 1996, 97.550. O crescimento demográfico médio anual, entre os períodos de 1980 a 1990 e 1990 a 1996, foi, respectivamente de 0,42% e 0,355%. A densidade demográfica, nos anos de 1980, 1990 e 1996 de 528,33; 751,29 e 911,68 habitantes por quilômetro quadrado, respectivamente.

A receita do exercício de 1999-foi de R\$42.724.013,99 e a previsão orçamentária para o exercício de 2000 de R\$46.085.100,00.

Em 1991 o município tinha 20.563 habitantes; em 1996, 24.190.

Pela última estatística realizada - 1996 - funcionavam em Ribeirão Pires: uma agropecuária; 215 indústrias, 306 casas comerciais, 137 atividades diversas, totalizando 842 estabelecimentos com 17.715 empregados.

Em 1963, Ribeirão Pires foi ligado por via rodoviária à Baixada Santista e ao Vale do Paraíba, pela Rodovia Índio-Tibiriçá - SP 31.

Em 1998, possuía: quatro creches; quatro creches com escola de educação infantil; sete escolas de educação infantil; duas escolas de educação infantil mais ensino fundamental; duas creches com educação infantil e ensino fundamental; vinte e uma escolas estaduais de ensino fundamental e médio; nove centros suplências estaduais; duas classes suplementares municipais; uma de educação especial; quinze escolas particulares de educação infantil; quatro escolas particulares de ensino fundamental médio; um Sesi; uma faculdade cuja população estudantil era de 40.361 alunos.

Tem uma biblioteca municipal

com um acervo de mais de 35.000 publicações; cinco espaços culturais para eventos com uma capacidade total para 5.000 pessoas; um cinema particular.

Tem dois hospitais, um público e outro privado. Nas Unidades Básicas de Saúde - UBS, em 1997 e 1998, houve, respectivamente, 30.900 e 30.272 atendimentos considerados de nível primário; 13.262 e 13.620 de nível especial e 290 e 247 de atendimentos de 24 horas.

Os prefeitos foram: na gestão de 1955 a 1958, Arthur Gonçalves de Souza Júnior; de 1959 a 1962, Francisco Arnoni; de 1963 a 1966, Adquir Prisco; de 1967 a 1969, Santinho Carnavale; de 1970 a 1972, Antônio Simões; de 1973 a 1976, Waldirio Prisco; de 1977 a 1981, Luiz Carlos Greco; de 1981 a 1982, João Masiero (assumiu no impedimento do prefeito); de 1983 a 1988, Waldirio Prisco; de 1989 a 1992, Luiz Carlos Greco; de 1993 a 1996, Waldirio Prisco; de 1997 a 2000, Maria Inês Soares Freire. Durante o exercício de 1962, Mário Netto, no impedimento do prefeito da gestão, exerceu o cargo por 45 dias.

XV - EMANCIPAÇÃO DE DIADEMA – O nome do município de Diadema foi escolhido em 1948 pelo jurista Miguel Reale. Representa a coroa dos santos, no caso Santo André, São Bernardo e São Caetano.

O município de Diadema, antes de se emancipar, era território do município de São Bernardo do Campo. Em 25 de dezembro de 1958, após um plebiscito realizado, onde compareceram 300 eleitores, foi considerado município com a promulgação da Lei Nº 5.121, de 31 de dezembro de 1958. Em 1º de janeiro de 1960 foram instaladas a Prefeitura e a Câmara Municipal. Sua área territorial é de 30,70 quilômetros quadrados e situa-se distante da Capital - São Paulo - 14 quilômetros. Sua altitude é de 745 me-

tros, com uma temperatura média de 19 graus centígrados.

Tem por municípios limítrofes: São Paulo e São Bernardo do Campo. É um dos menores municípios em território da região, porém é nele que estão localizadas as mais variadas atividades industriais concernentes a vidros, minerais, autopeças, têxteis, alimentação, vestuário, material elétrico, fundição, laminação, esmaltação de ferro e aço, serrarias, indústrias químicas, indústrias de máquinas, de tratores, papel e papelão, etc...

O Brasão de Diadema é formado por um escudo de armas que tem, na parte externa superior, uma coroa, e na parte inferior uma faixa com a seguinte inscrição: FLOREAT DIADEMA. (Florescei Diadema). Esta faixa é ladeada por duas datas: 25 de dezembro de 1958 e 1º de janeiro de 1960, que representam, respectivamente, as datas da emancipação e da instalação da Prefeitura e da Câmara Municipal. O Brasão assim como a bandeira foram instituídos pela Lei Municipal Nº 45, de 13 de março de 1961.

Em 1960, o município contava com 12.308 habitantes; em 1980, com 228.594; em 1991, com 305.287; em 1995, com 314.742 e em 1997, pela estimativa do Seade com 326.507 habitantes. Entre os períodos de 1980 a 1991 e 1991 a 1997, seu crescimento médio anual foi, respectivamente de 3,05% e 1,16%. A densidade demográfica nos exercícios de 1960, 1980, 1991 e 1997 foi de: 401, 7.446, 9.944 e 10.635 habitantes por quilômetro quadrado.

A arrecadação municipal no exercício de 1998 foi de R\$ 169.042.825,00, e a previsão orçamentaria de 1999 de R\$ 236.000.000,00.

Entre o período dos exercícios de 1969/1972 existiam em Diadema, aproximadamente 2000 residências; em 1999, o nú-

mero de residências passou para 78.715.

Seu comércio em 1999 era constituído de 3.787 casas comerciais e seu parque industrial de 1.562 indústrias.

A arrecadação estadual em 1998 foi de R\$ 87.988.452,00 e a federal de R\$ 34.104.515,00.

O município mantém 48 unidades escolares entre escolas maternas, pré, primeira e segunda séries com uma população escolar de 16.103 alunos. Mais a Fundação Florestan Fernandes, com mais de 7.000 estudantes (1998).

Possui um teatro, 12 bibliotecas; quatro hospitais, sendo dois públicos e dois particulares; três prontos-socorros; quinze Unidades Básicas de Saúde; um ambulatório de análises clínicas e um ambulatório de saúde mental.

Diadema, em 28 de junho de 1976, foi beneficiada com a passagem da Via dos Imigrantes, estrada que liga a cidade de São Paulo ao litoral paulista.

Os prefeitos de Diadema foram: Evandro Caiaffa Esquivel, 1º de Janeiro de 1960 a 31 de Dezembro de 1963; Lauro Michels, 1º de Janeiro de 1964 a 31 de Janeiro de 1969; Evandro Caiaffa Esquivel, 1º de Fevereiro de 1969 a 31 de Janeiro de 1973; Ricardo Putz 1º de Fevereiro de 1973 a 31 de Janeiro de 1977; Lauro Michels, 1º de Fevereiro de 1977 a 31 de Janeiro de 1983; Gilson Luiz Correia de Menezes, 1º de fevereiro de 1983 a 31 de Dezembro de 1988; José Augusto da Silva Ramos, 1º de Janeiro de 1989 a 31 de Dezembro de 1992; José de Fillipi Júnior, 1º de Janeiro de 1993 a 31 de Dezembro de 1996; Gilson Luiz Correia de Menezes, 1º de Janeiro de 1997 a 31 de Dezembro de 2000.

XVI - RIO GRANDE DA SERRA – O território do Município de Rio Grande da Serra, até 1964, fazia parte do território do município de

Ribeirão Pires. Em 28 de fevereiro de 1964, pela Lei Nº 8.092 - que complementou a de número 2.456, de 1952 -, o distrito de Icatuçu obteve a sua emancipação político-administrativa, voltando a adotar o primitivo nome de Rio Grande, acrescido de da Serra.

O município foi emancipado em 3 de maio de 1964, sendo instalado, em 21 de março de 1965, com o nome completo de Rio Grande da Serra. Esse nome foi adotado tendo em vista o rio que atravessa o território do município levando o tradicional nome de Rio Grande.

Sua separação do município de Ribeirão Pires deu-se após um plebiscito que apurou, por 98% dos votos, a vontade dos eleitores pela emancipação político-administrativa do distrito de Icatuçu.

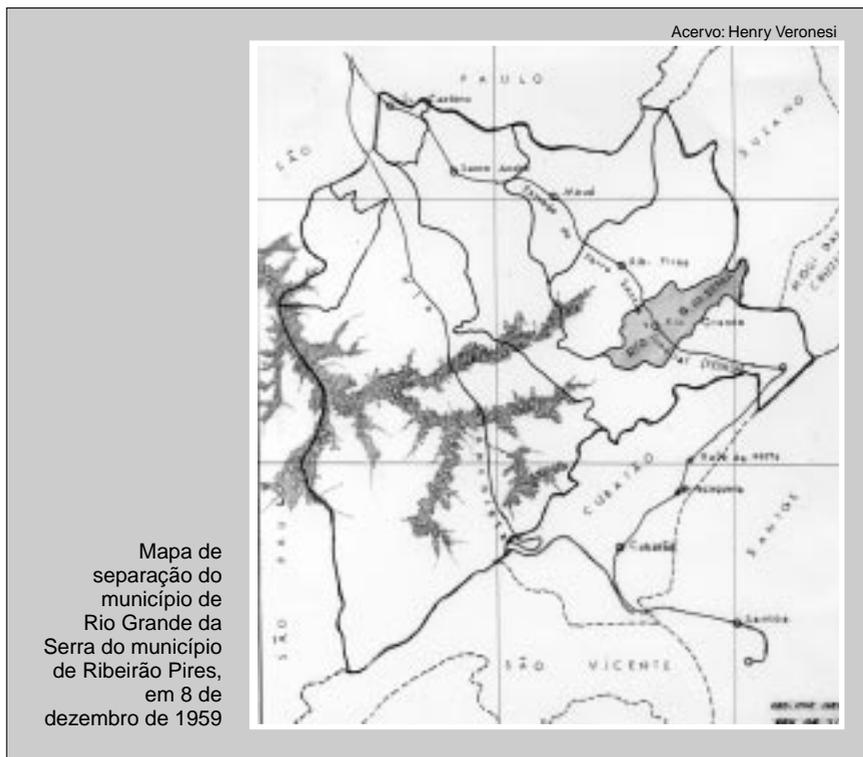
O município de Rio Grande da Serra fica distante 40 quilômetros da Capital - São Paulo - e 60 quilômetros da cidade de Santos.

Sua área territorial é de 33 quilômetros quadrados e fica numa altitude de aproximadamente 758 metros a uma temperatura média de 15° centígrados. Tem por municípios limítrofes: Ribeirão Pires, Suzano e Santo André.

Liga-se com as cidades de Santos e São Paulo, pela Refasa - antiga São Paulo Railway - e com diversos municípios vizinhos por vias rodoviárias.

O seu Brasão foi instituído pela Lei Municipal Nº 045, de 24 de setembro de 1970.

Na data do plebiscito tinha o município 18.000 habitantes; em 1980, 20.102 habitantes; em 1990, 35.033 (projeção); e em 1998, 50.000 habitantes. Entre os períodos de 1980 a 1990 e 1990 a 1998, o crescimento demográfico médio anual foi de 7,4% e 5,4%, respectivamente; a densidade demográfica nesses anos foi de 718, 1.251 e 1.786 habitantes por quilômetro quadrado.



Mapa de separação do município de Rio Grande da Serra do município de Ribeirão Pires, em 8 de dezembro de 1959

O número de residências em 1999, era de 10.379; de casas comerciais, 350; de indústrias 15, sendo uma de grande porte e 14 de pequeno porte.

Escolas maternas, pré, primeira e segunda série: dez EMEIS, sendo uma EMEI central, quatro ramificações e cinco suplementares.

Escolas particulares, maternas, pré, primeira e segunda série, duas de instituições religiosas, com 120 alunos; dois recolhimentos de crianças de zero a cinco anos, com iniciação ao pré-primário; oito cursos profissionalizantes, com 160 alunos; uma biblioteca.

Um pronto-socorro e quatro Unidades Básicas de Saúde; duas clínicas particulares com exames laboratoriais.

Os prefeitos do Município de Rio Grande da Serra foram: Carlos José da Graça Veiga Carbon, 1965 a 1968; Geraldino Lotti Filho, 1969 a 1972; Irinea José Midolli, 1973 a 1977; Aarão Edmundo Jardim Teixeira, 1978 a 1982; Wil-

liam Valério Ramos, 1983 a 1988; Aparecido Benedito Franco, 1989 a 1992; José da Cruz Jardim Teixeira, 1993 a 1996; Aparecido Benedito Franco, de Janeiro a Março de 1997; José Carlos de Arruda, de 18 de Março 1997 a 1º de Abril de 1998; Expedito Antônio de Oliveira, de 3 de Abril de 1998 a 11 de Julho de 1998; Danilo Franco, 12 de Julho a 2000.

XVII - MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ - Do Município de Santo André nasceu a região do ABCDMRG. Todos os municípios que hoje compõem esse imenso território foram desmembrados dele. Fica situado a 20 quilômetros do centro da Capital - São Paulo - e está a uma altitude de 743 metros, variando a sua temperatura entre 8 e 30 graus centígrados.

Santo André, depois de perder os territórios dos municípios de São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Mauá e Ribeirão Pires, ficou com 174,38 quilômetros quadrados, assim distribuídos aos seus distritos:

distrito da sede, com 81,78 quilômetros quadrados; distrito de Capuava, com 9,38, e Paranapiacaba, com 83,22 quilômetros quadrados.

Tem por municípios limítrofes: ao norte, São Paulo e São Caetano do Sul; ao sul, Ribeirão Pires, Cubatão e Santos; ao este, Mauá, Mogi das Cruzes, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra e Suzano; ao oeste, São Bernardo do Campo.

É um dos mais importantes municípios da região, não só pelo grande comércio e parque industrial que possui, mas, também porque tem um povo laborioso e atuante. Por isso, foi cognominado de *Capital do Trabalho*.

A Lei Municipal Nº 3.924, de 25 de outubro de 1972, à vista da obsolescência do seu Brasão, reformulou-o às condições da época, junto com a sua bandeira. Seu Hino foi composto por Luiz Carlos da Fonseca e Castro e a letra escrita pelo professor José Amaral Wagner. Foi oficializado, com o nome de Hino a Santo André, pela Lei Municipal Nº 541, de 16 de Fevereiro de 1950.

De acordo com a publicação oficial *Censo Cultural - São Paulo 1990: Interior e Litoral*, o município tinha uma população de 552.797 habitantes em 1980; 524.859 em 1990 e 625.564 em 1996. Seu crescimento médio anual nos dois períodos de 1980 a 1990 e 1990 a 1996 foi de 0,5% negativo e 3,19% positivo, respectivamente. A densidade demográfica, nos exercícios de 1980, 1990 e 1996, foi de 3.170, 3.009 e 3.587 habitantes por quilômetro quadrado.

A arrecadação municipal de 1998 foi de R\$ 278.397.677,74; a do exercício de 1999, R\$ 250.230.158,55.

O número de moradias em 1998 era de 153.761, sendo 138.090 casas e 15.671 apartamentos.

Casas comerciais, em 1998, existiam 9.402, e estabelecimentos

industriais, 978, entre indústrias de pequeno, médio e grande porte.

Em 1998, o Município de Santo André possuía: 41 escolas de educação infantil, com 10.626 alunos; 79 escolas estaduais de 1º grau, com 82.190 alunos; 37 escolas particulares de 1º grau, com 12.100 alunos; 79 escolas estaduais de 2º grau, com 85.190 alunos; 18 escolas estaduais de 2º grau, com 191 alunos; 30 escolas estaduais de cursos supletivos, com 11.711 alunos; cinco escolas particulares de cursos supletivos, com 3.642 alunos; 12 escolas estaduais com salas especiais para crianças deficientes, com 390 alunos; uma escola particular, com 287 alunos; três escolas técnicas profissionalizantes, sendo uma estadual e duas particulares, com 15.483 alunos; sete faculdades sendo duas fundações e cinco particulares, com 11.455 alunos; 23 cursos de pós-graduação com 820 vagas.

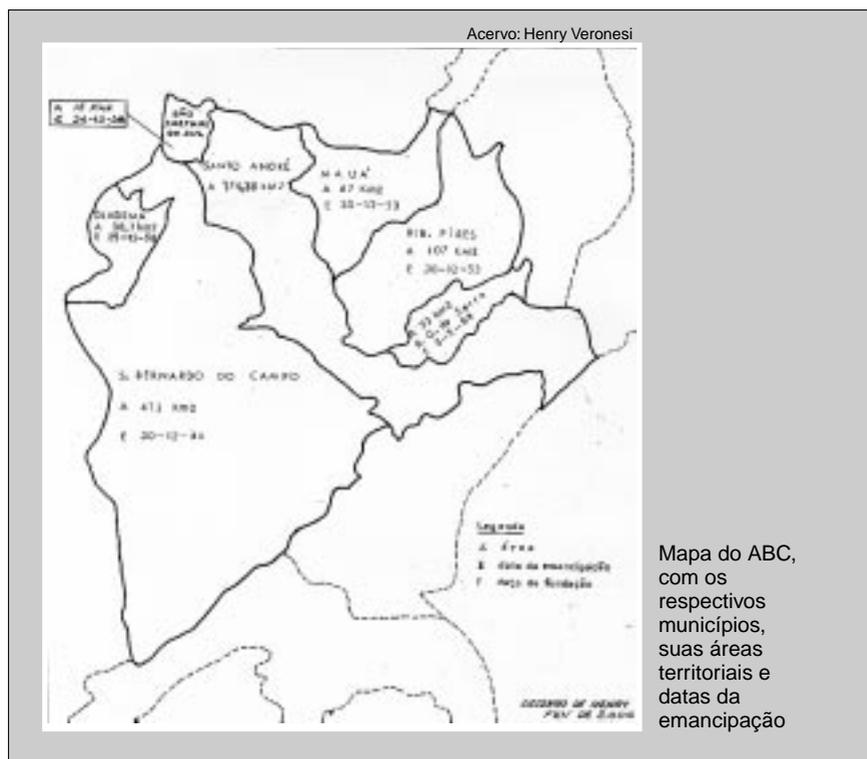
Dois teatros municipais: Teatro Municipal de Santo André que, em 1998 apresentou 110 espetáculos, com uma frequência de 31.418 espectadores, e Teatro Conchita de Moraes que, no mesmo ano, apresentou 108 espetáculos, com uma frequência de 12.369 pessoas.

Dois cinemas e quinze salas para espetáculos cinematográficos; uma biblioteca Central e dez ramais com um acervo de 43.053 publicações. Acervo geral de publicações: 112.000.

Quinze hospitais, sendo um municipal e 14 particulares; 36 Unidades Básicas de Saúde com seis unidades de pronto atendimento; cinco ambulatórios e nove unidades de serviços especializados.

Os prefeitos de Santo André foram (Datas da posse e o nome): Intendente nomeado em 2 de Maio de 1890, João do Prado. Intendentes eleitos pelo voto: 29 de Setembro de 1892; Luiz Pinto Fláquer Júnior; 7 de Janeiro de 1896; Al-

fredo Luiz Fláquer; 7 de Janeiro 1899, Ítalo Stefanini; 7 de Janeiro de 1902; Alfredo Luiz Fláquer; 7 de Janeiro de 1905; Alfredo Luiz Fláquer. Prefeitos eleitos pelo voto indireto 15 de Janeiro de 1908; Alfredo Luiz Fláquer; 15 de Janeiro de 1911; Alfredo Luiz Fláquer; 15 de Janeiro de 1914; Alfredo Luiz Fláquer; 20 de Julho de 1914; Saladino Cardoso Franco; 15 de Janeiro de 1917; Saladino Cardoso Franco; 15 de Janeiro de 1920; Saladino Cardoso Franco; 15 de Janeiro de 1923; Saladino Cardoso Franco; 15 de Janeiro de 1923; Saladino Cardoso Franco; 15 de Janeiro de 1926; Saladino Cardoso Franco; 15 de janeiro de 1929, Saladino Cardoso Franco. Junta Governativa nomeada pela Revolução de 30; 29 de Outubro de 1930, Armando Setti (presidente), Zacharias Alves e Sílvio Franco, membros. Prefeitos nomeados pela Revolução de 30; 19 de Dezembro de 1930, Armando Setti; Dezembro de 1932, Estácio de Sá; Março de 1933, Felício Laurito; Fevereiro de 1936, Generoso Alves Siqueira. Prefeito eleito pelo voto indireto; 6 de Agosto de 1936, Felício Laurito. Prefeitos nomeados pelo Estado Novo; 9 de Julho de 1938, Décio de Toledo Leite; 22 de Setembro de 1939, Armando Ferreira da Rosa; 17 de Outubro de 1940, José de Carvalho Sobrinho; 12 de Março de 1947, Henrique Pinho Artacho; 19 de Março de 1947, Alfredo Maluf. Prefeitos eleitos pelo voto direto; Armando Mazzo - foi impedido de assumir; 1º de Janeiro de 1948, Antônio Fláquer; 14 de Março de 1951, Francisco A.A. Barone (*); 1º de Janeiro de 1952, Fioravante Zampol; 12 de Março de 1955, Bruno José Daniel (*); 28 de Março de 1955, Luiz Boschetti (*); 4 de Maio de 1955, Bruno José Daniel (*); 5 de Junho de 1955, Luiz Boschetti (*); 1º de Janeiro



O Município de São Caetano do Sul é o menor da região. Tem 15 quilômetros quadrados, com remota possibilidade de qualquer expansão, a não ser para o céu; o Município de São Bernardo do Campo, tem 413 quilômetros quadrados, com muitas opções para expansão, e continua um dos mais prósperos da nação.

Hoje, o incomparável Município de São Bernardo, depois Santo André, que deveria ter sido retalhado de forma racional, e assim teria continuado a liderar a economia nacional, é um amontoado de municípios, que crescem desordenadamente, dentro da região a que pertencem, dependendo verbas astronômicas com a administração e, ainda, alguns, inadimplentes com dívidas contraídas, julgadas líquidas e certas pelo Poder Judiciário Nacional.

emancipacionista, que logo precisou ser regulamentada.

O Estado de São Paulo, à vista desse problema, criou a Lei Orgânica do Estado de São Paulo - Lei nº 1.038, de 19 de Dezembro de 1906, regulamentando a forma de conseguir a autonomia, as exigências para o procedimento da criação de um município, e a forma de sua organização administrativa.

A competência para autorizar a criação de um município era do Congresso Legislativo (hoje Assembleia Legislativa), e a homologação, do Presidente do Estado (hoje governador).

Durante o governo do *Estado Novo*, a competência passou a ser do Interventor do Estado, que era nomeado pelo Presidente da República.

Alguns distritos conseguiram sua autonomia municipal usando o seu poderio político junto aos Interventores dos Estados, que se situavam levando a sua área territorial distrital como parte do seu patrimônio.

Com a volta do Estado de Direito, as condições voltaram à normalidade, no entanto, as exigidas, continuaram simplórias para a solução do problema.

Com raras exceções, as separações procedidas seguiram qualquer método científico, técnico ou mesmo prático, na fixação dos territórios, pois o principal objetivo das emancipações, na maioria dos casos, foi de cunho político.

A criação dos municípios da região sempre se processou como uma simples separação de distrito. Por isso, para os prefeitos que viabilizavam a separação de um distrito do seu município, a primeira providência que tomavam, era, por decreto municipal, diminuir a sua área a fim de esbulhar parte da arrecadação que lhe era devida. Casos como esses ocorreram na separação dos atuais municípios de São Caetano do Sul e de Mauá.

O território do município de Santo André foi, sem dúvida, retalhado de forma irracional, favorecendo uns e prejudicando outros municípios.

Notas:

1. Caldeira, Jorge - Viagem pela História do Brasil -- São Paulo, Cia. das Letras, 2ª Edição, 1997
2. Bueno, Eduardo - Os Capitães do Brasil - Coleção Terra Brasilis - Volume III, Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 1999
3. Gaiarça, Otaviano A. - A Cidade Que Dormiu Três Séculos - 1ª Edição, 1968
4. Taunay, Afonso E. - João Ramalho e Santo André da Borda do Campo
5. Caldeira, João Neto - Álbum de São Bernardo de 1.937 - Editora Cruzeiro do Sul, 1937
6. Censo Cultural - São Paulo 1.990: Interior e Litoral - Secretaria de Estado da Cultura, Fundação Prefeito Faria Lima - Cepam
7. A Magia das Terras da Borda do Campo - Catálogo da Companhia Telefônica da Borda do Campo
8. Questionários respondidos pelas Prefeituras Municipais de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Mauá, Ribeirão Pires, Diadema, Rio Grande da Serra

(*) Henry Veronesi é advogado, administrador de empresas e ex-conselheiro da Fundação Pró-Memória

A arte religiosa e a arquitetura funerária revelam movimentos sutis e poéticos

Nívio TESSITORE(*)

Os preparativos para a festa de Natal haviam sido iniciados, e desta vez todos se reuniram na casa de Domenico Perin, italiano, 56 anos, que fazia questão de manter as tradições junto à família e aos amigos. Chovia forte no Núcleo Colonial, que acabara de receber mais algumas famílias da Alta Itália, das quase duas mil pessoas que imigraram para o Brasil naquele final de século. No armário, os copos de vinho, adquiridos no Largo do Piques, dos comerciantes de Santo Amaro, em São Paulo, somavam o suficiente para todos os convidados, incluindo a vizinhança.

Ana, sua mulher, havia saído, toda embrulhada no xale, para comprar mais farinha no armazém, o capeletti de final de ano. As crianças, Fabrizio, Savério e Luiza, brincavam no tapete de lã colorida, feito à mão, com suas dobras, acabamento em couro grosso, estirado no chão de tijolos assentados, debaixo das cadeiras da mesa da sala. O silêncio envolvia a casa naquela tarde cinzenta, sem ruídos na rua, apenas as gotas de chuva a escorrerem pela vidraça da janela da cozinha, caindo do telhado, dentro das latas de banha vazias, produzindo um som compassado que, muitas vezes, ajudava a chegar naquele torpor de sonolência, adormecendo as crianças. No quarto, paredes altas, caídas com nata de caolim, janelas verdes, entreabertas, quadros com fotos esmaecidas, em molduras ovaladas, dos pais, nascidos em Sármede, posando próximos a Cappella Maggiore.

Perin guardava os documentos pessoais dentro do baú marrom de



viagem. Sua idéia era partir para Caconde, cidade agrícola que recebia os imigrantes do sul da Itália, localizada no interior de São Paulo. Iria visitar seu amigo Bartolomeu Pierino, nascido em Barletta, sapateiro por profissão, residia em Corato, província de Bari, veio com toda sua família, sua mulher Palma De Chirico, que contava com 27 anos de idade, seus filhos Gaetano, com oito anos, Giovanni, de cinco anos, Rosa, de 12 anos, e a terna lembrança de Laura com apenas um ano, falecida na viagem de navio, de peste; e assim, desejar-lhes um *buon anno* e retornar a São Caetano. O amigo sapateiro tinha firme a visão do urbano, dos costumes citadinos e dos seus direitos. A profissão dava-lhe condições de uma vida independente em qualquer país para o qual resolvesse imigrar. A viagem de Perin demoraria alguns dias, mas voltaria a tempo de ajudar Ana nos preparativos natalinos finais. E, além disso,

ainda era dia três de dezembro, a *voglia* de tempo até o Natal.

DOR – Estava quase pronta a sua *trouxa* de roupas mas, de repente, uma dor no peito. Estranho, pois havia almoçado bem, e a sua *moglie* havia preparado *una bellezza de straccinata*. Caminhou até a janela do quarto, esperando ver Ana retornando do armazém, preocupado com aquela repentina dor. As crianças brincavam, silenciosas, na sala. Estava praticamente sozinho na casa. E a Ana que demorava a retornar. A dor foi aumentando, suave frio, as mãos adormecidas, a respiração difícil e a Ana que não voltava. Ela estava, com certeza, *chiachero* com a Rafaela, do Amadeo. E a dor envolvendo todo o peito, arfava, fazia força para respirar.

Rápido, a dor evoluiu de forma insuportável. Curvou-se sobre os joelhos apertando o peito com as mãos, sufocado pediu ajuda, mas as crianças continuaram brincando debaixo da mesa da sala, silenciosas. E a Ana que não voltava. Agonizou, num gemido surdo, entrecortado pelo som da chuva caindo lentamente na rua vazia. Num movimento brusco, atirou-se na cama. Domenico Perin estava morto.

No féretro, o médico Jayme Soares Serva, dos núcleos coloniais da Glória, São Bernardo, Jurubatuba e São Caetano, consolava Ana, e esta lamentava ter ido ao armazém comprar farinha. Dizia que, se não tivesse ido lá, talvez o Perin pudesse ser socorrido e não teria morrido *de lesão orgânica do coração*. No dia seguinte, no sepultamento, no cemitério da Consolação, 4 de Dezembro, os dias festivos de vésperas do Natal de 1877 continuavam. Em data pos-

terior, esse mesmo médico, em fevereiro de 1878, rescinde o contrato em todas essas localidades, e em abril do mesmo ano, pede ao presidente da Província, João Batista Pereira, a nomeação de um outro médico única e exclusivamente para os núcleos coloniais de São Caetano e da Glória. O presidente, então, foi obrigado a comissionar o médico Mário Augusto Falcão para *visitar os doentes e dirigir o tratamento*.

O Reverendo Vigário Gaudêncio Antônio de Campos dá o *sepulte-se como pobre* para Domenico Perin. É o primeiro sepultamento de um colono de São Caetano no Cemitério Municipal de São Paulo, depois Cemitério da Consolação. Antes disso, os colonos eram sepultados no cemitério da Freguesia de São Bernardo, cujo vigário, o Padre Tomás Inocêncio Lustosa, passou a recusar-lhes o sepultamento a partir de 15 de Outubro de 1877, por falta de lugar.

E chegou a época do Natal no Núcleo Colonial de São Caetano e a *morte, marco do tempo cíclico que se mede pela duração da vida, invade subitamente a vida cotidiana, se cotidianiza e se banaliza pela frequência excessiva dos primeiros tempos, quase diária*, como lembra José de Souza Martins, em *Diário de Fim de Século*.

Nas várias passagens com sepultamento, daqueles de São Caetano, nos idos tempos, data de 11 de Março de 1881 o falecimento de Sebastião José Pereira, filho de portugueses, que inaugurara o Núcleo Colonial de São Caetano em 28 de Julho de 1877 e, é também sepultado no Cemitério da Consolação. Foi estudante pobre, diplomado em Direito pela Faculdade de São Paulo, em 1854, e atingiu a posição de professor de português, filosofia e latim, além de juiz.

CEMITÉRIO – E assim os falecimentos em São Caetano foram marcando com forte traço *os tempos di-*

íceis, tempos de luta, o desenvolvimento do Núcleo Colonial. Diante do quadro previsível de mortandade elevado, o presidente da Província, Sebastião José Pereira, já havia pedido à Câmara Municipal de São Paulo, em agosto de 1877, que construísse, às custas do governo, um cemitério em São Caetano, *onde já existe decente capela*.

Muitos foram aqueles que participaram de forma direta dos dolorosos últimos momentos dos colonos e descendentes dos imigrantes em terras do São Caetano. Desde a sua chegada, em 1877, os casos se multiplicaram, e numa constante co-participação com as datas festivas celebradas, os féretros também foram motivos para encontros de parentes, reencontros com amigos e saudações de pêsames entre conhecidos, pois a comunidade se constituía de apenas 161 colonos, dado este revelado no recenseamento de abril de 1878, realçando o caráter participativo e social de todos.

Dos cemitérios, o mais antigo de São Paulo, da Consolação, inaugurado em 1858, está completando 142 anos de ostentação representada pelos jazigos que serviam para o sepultamento dos nobres da época. Em fins do século XIX, ocorreu um desfecho de empobrecimento social, ou mesmo um desinteresse pelas propriedades funéreas, havendo em decorrência uma substituição do mármore por materiais locais menos nobres. Os túmulos dessa data são erguidos em alvenaria, formando monoblocos maciços, ao jeito de mausoléus coletivos, mantendo, mesmo assim, o gosto pelas estatuárias alegóricas. Esse empobrecimento dos materiais corresponde ao mesmo período em que ocorre a abolição da escravatura e posterior implantação da República, e com os conseqüentes adversos movimentos sociais de cunho desenvolvimentista para a época.

Os mais custosos túmulos procedem da Europa, especialmente da Itália, como é o caso do mausoléu da família do Conde Matarazzo, que traz a assinatura da *Oficina de Arte Tumulária de L.Brizzolarla*, com data de 1925, sendo que o primeiro sepultamento foi o do Comendador Ermelino Matarazzo. O mausoléu dos Matarazzo é composto por cinco conjuntos escultóricos interligados, em bronze, além de enormes blocos de granito utilizados na base e na estrutura. O pórtico de entrada é ladeado por figuras de guardiães, em mármore, do tamanho natural. Este mausoléu mostra o enriquecimento da industrialização do País, gerando novas fortunas.

E das brancas formas surgem os nomes dos membros da família Garbarino, obreiros de quarta geração na profissão, pois a primeira geração notabilizou-se, na Itália, por haver participado na Arte Escultórica da Oficina de Arte Tumulária de L. Brizzolarla. São eles que, situados na sua oficina próxima ao cemitério da Vila Paula, continuam perpetuando suas origens. E é na arte religiosa e na arquitetura funerária que encontramos os movimentos mais sutis e poéticos no trabalho meticuloso no bronze, no mármore ou no granito. Na monumentalidade, nas anotações biográficas das inscrições tumulárias e nas consagrações do *post mortem*, que reavivam as lembranças daqueles que afirmam suas convicções no entalhe pelo cinzel das proporções áureas.

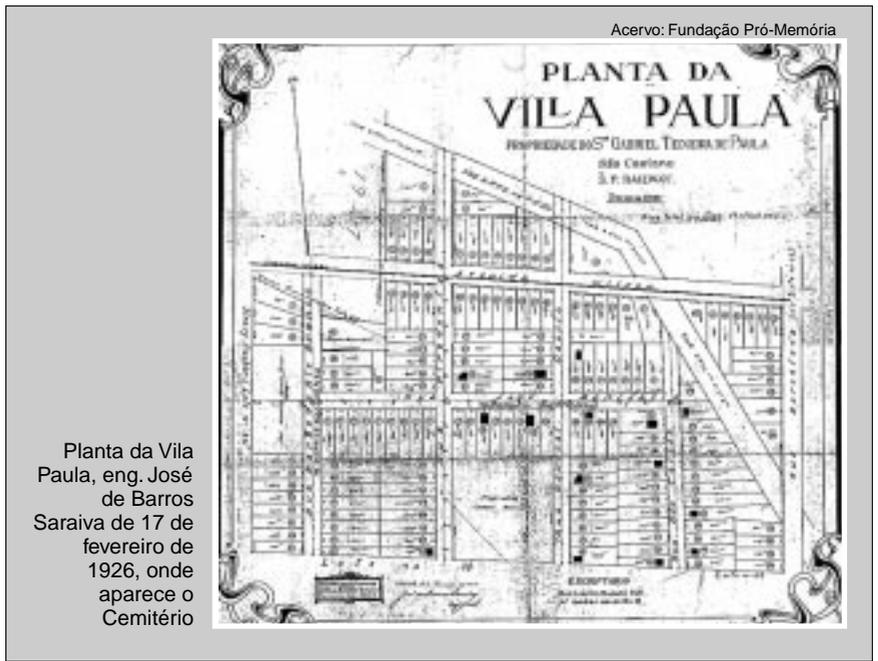
OSTENTAÇÃO – Em São Caetano, o cemitério do Bairro Vila Paula caracteriza-se, também, pela ostentação da arte e arquitetura funéreas aos moldes da metade do século XX (1930). Com sepulturas em mármore e alvenaria, pórticos trabalhados em metal, até hoje, as famílias mantêm os costumes de lavagem e decoração dos túmulos durante todo o ano.

É um cemitério construído pelos descendentes e por primitivos imigrantes que fundaram o Núcleo Colonial de São Caetano, em 28 de Julho de 1877, preocupados em manter vivas suas origens e confirmando suas raízes na formação da cidade; caso contrário, estariam satisfeitos em sepultar seus mortos em qualquer outro local.

Com disposição organizada e subdivisão interna quadrangular encontra-se implantado em uma região da cidade que podemos deduzir haver sido no passado a antiga periferia, longe do primeiro centro urbano. Poderíamos até imaginar o cortejo fúnebre deslocando-se lentamente, por ruas ainda mal delineadas, sem calçamento, por percursos lamacentos, percorrendo longa distância até os limites do Núcleo Colonial. O cemitério surgiu entre os fragmentos de uma paisagem rural da velha São Caetano, antecedendo a criação dos primeiros loteamentos urbanos na região.

Sem dúvida, sendo um cemitério que se configurou de uso perpétuo, com reservas tumulares definidas, sem necessidade de exumação obrigatória para observância de limites de vagas, suas características peculiares obrigam as autoridades atuais a uma postura diferente diante da questão do patrimônio ali construído. Por isso, é mantido por funcionários municipais ocupando a função de coveiros e pedreiros, com atividades e horários à disposição das famílias. O cemitério é o demonstrativo de uma camada social que, graças à sua fase de crescimento e prosperidade, em época mais recente chegou a preocupar-se com a problemática específica dos seus mortos, como demonstração de perpetuidade de sua própria memória.

Quanto ao bairro Santa Paula, a sua criação data de 15 de fevereiro de 1968, através do Decreto no. 3.064, quando a Prefeitura de São



Planta da Vila Paula, eng. José de Barros Saraiva de 17 de fevereiro de 1926, onde aparece o Cemitério

Caetano procedeu a uma nova divisão de cunho administrativo na cidade, extinguindo as vilas e fixando definitivamente os quinze bairros atuais.

O bairro Santa Paula surgiu da fusão das áreas denominadas Vila Paula e Vila Saúde. No passado, eram consideradas vilas pelas características do crescimento vegetativo da população, tipos de arruamentos e características das habitações notoriamente como chácaras. O bairro Santa Paula era uma região afastada do centro urbano, periférica em sua localização e carente em suas necessidades. Conhecida nos velhos tempos como Morro Pelado, a região era pobre, e as chácaras possuíam dimensões humildes, terrenos em média de dez metros de testada por vinte e cinco ou trinta metros de fundos, diferentes entre si, às vezes com maior porte, que se dedicavam além do plantio de legumes e frutas para revenda, também à criação de vacas leiteiras.

CONSTRUÇÃO – Finalmente, em 1911, a Câmara Municipal de São Bernardo autorizou a construção do primeiro cemitério local. Foi, então,

construído no terreno sito à rua Tiradentes. Murado em sua totalidade pelas ruas General Osório e Piauí, não possuía, de início, um paredão de grande altura, mas, com o passar do tempo, a própria urbanização, que avançava pela periferia, exigiu melhor proteção desta área. Fato este verídico, pois a última reforma para aumentar a murada foi executada, em 1994, por este arquiteto lotado no Departamento de Serviços Municipais da Prefeitura de São Caetano, por solicitação dos munícipes, visando proporcionar maior segurança aos visitantes da pequena necrópole sancaetanense. Possui várias denominações, entre elas: *Cemitério da Vila Paula*, *Necrópole da Saudade*, e oficialmente, hoje, Cemitério de São Caetano.

A execução do primeiro muro que cercou o cemitério, naquele momento ainda sem nome, numa empreitada que delimitou a área com a elevação de alvenaria travada de apenas cinquenta centímetros de altura, era suficiente; pois, na época, a conjuntura social era outra e a capela determinava o campo como santo, e as sepulturas, gradativamente sen-

do abertas, com o correr do tempo completavam o espaço funéreo.

As primeiras sepulturas, que correspondiam às famílias de maior projeção na comunidade, ficaram mais próximas do centro do cemitério, ou seja a capela. Em uma esplanada principal se encontravam todas as sepulturas de destaque; de fato, ali encontramos a câmara mortuária da família Perin, onde foi sepultada Ana Perin, em novembro de 1936, sem data de nascimento. Surge, contudo, uma dúvida: não encontramos provas de que a capela possuía a sua porta principal voltada para a rua Tiradentes, como hoje se apresenta, pois a alameda principal traspassa o terreno e atinge o outro extremo, dando-nos a impressão de que a fachada principal estava voltada para a rua Piauí.

As sepulturas eram construídas com o emolduramento de tijolos, para dois sepultamentos simultâneos, a uma altura de dez centímetros, formando um quadrado, e o plantio de grama no seu interior. Na extremidade dessa moldura, uma cruz, provavelmente de madeira, ladeada em cada um dos lados por um receptáculo de flores e, no lado oposto, na moldura de tijolos, uma fenda para escoamento da água da chuva, absorvida pela terra lançada nos sepulcros.

A planificação das sepulturas seguiu o eixo principal da alameda central. Com o passar do tempo, as demais sepulturas foram instaladas, de acordo com o poder aquisitivo da cada pessoa.

Hoje, citado como referência histórica das famílias dos primeiros colonos, é notória a permanência de jazigos bem conservados dessas famílias tradicionais e tão importantes para a cidade como a própria formalização à *Società di Mutuo Soccorso Principe di Napoli* da doação de um terreno, na atual rua Perrela, para a construção de sua sede social, em

1893. O cemitério não poderia deixar de ser construído e renovado em alvenaria, pois é o testemunho do desenvolvimento econômico e urbano do Núcleo Colonial, originário nas olarias. O acabamento externo das peças tumulares demonstra a preocupação na manutenção de forma razoável, ao longo dos últimos anos, sem cair na utilização de materiais de primeira linha do processo construtivo, e nem por isso denegrindo, de forma extremada, o emprego de qualquer recurso.

Em 1896, a *Società Principe di Napoli* decide contribuir com 36\$000 (Trinta e seis mil contos de réis) para as despesas funerárias dos sócios falecidos, como afirma José de Souza Martins, em *Diário de Fim de Século*, numa demonstração evidente da preocupação dos imigrantes com seus conterrâneos, em terras desconhecidas, sepultados, ainda, como moradores do Núcleo Colonial.

O cemitério de Vila Paula foi implantado sobre antigos lotes coloniais, ao lado da estrada que seguia de São Caetano em direção à Estação de São Bernardo (hoje Santo André), e se constituía em uma área tipicamente rural, longe do centro do Núcleo Colonial. Daí a sua origem primeira, quando, no esforço comum, através da participação comunitária, a exemplo da própria *Società Principe di Napoli*, iniciaram lentamente a consolidação do cemitério e é nele que encontramos um dos símbolos da memória do imigrante de São Caetano. Naquela obra que eles erigiram para preservar e proteger os seus restos mortais, na sua arte e sua arquitetura, eles estavam garantindo, para o futuro, sua própria lembrança na história da comunidade. Foi assinada a lei nº 86, de 30 de maio de 1911, abrindo um crédito extraordinário para a construção de um cemitério na cidade, pelo então prefeito Alfre-

do Luiz Fláquer, do antigo Município de São Bernardo.

A intenção de construir-se um cemitério chegou a ser questionada em 1877 com a morte dos primeiros colonos, fato que levou a recém-chegada comunidade a informar a questão ao presidente da Província, o que não chegou a ser atendida. No início, como já foi mencionado anteriormente, os primeiros sepultamentos foram feitos em São Bernardo, até que o padre Tomás Inocêncio Lustosa recusou-se a aceitar, no cemitério local, os cadáveres provenientes de São Caetano. O fato tomou proporções em 15 de outubro de 1877, pois, em face do grande número de mortes no Núcleo Colonial de São Caetano desde 28 de julho, o padre Lustosa enviou carta a José Antônio Vieira de Castro Jr., encarregado do serviço de colonos em São Caetano, recusando-se a aceitar os cadáveres.

O cemitério de Vila Paula só foi construído porque os próprios colonos fizeram uma lista de contribuições em dinheiro para essa finalidade.

Bibliografia

1. MÉDICI, Ademir. Migração e Urbanização. São Caetano do Sul, Editora Hucitec - Prefeitura de São Caetano do Sul, 1993.
2. MARTINS, José de Souza. Diário de Fim de Século. São Caetano do Sul, Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 1998.
3. MARTINS, José de Souza. Subúrbio. São Caetano do Sul, Editora Hucitec-Prefeitura de São Caetano do Sul, 1992.
4. GARCIA, Carla Cristina. As Outras Vozes. São Caetano do Sul, Editora Hucitec-Prefeitura de São Caetano do Sul, 1998.
5. FERES, Cristina de Lourdes Pellegrino. Herdeiros da Fundação, São Caetano do Sul, Editora Hucitec- Prefeitura de São Caetano do Sul, 1998.

(*) Nívio Tessitore é arquiteto com graduação e pós-graduação, em nível de Mestrado na área de concentração Estruturas Ambientais Urbanas na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP)

João Nicolau Braido (o Paraná) e Matheus Constantino são personagens inesquecíveis

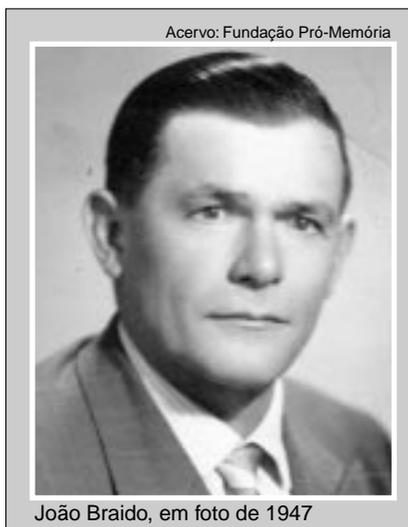
Domingo Glenir SANTARNECCHI(*)

Assunto sempre presente nas histórias dos mais consagrados autores de ficção científica, as viagens pelo tempo sempre revelam aspectos interessantes da vida humana, e principalmente apresentam facetas às vezes desconhecidas de seus protagonistas. Infelizmente não possuímos a parafernália para darmos esse salto temporal; porém graças aos recursos proporcionados por um bom arquivo, muitas vezes conseguimos garimpar histórias, depoimentos, relatos colhidos há muito tempo e apresentá-los com uma nova roupagem, revelando aos leitores do presente o que pensavam e como agiam alguns personagens do passado.

Assim, graças a essa poderosa ferramenta denominada arquivo, enzima muitas vezes responsável para que um povo não perca sua identidade, vamos voltar no tempo. Não será um salto muito longo, apenas 33 anos. A data é 29 de abril de 1967 e a cidade é São Caetano do Sul. Os personagens da história são dois: João Nicolau Braido e o outro, Matheus Constantino. O primeiro tem uma peculiaridade a mais: além de empresário, foi um ídolo do futebol...

Tudo se passa na redação do *Jornal de São Caetano*, a hora exata não é possível divisar-se, mas é fechamento de mais uma edição e o repórter dá os últimos retoques à matéria. Não é bisbilhotice, mas apenas a velha curiosidade humana. O texto diz o seguinte...

“João Nicolau Braido, sancaetanaense de nascimento e de coração, tem por descendência paterna o nome Braido, enquanto que pelo lado



materno o nome é Garbelotti. Nosso personagem tem uma herança muito importante, uma vez que descende em linha direta dos antigos fundadores da cidade. Isso porque seus avós vieram da Itália na primeira leva de imigrantes em 1877.

Muito esforçado e possuidor da fibra dos vencedores, ele teve desde a infância uma vida de trabalho. Tanto que começou na época das olarias, trabalhando no beneficiamento da terra, elemento principal na fabricação de tijolos, produto que tornou São Caetano do Sul famosa.”

VISÃO - Porém, o jovem empreendedor não gostava de ficar parado e investe na industrialização do sebo para fins industriais. Com isso, pode ser considerado como um dos pioneiros nesse setor através de uma pequena indústria fundada em 1935, localizada na Vila Alpina. Graças ao progresso dessa indústria, João Nicolau Braido concluiu que o Brasil entrava em uma nova era, a era industrial.

Atento às mudanças que se passavam do outro lado do rio, o empre-

sário resolve transferir a fábrica para São Caetano do Sul, por volta de 1944, imprimindo-lhe maior impulso e dinamismo. Assim, uma vez que as maiores indústrias do país buscavam pelo produto produzido pela fábrica Braido, o desenvolvimento não se fez esperar.

Talvez por ouvir os conselhos dos mais experientes de que *os ovos não devem ser guardados todos na mesma cesta*, ou por ter grande visão dos negócios João Nicolau Braido também participa do grande desenvolvimento imobiliário da cidade, através de inúmeros empreendimentos no setor.

Como exemplo há o edifício da Rua Goitacazes, arrojado, moderno e pioneiro por ter sido um dos primeiros a implementar no Município o sistema de condomínio. O sucesso do empreendimento acabou incentivando outros empresários a seguir essa iniciativa.

Atualmente, a Herson, firma da qual João Nicolau Braido foi fundador e hoje atua como um dos diretores, está construindo outro imponente edifício localizado na Rua Manoel Coelho, e que, com certeza, irá melhorar o aspecto urbano da cidade. Incansável, o empresário também é fundador e diretor da Imobiliária MB, responsável por grandes empreendimentos imobiliários, não só em São Caetano, mas também na capital paulista, onde constrói um edifício de 13 andares. Também colaborou para a fundação do Banco Real do Progresso, estabelecimento bancário onde atua como diretor.

Mas não é só de trabalho que vive este personagem retratado no *Jornal de São Caetano*. Pai consen-



Em 14 Julho de 1930, o primeiro quadro de São Caetano Esporte Clube posava no Estádio da rua 28 de Julho. Da esquerda para direita, em pé: Pérola, Martorelli, Ettore Manilli, João D. Perrella Neto, João Braido (Paraná), Spagnolo e Silvério Manilli. Agachados, da esquerda para direita: Henrique Lorenzini, Fiorotti, Sibin, Batista e Eduardo Lorenzini

cioso, chefe de família exemplar, o empresário considera como um dos principais fatores do seu sucesso na vida a perfeita harmonia que reina na família. Isso, através da compreensão que sempre teve para com os filhos e demais familiares, obtendo de todos o máximo de cooperação.

PARANÁ - “Orgulhoso, recorda do casamento com dona Elvira Paulino Braido ocorrido em 1924. Dessa união nasceram quatro filhos: Wanda, Walter, Nelson e Terezinha. Porém, não é só da glória de ter uma família unida e sucesso que vive João Nicolau Braido. Atrás da figura do empreendedor surge um outro personagem que também conquistou fama e popularidade. Pois é, falamos do futebolista *Paraná*, consagrado jogador do São Caetano Esporte Clube, alcunha do respeitado empresário sãocaetanense.”

“Apaixonado pelo futebol, logo aos 16 anos já atuava no time principal do São Caetano Esporte Clube, agremiação local, a qual defendeu por 17 anos sempre como titular. *Half* ou *center half* (médio ou médio volante como é conhecida a posição

atualmente), *Paraná* era uma ducha de água fria sobre os mais impetuosos atacantes. Isso porque eles não conseguiam passar pela compacta defesa nessa época.”

“Dentre alguns momentos emocionantes vividos durante a vida de esportista, *Paraná* recorda de um jogo realizado no Ipiranga, em 1928, durante a final do Campeonato Paulista da Segunda Divisão, onde o São Caetano Esporte Clube sagrou-se Campeão Paulista daquele ano ao vencer o Botafogo.”

“As recordações são muitas, mas algumas partidas contra clubes de Santo André onde a rivalidade era acentuada, essas ele não esquece. Principalmente devido ao final dos jogos nem sempre de modo pacífico, uma vez que os mesmos invariavelmente terminavam num tremendo *quebra-pau*. Da confusão não participavam só os jogadores, pois envolvia juiz, diretores, torcida e até moradores da vizinhança. Verdadeiro pandemônio onde não faltavam murros, pauladas, garrafadas e que só terminava graças aos esforços da turma do *deixa-disso*, já que a polícia não dispunha naquela época de con-

tingente suficiente para cuidar da segurança dos campos de futebol.”

“Até hoje, a velha guarda do São Caetano Esporte Clube, relembra com saudades as partidas do clube com *Paraná*, quando o alvinegro da Rua Perrella era um esquadrão temível em todo o interior do Estado e conseguia levar quase toda cidade ao velho campinho da Rua Paraíba. Era a época do jogador idealista, cheio de brio e de fibra, quando o jogador dava o *sangue* pela vitória do time e chorava sinceramente ao ser derrotado.”

POLÍTICA - “Tempos bons, tempos de glória, mas no presente João Nicolau Braido não se esquece do entusiasmo pelo Movimento Aunomista, nem da alegria pela vitória do primeiro prefeito, Ângelo Pelegrino.”

“Amante incondicional da cidade, das poucas vezes que se ausentou de São Caetano do Sul, o empresário lembra da viagem à Europa e principalmente da visita à Itália, onde esteve com o padre Grigolli, vigário de São Caetano do Sul durante vários anos.”

“Apesar de declarar-se apolítico e dizer que não entende muito de política, uma vez que sente aversão por este assunto, já que segundo ele a política faz perder amigos. No entanto, o empresário faz questão de ressaltar que a família apoiou o desejo de seu filho Walter em entrar para a política e o desejo de contribuir para o progresso da cidade. Dessa maneira, encarou com espírito esportivo as primeiras derrotas nas eleições municipais de 1961, lembrando do tempo em que era jogador e que a vitória ou a derrota eram contingências naturais da partida.”

“Mesmo assim, quatro anos depois, toda a família comemorou a vitória de Walter Braido nas eleições de março de 1965, resultando que encheu de orgulho o patriarca João Nicolau Braido⁽¹⁾.”

Final do texto. Mais uma tarefa cumprida. Agora uma pausa para o cafezinho e a indefectível tragada no cigarro...

Avançamos no tempo; a viagem é curta. A data no calendário da redação do *Jornal de São Caetano* marca a data de 27 de Maio de 1967. Desta feita o repórter trabalha em uma matéria cujo enfoque é a entrevista de um imigrante italiano. É mais um personagem responsável pelo crescimento e progresso da cidade. Vamos dar uma olhada no texto...

“Matheus Constantino, italiano de nascimento, mas sulsancaetanense de coração, está em nossa cidade, há cinquenta e dois anos. Sua participação no progresso e desenvolvimento da cidade, tem sido preciosa.

Esteve presente em todas as campanhas que visavam o progresso, a melhoria da cidade e o bem estar de sua população.

Jamais soube dizer não, quando a cidade pediu sua colaboração valiosa, como veremos na entrevista que abaixo segue:

P - Quando veio para São Caetano do Sul?

R - *Aqui cheguei no ano de 1915, ao início da construção do prédio onde se encontra a indústria de minha propriedade, que aqui foi instalada.*

P - Qual o ramo de atividade que aqui passou a exercer?

R - *Esse senhor que conheci superficialmente, em atividades profissionais adquiridas no Liceu de Artes e Ofícios, pois havia me especializado em desenho e mecânica em geral. Porém, logo em seguida passei à gerência da indústria metalúrgica e mais tarde, tornei-me o principal proprietário. No início, as atividades da indústria prendiam-se ao ramo de artigos domésticos em geral. No entanto, a partir de mais ou menos 1936, aos poucos fomos largando esses arti-*

gos, passando a especializarmos em produtos de esterilização para médicos e hospitais, linha essa que vimos seguindo até hoje.

P - Se nasceu em São Caetano do Sul, quem foram seus pais e que atividade aqui exerceram?

R - *Nasci na Itália, na cidade de Catania aos 18 anos do mês de Agosto de 1891 e vim para o Brasil com apenas dois anos de idade, radicando-me com meus pais no bairro da Luz, em São Paulo, ali tendo permanecido até 1915.*



P - VSa. é parente de Serafim Constantino, tido como proprietário da primeira indústria de São Caetano? O que teria a dizer a respeito?

R - *Esse senhor que conheci superficialmente, nenhum parentesco tem conosco. Ao que me parece, foi ele engenheiro químico de duas indústrias em São Caetano do Sul merecendo, pela sua ligação com a política santoandreense, a designação de seu nome para uma de nossas ruas.*

P - Que fatos singulares ou pitorescos teria a dizer sobre o São Caetano de antigamente?

R - *Tudo o que se refere ao São Caetano antigo traz-nos à lembrança os fatos mais curiosos e que se relacionaram com a própria políti-*

ca. Lembro-me de quando era Prefeito do Município (Santo André) o Coronel Saladino Cardoso Franco, que já dirigia a comuna por longos vinte anos e lembro-me de quais os artifícios que empregava para ali permanecer. Às vésperas de eleições, o Prefeito divulgava notícias de que o então distrito de São Caetano (sempre relegado ao esquecimento) receberia benefícios de iluminação pública e outras, reclamados pela população. Chegava mesmo a colocar ao longo das ruas, postes e materiais para execução das obras prometidas. Passadas as eleições e conseguida a vitória, de imediato mandava retirar o material, para voltar a prometer às vésperas de outros pleitos.

Outro fato singular que me vem à lembrança, também este é ligado à política, com relação à campanha autonomista de 1928: em 1930, os que participaram da liderança do movimento autonomista foram considerados inimigos do governo, por terem apoiado Júlio Prestes, o qual, se eleito, nos daria a tão sonhada independência política, decretando a instituição do novo Município. Não tardou que fossem presos e conduzidos a São Paulo, no Serviço de Imigração. Lá foram interrogados pelo então Coronel Cordeiro de Farias (hoje general e político de grande evidência). Depois de longos interrogatórios, foram restituídos à liberdade. Já naquele tempo, costumava-se chamar de extremistas os que se opusessem aos mandatários.

P - Qual a sua participação na fundação do Hospital São Caetano?

R - *Fui dos primeiros, entre tantos amigos desta cidade, a atender o chamamento do Jornal de São Caetano, para a fundação de um nosocômio para a cidade. Atendi à solicitação por julgá-la meritória e digna. São estes os empreendimentos mais dignos de serem lembra-*

dos, pois foram feitos com vistas a atender o povo nas suas mínimas necessidades. Já estou prestando minha colaboração. Participei no primeiro instante e até hoje acordo com as possibilidades.

P - Qual a sua participação na autonomia da cidade?

R - Reporto-me aos fatos ligados à pergunta anterior, quando me referi ao Coronel Saladino. Sofrendo decepções com seus governantes santocetanos, tomávamos consciência de nossa grandeza e antevíamos, em São Caetano, possibilidades de nos governar. Para isso, necessitávamos de autonomia. Em 26 de maio de 1928, como fruto dos primeiros movimentos, nascia a primeira conclamação pública pela autonomia municipal. Era o manifesto do Partido Municipal de São Caetano, impresso em folhetos volantes profusamente distribuídos. Dizia o manifesto: O Partido Municipal de São Caetano - organização partidária, que visando o engrandecimento desta localidade propugna pela elevação deste distrito a Município - de acordo com o seu programa, inicia amanhã, Domingo, às 18 horas, no salão do Clube Flor do Mar, gentilmente cedido para esse fim, o desenvolvimento da sua ação realizadora, explanando publicamente por meio de conferências, discursos e palestras, os pontos capitais da idéia de emancipação de São Caetano, único e verdadeiro meio de tornar esta terra digna de seus recursos e de sua grandeza. Sendo a causa do próprio povo, espera-se que todo cidadão que pensa zelar pelo futuro desta localidade, quiçá pelo de seus próprios filhos, compareça à reunião onde falarão vários oradores. Pela grandeza e pelos direitos de São Caetano e sua independência. São Caetano, 26 de Maio de 1928.

Esse manifesto era assinado pelos seguintes membros do Conselho Diretor do Partido Municipal de São

Caetano: Armando de Arruda Pereira, José Mariano Garcia Júnior, Pedro Altenfelder Cintra Silva, Bonifácio Paulino de Carvalho, Antônio Flaquer, David Monteiro Gomes, Matheus Constantino, Serviliano Silva e João Bisquolo. De todos sou o único sobrevivente. Depois desse movimento, que só não conseguiu a vitória em virtude dos fatos ocorridos com a Revolução de 1930, participei da campanha autonomista de 1948, a qual, também iniciada pelo Jornal de São Caetano, obteve o resultado desejado. Foi aqui, que tendo encontrado o final de um sonho tão longamente acalentado, achei por bem afastar-me da política, mesmo porque, nela deixei o meu filho, Concetto Constantino, que continuou a obra iniciada por mim e meus amigos, dando com sua ação em 16 anos de mandato, continuidade aos desejos de servir ao povo de São Caetano e de contribuir a sua grandiosidade.

P - De quais entidades filantrópicas, associativas ou caritativas participou em São Caetano do Sul?

R - Participei de quase todas as campanhas filantrópicas. Fui fundador do Hospital de São Caetano, fundador do Grêmio Instrutivo e Recreativo Ideal (hoje Clube Comercial), fundador da Sociedade Amigos de São Caetano (que iniciou os primeiros movimentos da autonomia de 48) fundador da Associação Cultural e Artística de São Caetano do Sul, fundador do Grupo Dramático do Ideal, ex-membro da Sociedade Príncipe de Napoli, ex-sócio do São Caetano Esporte Clube, sócio de outras e diversas entidades assistenciais, mas o que mais me prendeu além da política, onde por longos 15 anos exerci o cargo eletivo de Juiz de Paz, fiz bom teatro amador em companhia de saudosos amigos, como Otávio Tegão, Fernando Piva, João Barille, Angelo Veronesi, Mario Menin, Adriano Galeazzi e tan-

tos outros que contribuíram para a vida associativa do então distrito de São Caetano.

P - Aque ramo de atividade dedica-se agora?

R - Mantenho-me ainda na atividade industrial, ocupando juntamente com meu filho, a direção da indústria, a qual fabrica artigos e esterilização para médicos e hospitais.

P - Qual o nome de sua esposa e filhos? Quando casou?

R - Casei-me com Josephina Masini em 3 de Junho de 1917, portanto há exatamente 50 anos, os quais serão festejados no próximo dia 3, daqui a uma semana. Desse matrimônio, obtivemos os seguintes filhos: Margarida, Marieta (casada com o sr. Wellington Pesinato) e Concetto (casado com dna. Bruna Bisquolo). Tenho também quatro netos: Evelyn Lucia, Roseli, William e Lincoln.

Terminando, quero dizer que, ao longo de meus 76 anos de existência como brasileiro e sulsancaetanense que me senti, procurei dar de mim em proveito dos que me cercavam e me recebiam com seu carinho. O povo de São Caetano, pelos seus elementos mais representativos, à Câmara Municipal, outorgaram-me o título algum tempo atrás de Cidadão Sulsancaetanense, ofertando-me naquela altura, medalha de prata pelos serviços que prestei. Sinto-me pago por tudo o que fiz, e orgulhoso pelo que deixo, representado não só por meus filhos e netos, como também pela grandeza que diviso no São Caetano de hoje.^{(2)*}

Notas

(1) Extraído do Jornal de São Caetano - nº 1.171, de 29 de Abril de 1967

(2) Extraído do Jornal de São Caetano - nº 1.175, de 27 de Maio de 1967

(*) Domingo Glenir Santarneckchi é jornalista, advogado e pesquisador da memória da cidade

A presença da Willys Overland do Brasil no ABC e o depoimento de Mário Chekin

No dia 18 de Novembro de 1999, foi realizado um jantar de confraternização no Restaurante São Judas Tadeu, em São Bernardo do Campo, na famosa *Rota do frango com polenta*. Neste caso, não foi uma confraternização comum. Tratou-se do 29º jantar dos pioneiros da indústria automobilística brasileira, ou mais especificamente uma *reunião daqueles que construíram com amizade e entusiasmo a Willys Overland do Brasil*.⁽¹⁾

Desde 1970, o tradicional jantar acontece anualmente congregando os ex-funcionários da mais importante indústria automobilística brasileira em sua fase pioneira de 1956 a 1966. Uma comissão formada por seis ex-funcionários da empresa – Ademar G. Feiteiro, Bernardo Herz, Luiz Antônio C. Oliva, Mário Chekin, Orlando Feijão e Osmar Rodrigues – conseguiu cadastrar em Outubro de 1998 nada mais que 274 ex-funcionários, espalhados pela região do Grande ABC e Grande São Paulo, inclusive o ex-presidente da empresa, William Max Pearce, residente na 61 Charles Hull Road, Orinda, Califórnia, Estados Unidos da América. Na preparação do 30º jantar desta confraternização, a mesma comissão já preparou uma lista de 500 ex-funcionários da Willys.

Para entender a magia e o encanto de uma confraternização deste tipo é preciso retroceder na história da indústria automobilística brasileira, até à década de 50, e nesta fase enquadrar o significado da importância de uma empresa como a Willys Overland do Brasil, antes mesmo do famoso decreto 39.412 de 16 de Junho de 1956, através do qual o Presidente da República Juscelino Kubitschek lançou as diretrizes da fabricação de veículos automotores, criando o GEIA - Grupo Executivo da

Acervo: Fundação Pró-Memória



Desembarque em São Paulo, em 18 de Julho de 1959, do dr. Edgar F. Kaiser, presidente das Indústrias Kaiser, acionária da Willys Overland do Brasil

P.A. Nascimento - Foto Stúdio Boer



Vista aérea das instalações da Willys Overland do Brasil, em São Bernardo do Campo, Junho de 1959

Indústria Automobilística. A data de 16 de Junho não foi escolhida em vão. Nessa data, em 1903, Henry Ford fundou em Detroit, a Ford Motor Company, e o presidente Juscelino nada mais fez senão fundar a *Detroit Brasileira*, em São Bernardo do Campo, *onde o ruído da usinagem de blocos de motores passou a ser a nova música industrial que os operários brasileiros aprendiam a tocar sob a regência de técnicos alemães e americanos, saudando 1956 como o ano decisivo da indústria do carro nacional*.⁽²⁾

Em 26 de Abril de 1952, um grupo de brasileiros liderados por Theodoro Quartim Barbosa fundou a Willys Overland do Brasil, cujo objetivo era a montagem de veículos (Jeep) da Kaiser Americana. Henry J. Kaiser, chefe das indústrias que formavam o grupo Kaiser em visita ao Brasil manifestou o desejo de participar de uma fábrica de auto-veículos, da linha Willys com capacidade de 50.000 veículos ano. A morte de Getúlio Vargas em Agosto de 1954 não mudou os planos de Henry Kaiser; de volta ao Brasil em Outubro, visitou o presidente Café Filho e informou que continuava estudando o projeto de uma grande fábrica no Brasil, em que participaria com 30% do capital, e integrari-

zaria os restantes 70% com brasileiros, que empreenderam uma verdadeira campanha popular, conseguindo vender ações a 44 mil pessoas.

INAUGURAÇÃO – A fábrica foi inaugurada em 7 de Março de 1958, com todas as pompas e circunstâncias, com o presidente Juscelino Kubitschek desfilando em um Jeep, ao lado do Cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, e o Deputado Antônio Silvio da Cunha Bueno, também diretor da empresa.

A imprensa brasileira e estrangeira acompanhava de perto a evolução da Willys Overland. A revista *Time*, em 14 de Novembro de 1959, publicou sob o título *The Joint Venture* a seguinte informação: *A Willys é brasileira, e completava: Agora, a Willys do Brasil é o maior fabricante de carros da América do Sul (10.000 unidades programadas para 1960) e tem um capital de 35 milhões de dólares, 55% detidos pelos brasileiros, 35% pela Willys e 10% por investidores franceses.*

No *Jornal do Brasil*, de 11 de Dezembro de 1956, um dos fundadores da empresa, Hickman Price Júnior, confirmava *A Willys do Brasil não é uma companhia americana. É brasileira. Metade dos seus 6.000 trabalhadores*



Publicidade dos carros produzidos pela Willys Overland do Brasil, décadas de 50 e 60

brasileiros possuem ações da companhia; 95% das peças do jipe são feitas no local, e os brasileiros, orgulhosamente chamam o produto de *O jipe brasileiro*.

Até 1966, a Willys Overland do Brasil era realmente uma grande empresa, com diferencial em relação as outras, nos seguintes aspectos: produção diversificada, incluindo oito tipos de veículos, ampla assistência médica e jurídica à disposição dos seus empregados, oferecia empréstimos financeiros por motivos de moléstias, e possuía um moderno restaurante próprio. Na área cultural e de lazer a Willys mantinha um coral com quarenta cantores, reunindo mecânicos, engenheiros, faxineiros e advogados, e um clube esportivo na Vila Palmares com equipes de futebol, pingue-pongue, e outras modalidades.

Toda esta fase áurea ou romântica da Willys, digamos assim, começou a transformar-se a partir de 1964, com a Revolução de 31 de Março, e a criação de uma Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI-1964) no Ministério da Indústria e Comércio, que extinguiu o

GEIA, e criou o Geimec - Grupo Executivo das Indústrias Mecânicas. Já a partir de Outubro de 1965, sob um novo modelo econômico, as indústrias automobilísticas passaram por provações, o que levou algumas delas a optar por fusões, para barateamento do custo unitário dos veículos. Neste contexto a Ford Motor Company torna-se acionista principal da Willys Overland do Brasil, adquirindo as ações que estavam em poder da *Kaiser Jeep Corporation* e da *Régie Nationale de Usines Renault*. A grande dúvida na época, Novembro de 1967, era se a Willys iria lançar os carros *M* criados pela própria Willys e que consistia em três modelos de carros de tamanho médio e alto desempenho: um sedan quatro portas, um cupê esportivo, duas portas, e uma camioneta. A Ford preocupava-se em justificar a compra da Willys, afirmando através da imprensa que os modelos Itamaraty, Aero-Willys e o Gordini continuariam a ser produzidos normalmente, assim como a linha de utilitários: o Jeep, as Pick-ups jeep e a perua Rural Willys.

EVOLUÇÃO – A fase de grande evolução da Willys Overland prolongou-se até 1968, com a Ford absorvendo o projeto do automóvel Corcel, da Rural-Willys, mas extinguindo gradativamente toda a linha de utilitários derivados do jeep.

O grande sonho de Henry Kaiser, chegara ao fim: o de instalar uma General Motors nos trópicos, fugindo de Detroit, área de influência das três grandes, GM, Ford, e Chrysler. O projeto megalomaniaco da Kaiser Argentina e Willys Overland do Brasil, mesmo contando com o apoio e união de empresários locais, e também da poupança dos próprios trabalhadores, que adquiriam ações, e a transferência da linha de montagem de Willan Rum para Córdoba, e a de Toledo para São Bernardo do Campo, iria sobreviver somente na memória dos seus trabalhadores.

O processo de desnacionalização da Willys Overland atingiria também as linhas de montagem das pequenas montadoras, a Vemag (Veículos e Máquinas Agrícolas) cederia suas instalações para a Volkswagen, e a Simca, francesa, cederia para a Chrysler. Henry Kaiser sabia que a Volkswagen e as três grandes de Detroit, com o tempo, absorveriam os grupos nacionais privados e dariam um novo rumo à indústria automobilística brasileira.

Neste contexto, a herança cultural da Willys Overland no Brasil, é marcante e fundamental, pois passados 33 anos, da venda para a Ford, seus ex-funcionários ainda se confraternizam para reviver a memória willyana. (*Texto e pesquisa de José Roberto Gianello, sociólogo e assessor cultural da Fundação Pró-Memória*)

Notas

(1) Frase impressa no convite do jantar de confraternização de 1999

(2) Gonçalves, Vergnaud Calazans. O Automóvel no Brasil - São Paulo, Boa Leitura Editora S/A, 1965.



Mário Chekin durante seu depoimento na Fundação Pró-Memória, em 17 de Março de 2000

Depoimento de Mário Chekin

Um dos ex-funcionários da Willys, participante dos 29 jantares desde 1970, é o sancaetanense Mário Chekin, nascido em 27 de Setembro de 1929, filho de russos, e criado no Bairro Santa Paula, Mário Chekin, conta-nos parte de sua vida e a sua vivência na Willys Overland.

“Estudei no Colégio Santo Antônio, esquina das ruas Manoel Coelho e Conde Francisco Matarazzo, dirigido pelas irmãs da Providência, onde fiz o curso primário e depois continuei os estudos no Instituto de Ensino de São Caetano, que existe até hoje, onde me formei em contabilidade, e comecei a trabalhar na General Motors, em 1944, começando na função de Cardexista, profissão extinta pela própria evolução do processo tecnológico, e que consistia em controlar fichas de estoques de material de almoxarifado. Após um ano de trabalho, passei a separador de peças, depois de três anos a líder de recebimento, onde fiquei até 1954, completando quase dez anos de trabalho, pois naquela época, devido à lei da estabilidade, dificilmente um funcionário ultrapassava este limite de tempo.

Após a saída da GM, tentei trabalhar por conta, mas não muito feliz, embora meu capital proveniente da indenização havia sido suficiente para esta empreitada. Nesta época, eu morava na rua Martim Francisco, nº 32, com meus pais, e vivia tranquilo, pois o meu pai exercia função bem remunerada de chefe da mecânica de caminhões auto-bomba na Texaco, e era o único que cuidava da manutenção destes caminhões que abasteciam o aeroporto de São Paulo, e viajava constantemente para Recife, Salvador, e outras capitais de estado.

Em fins de 1957, começo de 1958, foi quando resolvi abandonar o trabalho autônomo e retornar à indústria, aproveitando-me da indicação do meu nome na Willys Overland, levado por antigos companheiros da General Motors. Assim em Junho de 1958, fui chamado pelo Departamento de Colocações da Willys para exercer a função de feitor de recebimento na área de eixos e transmissões, já que a fábrica de motores inaugurada oficialmente em 7 de Março de 1958, pelo presidente Juscelino Kubitschek já estava em pleno funcionamento. Foi uma inauguração interna, apenas formal, considerando que a produção de carros utilitários utilizava o mesmo tipo de motor tanto para os jeeps como para as pick-ups. As demais dependências da Willys Overland se localizam em Taubaté, São Paulo, onde havia um aeroporto particular utilizado especificamente para recebimento das peças da Willys americana, e também um grande depósito em Jaboatão, Pernambuco, que seria para futura montagem do jeep no nordeste.

A principal característica administrativa da Willys nesta fase pioneira da indústria automobilística brasileira foi a de servir como uma grande escola na formação de uma geração de técnicos que ensinavam os fabricantes de autopeças, incipientes naquela época, a desenvolver modernos recursos de fabricação e controle

de qualidade das peças. O processo consistia em difundir entre os fabricantes de autopeças um conceito de qualidade, onde o fornecedor só desenvolvia uma determinada peça com a presença de engenheiros e técnicos da própria Willys, para auxiliar no desenvolvimento da padronização dos produtos, inclusive no apoio de investimentos para aquisição de máquinas, cujo valor era descontado nos preços das peças fornecidas.

Este programa de qualidade ajudava a capitalização dos fornecedores, na expansão da área produtiva e aumento da produção, dando um salto qualitativo importante para a modernização do parque industrial paulista e brasileiro daquela época. A Willys chegava a abrir mão do recebimento de peças fora da especificação colocando suas próprias instalações industriais a serviço do fornecedor para a correção das irregularidades e aperfeiçoamentos dos processos, criando uma verdadeira seção de recuperação de peças. Assim, as peças rejeitadas não eram devolvidas, eram recuperadas e após cinco dias entravam na linha de montagem.

De 1958 até 1964, trabalhei como feitor de recebimento, e depois passei a Feitor Geral, englobando todas as áreas de eixos e transmissões, incluindo recebimento, distribuição na linha, etc., e depois em 1967, passei a Superintendente de almoxarifado e recebimento de peças produtivas, o nome naquela época era "Body Assembly" onde era a montagem dos veículos propriamente dita. Em 1958 a Willys já abandonava o sistema chamado "CKD", ou seja de recebimento de peças prontas, e começava a fabricar aqui mesmo as peças como coroa, pinhão, rolamentos, caixa de câmbio, diferencial, etc., e em 1960 praticamente os eixos dianteiros e traseiros dos veículos já eram fabricados em São Bernardo do Campo.

O número de funcionários em 1958 era de aproximadamente 580 a 800; e em 1962 este número já era de 3.500 funcionários.

Em toda esta minha época de trabalho na Willys, constatei que a convivência entre os funcionários, gerentes, e até diretores era muito sadia, as considerações que os diretores norte-americanos tinham pelos empregados brasileiros, eu diria, era "fora de série". Se alguém necessitasse de auxílio por motivo de saúde, a fábrica colocava os veículos de uso interno para o transporte dele ou familiares para os hospitais. Em caso de auxílio para compra do carro próprio, em geral jeep ou perua rural, o valor era dividido em inúmeras parcelas, sem juros, correção monetária, e de acordo com o salário pessoal do trabalhador.

Foi durante o final dos anos 50, que a Willys, introduziu o transporte coletivo dos empregados, utilizando os chamados "papa-filas" (carroçarias de ônibus, tracionados por caminhões) com capacidade para cem passageiros por toda a Grande São Paulo.

A rotina dos operários na Willys começava às 6 horas da ma-

nã na seção de estamparia e havia troca de turno às 14 horas e as 22 horas, devido ao pequeno número de prensas suficientes para atender a produção. Com o aumento do número de prensas, o horário foi alterado, utilizando-se apenas duas turmas: das 7 às 17 horas e das 17h30 às 1h30.

Quanto à alimentação fornecida aos empregados da Willys, o serviço de restaurante era excelente, o empregado que se utilizava do chamado "bandeirão" recebia arroz, feijão, batata, carne, leite, suco de laranja, frango, peixe. Todo dia era variado, e na sobremesa, então, tinha gelatina, sorvete, bolo, ou seja, o restaurante dos "peões" era de primeira qualidade. O valor das refeições, em termos atuais equivaleria a um real, guardadas as proporções do preço cobrado em qualquer restaurante na época que cobrava de seis a dez reais. Na assistência médica, a Willys mantinha cinco médicos para atendimento domiciliar e em 1966, a Willys fez o primeiro convênio com hospitais, melhorando cada vez mais o atendimento médico.

Na área de lazer e cultura, a Willys alugou uma chácara, localizada na Vila Palmares, com piscina, quadras de basquete, restaurante, onde se praticavam também outras modalidades de esportes. Lembro-me que o animador Silvio Santos costumava realizar programas artísticos no clube, levando todo um elenco de cantores e humoristas famosos na época. As condições do clube eram tão boas que, num determinado ano, que não lembro, ali foram alojados os lutadores de boxe que participariam de um campeonato mundial realizado no Brasil.

Nunca esqueço da festa de final de ano realizada em 1958, no Ginásio do Ibirapuera, aliás o último ano naquele local, pois depois passaram a ser realizadas na própria fábrica. Acho até hoje que foi um gasto exorbitante. Foram colocados 22 papa-filas à disposição dos funcionários e familiares para o Ibirapuera, onde aconteceu um show circense das 8 da manhã às 14 horas. Tinha à disposição da criançada sorvetes, lanches, guaraná, a vontade, com muito desperdício, pois as pessoas enchiam sacos de plásticos com estes alimentos para levar para casa. Vou te contar uma história: eu era o homem que controlava o transporte naquela época, naquela festa, nós trouxemos de volta para São Bernardo, duas carretas carregadas de alimentos e distribuímos para 25 creches da cidade. O pessoal de Recursos Humanos solicitava-me a guarda dos brinquedos que seriam distribuídos, e no teto da fábrica de eixos e transmissões onde havia uma espécie de jardim de inverno, a área foi coberta e as festas passaram a ser realizadas neste local, com a distribuição de brinquedos. Depois ficou impraticável este tipo de festa na própria fábrica, e aí os próprios pais recebiam os presentes para os filhos e os levavam para casa. Diga-se de passagem que os brinquedos eram todos importados: carrinhos que já eram a pilha, vinham dos Estados Unidos.

Dentro da própria Willys havia postos de abastecimentos de alimentos, o que deu origem às cooperativas de consumo, depois instaladas nas outras indústrias.

Na minha vida profissional dentro da Willys, participei também da unidade fabril em Jabotão, Pernambuco, como encarregado de transportes de todos os equipamentos utilizados na montagem de jeeps e perua rural, e até o jipão chegou a ser montado lá. Quando a Ford adquiriu a Willys, a unidade de Jabotão foi transformada numa fábrica de chicotes (fiação elétrica) para todos os veículos. Uma outra unidade da Willys foi a fábrica do bairro de Interlagos, em São Paulo, graças à admiração que o presidente William Max Pearce tinha pela equipe de corredores de automobilismo, principalmente o corredor Bird Clemente, e através desta amizade, os corredores con-

venceram a Willys a criar um carro esporte e aí surgiu o primeiro carro esporte montado com fiberglass (fibra de vidro), um empreendimento pioneiro no Brasil, um carro esportivo, sem capota, era amarelo e vermelho; estes carros não tinham mercado e a fábrica foi desativada, o motor era o da Renault, chamado 1093.

Os carros de passeio da marca Willys começaram a ser fabricados a partir de 1961, 1962. (Gordini, Dauphine, Aero-Willys) principalmente um tipo de carro que se chamava pé-de-bode totalmente despojado de requinte e luxo, com um custo de 30% abaixo do modelo normal.

Eu sempre participei na área de transporte, inclusive na época dos Salões do Automóvel, que eram realizados primeiro no Ibirapuera e a partir da década de 70 no Anhembi. Foram noites e noites de trabalho para que tudo desse certo, e fazíamos o possível para que o nosso stand fosse o mais bonito da feira.

Uma outra imagem que ficou gravada na memória do povo em relação à Willys Overland estava relacionada com uma equipe de corridas chefiada por Luiz Antônio Grecco. Foi a famosa equipe Willys, que em 1965 participou das 47 principais provas automobilísticas realizadas no Brasil. Os veículos vencedores eram o Willys-Interlagos, Renault 1093, Renault Gordini e outros. Fazia parte da equipe corredores que depois se tornariam famosos: Luiz Pereira Bueno, Wilson Fittipaldi Júnior, Carol Figueiredo, Francisco Lameirão, José Carlos Pace, Bird Clemente e outros.

Havia na presidência do clube da Willys uma pessoa ligada ao pugilismo, da qual só lembro o sobrenome: Batista. Esta pessoa trazia grandes pugilistas para exibições em nosso clube do qual saíram muitos campeões.

Na área de administração de pessoal e recursos humanos, a política utilizada na empresa era justa e democrática, tanto em treinamento como segurança industrial. Havia um plano de carreira, e muitos cursos com dinâmica de grupo, formando-se na época (1962), uma comissão pioneira chamado Comissão de Relações do Trabalho que era na origem o que hoje chama-se Comissão de Fábrica, com a diferença de que a comissão hoje é controlada pelo sindicato da categoria e naquela época era contratada pelos próprios funcionários da empresa. Gostaria de acrescentar ainda que o índice de acidentes de trabalho naquele época era muito baixo, graças ao trabalho da CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e da conscientização dos trabalhadores através de reuniões e palestras com os cipeiros.

Concluindo meu depoimento, relembro que era muito comum referir-se com a Willys como A Grande Mãe Brasileira, porque somente quem trabalhou e conviveu aquela época, lá dentro, pode avaliar esta fase de ouro que foi de 1956 a 1966, antes da fusão com a Ford.

A partir da fusão com a Ford, o clima na Willys ficou tenso, foram cortados muitos benefícios, os processos judiciais aumentaram e principalmente foi-se perdendo o entusiasmo, e aquele clima familiar que até então existia, acabou.

Eu continuei trabalhando na Ford até a aposentadoria, prestei serviços na Ford Ipiranga e na Ford-Philco no Bairro Tatuapé, afastando-me definitivamente em 1981.

Hoje faço parte da comissão que organiza a confraternização anual dos pioneiros da Indústria Automobilística e esperamos encontrar em Novembro de 2000 meus ex-companheiros para mais uma reunião daqueles que construíram com amizade e entusiasmo a gloriosa Willys Overland do Brasil." (Depoimento de Mário Chekin, ex-superintendente da Willys Overland, na Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, em 17 de Março de 2000)

Um Olhar Viajante: série revela aspectos do Brasil Colonial

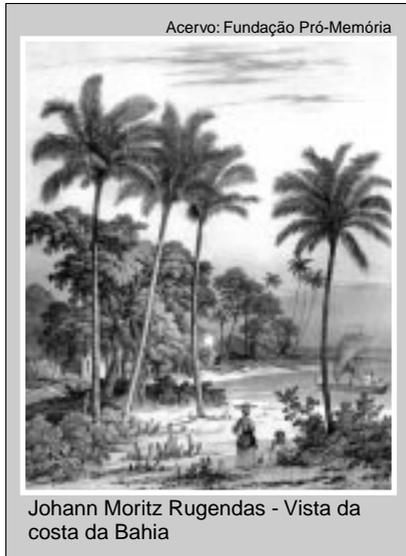
Claudinei RUFINI(*)

No ano em que se comemoram os 500 anos do Descobrimento, a Fundação Pró-Memória retoma a série *Um Olhar Viajante*, com seis exposições diferentes, propondo uma redescoberta visual do Brasil a partir dos relatos e retratos de viajantes e artistas que percorreram o país entre os séculos XVI e XIX, mostrando aspectos esquecidos ou mesmo desconhecidos de nossa História.

A Natureza brasileira fascinou os europeus desde a sua chegada às costas da Bahia, em abril de 1500. Exuberante e desconhecida, estimulou a imaginação dos artistas, a curiosidade dos cientistas, e a perplexidade dos viajantes. Não era sem razão. Afinal, o Novo Mundo, recém-descoberto, mostrava-se totalmente diferente para eles: suas florestas, seus animais, sua gente e seus costumes.

As novidades das terras brasileiras, no entanto, permaneceram desconhecidas para os não-portugueses durante centenas de anos. Entre os séculos XVI e XIX, o território nacional ficou fechado para estudiosos e artistas, mas foi percorrido por muitos aventureiros, que legaram um retrato da História e das belezas do Brasil em suas narrativas.

Durante todo o período colonial, os portugueses tiveram receio da cobiça dos outros países que, conhecendo as riquezas naturais brasileiras, invadiriam a terra que lhes pertencia. É bem verdade que isso aconteceu com as fracassadas tentativas francesas e holandesas de ocupar uma parte do imenso



Johann Moritz Rugendas - Vista da costa da Bahia

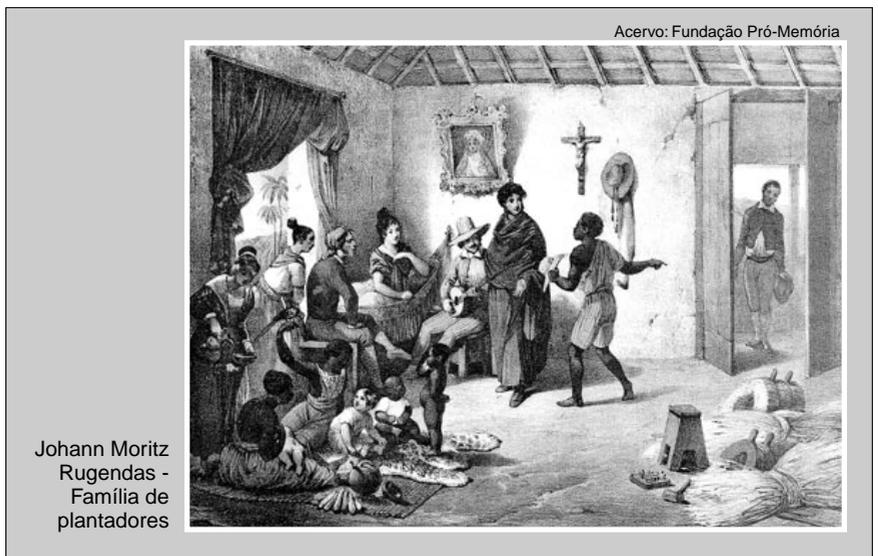
território: os franceses, no Rio de Janeiro e no Maranhão; os holandeses, em Salvador e Pernambuco, chegando mesmo a dominar quase todo o Nordeste.

Com isso, Lisboa proibiu, durante muito tempo, a entrada de cientistas e naturalistas, inclusive o maior deles, o barão alemão Alexander von Humboldt. Com a vin-

da da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, e a abertura dos portos para as nações amigas, esse panorama começou a mudar, permitindo o trabalho de muitos estudiosos que, invariavelmente, eram acompanhados por grandes artistas que retrataram a Natureza e a sociedade brasileiras a partir das primeiras décadas do século XIX.

Encantados pela luminosidade, pelas cores, pelas formas e pela diversidade dos trópicos, os artistas/viajantes deixaram-nos um legado histórico sem precedentes para conhecermos um pouco de nosso passado. Suas imagens mostram a natureza tropical, a formação étnica do povo brasileiro, seus hábitos, suas cidades, seu trabalho e seu modo de vida.

Povo – Não existe pecado do lado de baixo do Equador. Assim um cronista do século XVI exprimia sua perplexidade frente aos costumes dos habitantes do Novo Mundo, as tribos indígenas que povoavam a costa brasileira, com-



Johann Moritz Rugendas - Família de plantadores

Acervo: Fundação Pró-Memória



Johann Moritz Rugendas - Rua Direita (Rio de Janeiro)

pletamente diversos dos rígidos padrões morais e religiosos que dominavam a Europa havia séculos. Tais hábitos culturais, confundidos com selvageria, possibilitaram o estabelecimento de uma relação de aceitação e receptividade entre índios e europeus, responsável pela gestação do povo brasileiro, uma população singular, em sua maioria formada por mestiços.

Os artistas/viajantes foram observadores privilegiados dessa sociedade e a retrataram. Por serem estranhos à população visitada, puderam penetrar em seus costumes, exercendo sua capacidade de pensamento e análise do mundo encontrado, com seus personagens e cenários de paraíso ou inferno.

Invariavelmente, todos os cientistas seguiram o roteiro estabelecido pelo barão Humboldt, o maior naturalista de todos os tempos, que os influenciou tanto no objeto de estudo, como na metodologia aplicada. Em sua obra principal, *Kosmos*, Humboldt não pôde incluir nada sobre o Brasil, uma vez que as autoridades portuguesas impediram sua entrada na colônia, por considerá-lo um espião. Porém, seus seguidores levaram-lhe adiante os ensinamentos, propondo um conhecimento que deveria abran-

ger todos os aspectos das regiões visitadas, de sua flora, da fauna, do povo, das cidades, das línguas faladas e extintas; deveriam ser coletados todos os registros possíveis, *acima e abaixo da terra*.

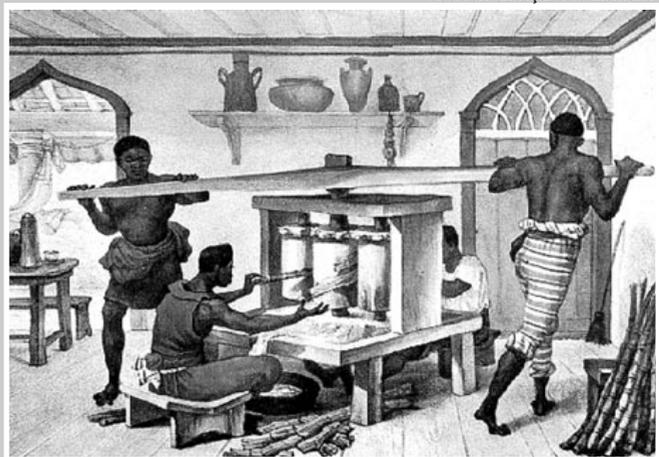
CIDADE – Em suas jornadas, os artistas/viajantes procuravam registrar não apenas os elementos naturais, a paisagem e o povo das localidades visitadas. Dotados de um profundo sentido de percepção, conseguiram captar e registrar as minúcias dos espaços urbanos, de sua população e das atividades sócio-econômicas e culturais que os vivificavam. Testemunharam e registraram, alguns até participaram,

das transformações arquitetônicas e urbanísticas da Colônia que começava a transformar-se em Nação, guardando em suas imagens os retratos de um Brasil que não existe mais, um patrimônio histórico perdido nesse processo de transformação do qual, hoje, a única lembrança são tais imagens.

Durante todo o período colonial e na maior parte do período imperial, a população brasileira, em geral, vivia basicamente nas regiões agrícolas. Senhores e escravos, imigrantes e ex-escravos libertos, concentravam-se nas vilas e povoados dos centros produtores ou nas propriedades rurais. A população de 3 milhões de habitantes que o Brasil possuía em 1822, saltou para 10 milhões em 40 anos, em virtude do aumento da imigração. Contudo, apenas 600 mil pessoas viviam nas poucas cidades com mais de 50 mil habitantes. Os cronistas já registravam muitos dos problemas que as, hoje, grandes cidades enfrentam.

COSTUMES – Os viajantes que percorreram o país desde o Descobrimento, foram observadores atentos e privilegiados da formação da Nação brasileira. Registraram a mistura das raças e culturas, ora superando conceitos euro-

Acervo: Fundação Pró-Memória



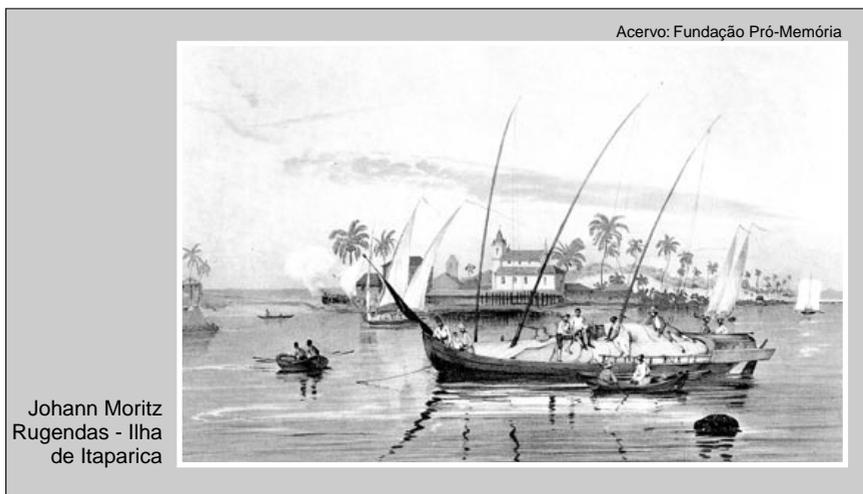
Jean Baptiste Debret - Pequena moenda portátil

peus pré-concebidos, ora confirmando-os.

Alguns viajantes, naturalistas e artistas, conseguiram um registro impressionante da natureza e da vida no Brasil, principalmente no século XIX. Eles observaram e descreveram a sociedade e seu cotidiano, apesar das muitas dificuldades para compreendê-la; contribuiu para isso a diferença cultural entre o observador europeu, dotado de uma visão de mundo abrangente, consoante com seu tempo, em contraste com uma tradição colonial que pouco mudara em três séculos de dominação portuguesa. Eles procuraram superar essas barreiras observando, refletindo e descrevendo as crenças e tradições populares, bem como estudando o folclore e a História das populações visitadas.

Johann Moritz Rugendas e Jean Baptiste Debret foram, talvez, os artistas que melhor retrataram esses aspectos da vida brasileira, deixando-nos um legado histórico sem precedentes para conhecermos um pouco do nosso passado.

TRABALHO – Depois de três séculos de dominação colonial portuguesa, a sociedade brasileira conservou muitas das tradições do co-



Johann Moritz
Rugendas - Ilha
de Itaparica

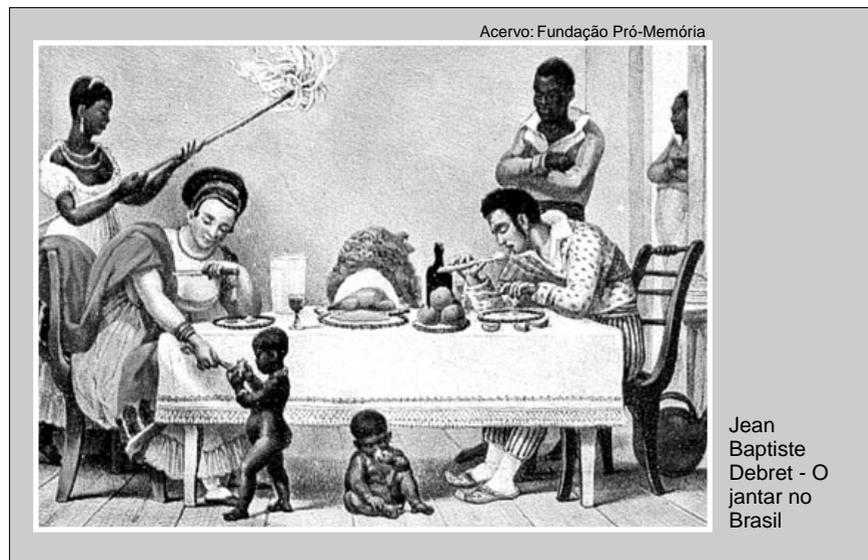
lonizador mas também moldou o seu próprio caráter e sua própria vida. Não poderia ser diferente nas questões relativas ao trabalho e à atividade econômica, ainda mais porque uma das principais heranças dos tempos coloniais foi a manutenção do regime escravagista, que firmou-se como a base do sistema de produção durante a vigência do regime imperial.

A herança cultural desse período ainda pode ser encontrada nos modos de produção agrícola - como as queimadas, por exemplo - praticados em muitos pontos do interior do País.

VIAJANTES – Quem viesse ao

Brasil tinha de desembarcar no Rio de Janeiro, para obter licença e, se fosse o caso, receber as cartas de apresentação das autoridades, mesmo que seu destino final fosse outra localidade. A partir dali os artistas/viajantes percorriam o Brasil, deixando-nos um legado histórico sem igual, pois gravaram em suas pinturas e textos, um país pouco conhecido por seus próprios habitantes.

Além de preocupar-se em registrar os aspectos naturais das regiões visitadas, de seu povo, de suas cidades e economia, registraram, também, as dificuldades de seu próprio ofício, tendo de superar as limitações físicas e tecnológicas para levar avante sua missão. Tais dificuldades eram partilhadas com quem necessitasse, por algum motivo, percorrer os difíceis caminhos da terra. Muitos perderam a vida durante a jornada, mas o resultado desse sacrifício é a memória guardada de nosso passado, de um tempo em que sobreviver era maior desafio. (Vide matéria na seção Registro, na página 85 desta edição)



Jean
Baptiste
Debret - O
jantar no
Brasil

(*)Claudinei Rufini é jornalista e secretário executivo da Fundação Pró-Memória

Clube Lilim Mirim: O reino alegre das crianças nos anos 50

Armando LOPES(*)

Milhares de sancaetanenses devem lembrar com saudades do Programa Lilim Mirim, que acontecia todos os domingos no salão nobre do São Caetano Esporte Clube, na época localizado na rua Perrella, dedicado inteiramente à garotada. Assim, durante mais de cinco anos, a partir de setembro de 1957, o programa foi mantido e tinha início às 10 horas, com duas horas de duração.

O espetáculo apresentava números variados de canto, instrumental, balé, interpretação e humorismo com a participação dos garotos inscritos e aprovados nos ensaios.

De acordo com registros, o nível artístico era elevado, pois além das fortes tendências artísticas daqueles astros mirins, eram os mesmos muito bem ensaiados e preparados para as apresentações. Por isso, tornou-se na época, muito famoso o Clube Lilim Mirim que atraía grande número de espectadores lotando sempre o auditório do São Caetano Esporte Clube nas suas Domingueiras.

Para tanto desempenhavam importante trabalho a professora Cleusa Elias Corrêa responsável pelo departamento de canto e parte instrumental; professora Marlene Simões no departamento de balé, Alfredo Varela e Oduvaldo Casanova no humorismo e ainda dona Luiza Lopes pelo departamento Social, tudo sob a coordenação geral do presidente do clube, Armando Lopes.

Segundo relatos da época, os domingos eram verdadeiros dias de festas, em razão da grande expectativa e orgulho, não só dos artistas mirins que iam se apresentar, como também das famílias em ter um parente no espetáculo.

A freqüência era maçoça, a maioria



das crianças acompanhada por familiares, que além dos números de bom nível e agrado geral apresentados, ainda participavam das brincadeiras organizadas.

PROGRAMA - Religiosamente aos domingos, precisamente às 10 horas, tinha início o programa. Um pouco antes, começavam a chegar os frequentadores que tinham entrada franqueada. Na portaria, todos recebiam guloseimas, como balas e chocolates, além de um bilhete numerado que dava direito a concorrer a brindes sorteados ao final do programa. A Chocolates Pan enviava seus produtos como forma de cortesia, enquanto outros brindes eram oferecidos por casas comerciais da cidade. Em muitas ocasiões, sorvetes Kibon eram distribuídos durante o espetáculo.

Ao som do prefixo característico e da música *Veraneio* tinha início o espetáculo. Entre os participantes destacavam-se nos números de canto apresentados por Valmem Piazi, Rosa Maria, Francisco Corbacho (Silvio Ramos), Vanderley Grechi, Pedro Genga e Vlademir Capela. Os números com acordeão e piano, assim como os de balé, eram bastante apreciados.

Outra sensação era o *Pingo de gente*, nome artístico do garoto João

Casanova, que causava delírio na platéia imitando Germano Matias, o malandro de araque. As apresentações dos palhaços Palito e Casanova eram também muitos apreciados sendo adorados pelos frequentadores.

Porém, a grande expectativa do público ficava para o final, uma vez que era chegada a hora do sorteio. Entre os brindes ofertados havia um que fazia enorme sucesso. Era um bolo especialmente confeccionado pela Confeitaria Perrella (famosa na época) o que também colaborava para a alegria da criançada.

É importante ressaltar que tudo isso era feito graciosamente, uma vez que não era cobrado ingresso aos espectadores, e muitos deles ainda ganhavam brindes. Outro dado importante era o fato de os filiados ao clube não pagarem taxas nem mensalidades ou qualquer outro ônus. Portanto, o Clube Lilim Mirim, durante sua existência, transportou ao mundo do encantamento grande número de crianças da cidade.

(*)Armando Lopes, jornalista, editor do jornal O Arauto

Momentos de grandes perdas: ganhamos, mas não levamos

José Odair da SILVA(*)

Do início de 1954 até o final de 1955, o Brasil viveu um período bastante conturbado. Foi um tempo difícil com perdas significativas e envolvimento políticos que marcariam para sempre a vida do país. A seleção brasileira de futebol perdeu de quatro a dois para a Hungria e foi eliminada da Copa do Mundo na Suíça; a baiana Marta Rocha perdeu o título de Miss Universo por duas polegadas a mais de quadris; o atentado a tiros na rua Toneleiros, Copacabana, Rio de Janeiro, feriu o oposicionista Carlos Lacerda e matou o major-aviador Rubens Vaz, o presidente Getúlio Vargas foi acusado de mandante do crime; o deputado Afonso Arinos, líder da UDN exige a renúncia do presidente, foi apoiado por brigadeiros do Clube da Aeronáutica, a cúpula da Marinha e alguns generais do Exército.

A UDN era um partido político fundado em 1945, que nasceu praticamente da campanha pela redemocratização do país, reunindo os setores oligárquicos contrários a Getúlio Vargas e representantes do grande capital. Durante muitos anos teve a segunda maior bancada na Câmara e no Senado, perdendo apenas para o PSD. A partir das eleições de 1962, perdeu posição para o PTB. A UDN foi o partido que forneceu a base política para o golpe militar que derrubaria o presidente João Goulart. O partido foi extinto em 1965, pelo Ato Institucional nº 2. ⁽¹⁾

Vargas suicida-se no dia 24 de agosto de 1954, às 8 horas, com um tiro no peito. No mesmo dia toma posse Café Filho que prometeu



manter a normalidade constitucional. A direção do PSD indica Juscelino Kubitschek candidato a presidente; ele propõe a mudança da capital para o Planalto Central. A UDN não aceita a candidatura de JK e lança Juarez Távora como seu candidato à presidente. Jânio Quadros torna-se governador de São Paulo eleito com 660 mil votos contra 642 de Adhemar de Barros. Oswaldo Samuel Massei de São Caetano do Sul é eleito deputado estadual. Morre do coração Carmem Miranda aos 46 anos.

O presidente Café Filho licencia-se por doença no coração, Carlos Luz presidente da Câmara assume a presidência e Juscelino Kubitschek elege-se presidente com 3,1

milhões de votos contra 2,6 milhões de Juarez Távora, Adhemar de Barros ficou com 2,2 milhões de votos. Articulações golpistas promovidas pela UDN armam-se para impedir a posse do novo presidente eleito. O Ministro da Guerra, general Teixeira Lott, para garantir a posse de Juscelino Kubitschek, toma a cidade do Rio de Janeiro com 25 mil soldados, depõe Carlos Luz que se refugia a bordo do cruzador Tamandaré. Assume a presidência o vice-presidente do Senado Nereu Ramos, que decreta estado de sítio, que vigorou até a posse de JK.

É nesse cenário conturbado do Brasil que São Caetano do Sul viveu um fato que a projetou ao ápice da municipalidade nacional, criando no

povo local um orgulho e satisfação sem igual e ao mesmo tempo do ápice ao inferno desmanchando todo um sonho e humilhando todos os moradores da cidade.

Chegava a notícia na cidade de que São Caetano do Sul estava na final do concurso promovido pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal, do Rio de Janeiro, para julgar quais os municípios brasileiros de maior progresso entre os 1894 existentes no país. A cidade passou da primeira fase, depois disputou entre os 70 maiores e agora se encontrava na finalíssima entre as dez cidades de maior progresso.

Dessas dez cidades três eram paulistas: São Caetano do Sul, Adamantina e Araras. Os representantes desses finalistas compareceriam no dia 18 de agosto de 1955 perante um júri para o julgamento, aos cinco melhores seria conferido diploma de honra em sessão solene pelo presidente da República, João Café Filho. Além dos diplomas, os cinco melhores municípios teriam seus nomes vinculados em farta publicidade, pois colaborava com o concurso a revista *O Cruzeiro*.

REPERCUSSÃO – Para esse fim, o prefeito Anacleto Campanella reuniu enorme quantidade de material que possibilitasse levar a cidade a vitória, o que repercutiria em todo o Brasil. Anacleto Campanella deveria defender oralmente a posição de São Caetano do Sul, dando explicações claras, precisas e minuciosas a respeito da administração local, melhorias de escolas, limpeza, segurança pública e outros aspectos do real progresso da cidade.

Nesse mesmo ano, em fim de agosto, circulou a notícia de que a prestigiada revista norte americana *Time*, de grande circulação nos Estados Unidos e no mundo, havia consagrado a capa de sua última edição ao prefeito de São Caetano do Sul, Anacleto Campanella e cuja foto-



grafia aparecia na capa. A cidade era a que mais crescia no Estado, estava entre as dez de maior progresso e ainda era lembrada pelo *Time*, era o máximo para o povo da cidade. Entretanto, não se tratava do prefeito, no caso da revista, mas de um homônimo, famoso campeão de *baseball* nos Estados Unidos de nome Roy Campanella.

Os juízes eram membros da Comissão Consultiva da Administração Pública composta por: Luiz Simões, João Pinheiro Filho, Aristeu Dardeauv Vieira, Benedito Silva Cleanto de Paiva Leite, Flávio Penteadó Sampaio, Geraldo de M. Cortez, Jair Tovar, José Monteiro de Castro, Orlando M. Carvalho, Rafael Xavier e Estelita Campos. Para convidar oficialmente o prefeito e estar na finalíssima do concurso estiveram em São Caetano do Sul o jornalista Mário Moraes da revista *O Cruzeiro*, Geraldo N. Hardy (Consultor Técnico) e outros elementos do Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Na ocasião Anacleto Campanella afirmou categoricamente: *É pena que serão*

escolhidos os cinco principais municípios sem especificação do primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto lugares, porque tenho a certeza de que o primeiro lugar caberia indubitavelmente a São Caetano do Sul. É com essa confiança que embarcaremos para a capital federal para mostrar ao Brasil o que é o nosso município.⁽²⁾ O prefeito viajou acompanhado do presidente da Câmara, José Marum Saab.

DESCCLASSIFICAÇÃO – Foi com grande choque emotivo que a cidade recebeu a notícia da desclassificação de São Caetano do Sul entre os cinco municípios de maior progresso e a recusa do prefeito Anacleto Campanella em trazer para a nossa cidade o diploma entregue pelo presidente da República Café Filho, tendo-o devolvido ao Instituto Brasileiro de Administração Municipal. O município não havia conseguido a colocação esperada. A cidade ficou chocada. Era sabido que São Caetano do Sul superava em arrecadação os nove outros concorrentes juntos. Os membros do Conselho Diretor do concurso apresentaram os seguintes motivos para a desclassificação: 1) São Caetano tinha seu progresso como conseqüência da sua vizinhança com a capital do Estado; 2) São Caetano do Sul sozinho tinha uma receita superior ao Estado do Maranhão ou do Piauí e, como tal, constitui um caso especial.

Estes dois motivos que desclassificaram a cidade contrariaram as normas do concurso que estabeleciam: a) o objetivo era dar valor às obras executadas no campo da administração pública; b) a inscrição deveria ser simples acompanhada de uma breve descrição das atividades desenvolvidas durante o exercício de 1954; c) posteriormente o município finalista designaria um representante para defender as razões porque considera o seu município de maior progresso.

Estas eram as condições básicas do concurso que não foram adotadas no caso de São Caetano do Sul, a atitude foi considerada irresponsável e desonesta, pois não se tinha o direito de ferir direitos adquiridos. O único município de todos os concorrentes que respeitou as cláusulas foi São Caetano do Sul. Os demais apenas fizeram literatura e contaram sua História num flagrante desrespeito às bases do concurso. Os técnicos concederam apenas 15 minutos aos respectivos representantes para a defesa de todas as realizações e provas do progresso alcançado, tempo que não foi suficiente para nenhum representante. Depois das exposições foi oferecido um almoço a todos e à tarde a mesma comissão reuniu-se para escolher os classificados, sem fornecer o resultado, reservando a surpresa para o Palácio do Catete, na presença do presidente da República que chamou os finalistas e entregou os diplomas, era o dia 18 de Agosto de 1955.

Não se pode negar os méritos dos diplomados, mas o argumento de São Caetano do Sul era que ele sozinho realizou o que juntos os concorrentes não realizaram. Bastava comparar as receitas de 1954: Londrina (Paraná) - CR\$36.000.000,00; Adamantina (São Paulo) - CR\$12.000.000,00; Araras (São Paulo) - CR\$8.000.000,00; Blumenau (Santa Catarina) - CR\$.8.000.000,00; Guaíba (Rio Grande do Sul) - CR\$6.000.000,00; Patos (Paraíba) - CR\$4.000.000,00; Baturité (Ceará) - CR\$2.000.000,00; Mossoró (Rio Grande do Norte) - CR\$2.000.000,00 e Macuripe (Ceará) - CR\$1.100.000,00. Total - CR\$79.100.000,00. São Caetano do Sul (São Paulo) - 85.484.000,00.

Se o objetivo do concurso era dar relevância ao progresso, às obras realizadas no campo da administração pública, o resultado foi uma aberração. Como se admitir obras e o progresso sem dinheiro?

Como se admitir progresso sem obras? Alegar que o progresso de São Caetano do Sul é consequência da capital de Estado também era falso, pois estavam as vilas Alpina, Califórnia, Bela e outras a desmentir-lo. As realizações apresentadas aos Instituto Brasileiro de Administração Municipal como executadas em 1954, foram as seguintes: Pavimentação: paralelepípedos - 21.052,43 metros quadrados, com custo de CR\$3.000.000,00, asfáltica - 41.525,05 metros quadrados ao custo de CR\$8.000.000,00; Guias e sarjetas: 56.811 metros com custo de CR\$12.320.000,00; Jardim: Jardim 1º de Maio, custo de CR\$2.500.000,00; Parques Infantis: junto ao jardim 1º de Maio com custo de CR\$100.000,00, Vila Maria Pia Matarazzo, com custo de CR\$100.000,00 e Praça Frei Caneca na Vila Lucinda com custo de CR\$100.000,00; Viaduto dos Autonomistas e Estação Rodoviária: custo de CR\$13.500.000,00; Instalação da Biblioteca Pública Municipal Paul Harris: custo de CR\$110.000,00; Criação da Guarda Municipal: custo de CR\$2.000.000,00; Criação do Serviço Municipal de Trânsito: custo de CR\$900.000,00; Esporte: doação de área de terreno ao São Caetano Esporte Clube, onde se construiu o atual Estádio da A. A. São Bento (40.000 mil metros quadrados) e auxílio de CR\$1.500.000,00; Arborização: mil árvores plantadas ao custo de CR\$230.000,00; Água: extensão da rede (2.100 metros) com custo de CR\$595.971,80; Esgoto: extensão da rede (10.984,10 metros) com custo de CR\$2.495.752,00; Iluminação Pública; instalação de 500 bicos de luz com custo de CR\$886.000,00; Ensino: construção de prédios destinados aos seguintes Grupos Escolares: Bartolomeu Bueno da Silva com custo de CR\$4.300.000,00, Dr. Artur

Rudge Ramos com custo de CR\$1.900.000,00, Vila São José com custo de CR\$300.000,00, construção de mais quatro salas no Grupo Escolar 28 de Julho com custo de CR\$300.000,00; Bolsas de Estudos: distribuição de 63 bolsas de estudos de todos os cursos, inclusive superior, com custo de CR\$215.000,00; Assistência Social: Posto de Puericultura Aracy Torres Campanella - início da construção e criação da Diretoria de Saúde e Assistência Social, até o momento sem cálculo final de custo; Pontilhão: Rua Piratininga sobre o córrego do Moinho com custo de CR\$400.000,00; Criação do Instituto Municipal de Previdência, ainda sem cálculo final de custo; Criação do Serviço Dentário Municipal, ainda sem cálculo final de custo; Criação do Serviço de Detetização Domiciliar Gratuito, ainda sem cálculo final de custo; Outros Serviços: executados em 1954 - reposição de calçamento, sinais semafóricos, reforma nos cemitérios, construção de passeios e muros nos prédios municipais, valetamentos, drenos, sarjetões, serviços de águas pluviais, limpeza pública em toda a cidade e inúmeras leis dispondo sobre concessão de auxílios, beneficiando os municípios em geral e o próprio município na importância de CR\$5.000.000,00.

O custo total dessas obras foi da ordem de mais de CR\$60.000.000,00, esses dados foram apresentados ao dr. Luiz Simões Lopes, presidente da Comissão Consultiva do concurso acrescida de mais dois dados estatísticos:

Receita:

1949: CR\$11.000.000,00;
1950: CR\$17.000.000,00;
1951: CR\$35.000.000,00;
1952: CR\$37.000.000,00;
1953: CR\$54.000.000,00 e
1954: CR\$85.484.000,00.

Área Construída: (em m²)

1949: 60.000,00;

1950: 55.000,00;
1951: 120.000,00;
1952: 135.000,00;
1953: 65.000,00; e
1954: 148.000,00.

Também foi feita uma nota observando que todas essas obras não receberam um vintém de auxílio do Estado ou da União. Que município poderia apresentar tantas obras como São Caetano do Sul? Positivamente nenhum. E foi justamente por esse motivo que se converteu em enorme decepção o concurso, a cidade não ficou entre os cinco municípios de maior progresso do Brasil. O prefeito Anacleto Campanella enviou um telegrama ao Instituto Brasileiro de Administração Municipal nos seguintes termos:

São Caetano do Sul ficou surpreendido com o resultado do concurso. Solicitamos esclarecimentos sobre os critérios do julgamento. Não convencendo à vista das normas estabelecidas em ofício recebido e assinado por Cleanto P. Leite. Iremos pela imprensa, Câmara dos Deputados e Presidência da República defender a nossa posição e alertar os municípios brasileiros sobre o ocorrido. a. a. Anacleto Campanella - Prefeito Municipal.⁽³⁾

A resposta teceu muitos elogios à cidade, mas não modificou o julgamento final da comissão e muito menos explicou os critérios adotados. Por esse motivo o prefeito enviou para a capital da República, a seguinte carta:

São Caetano do Sul, 6 de setembro de 1955.

Meu caro Cleanto P. Leite

Cumprimentos.

Como você foi infeliz na carta que me escreveu! Como você revelou absoluto desconhecimento da nossa participação no concurso. Com relação às obras que realizamos, durante, exclusivamente no exercício de 1954, causou-me pena a sua completa ignorância, você

que tinha obrigação de conhecer, como os demais membros, que durante o ano de 1954 realizamos sozinhos, mais do que os outros nove municípios restantes. Em 1956 ainda serei prefeito de São Caetano do Sul e ele não se inscreverá em novo concurso, porque não recebemos razões fundamentadas para nossa desclassificação. Considero os membros da comissão inidôneos, incapazes e relapsos. Na base do concurso instituído por vocês e que acompanha o folheto da revista O Cruzeiro é que ingressamos no concurso, desafio a você ou a quem quiser comprovadamente que os nove outros municípios juntos tenham realizados o que fizemos sozinhos o ano de 1954. O que os outros municípios fizeram foi literatura, contaram a História de seu município e não relataram obras realizadas, haja visto o que relataram os jornais sobre a classificação deles. Ainda aguardo nova correspondência de sua parte, tomando conhecimento do que realizamos em 1954. Já solicitei um crédito especial de CR\$500.000,00 à nossa Câmara para se necessário contar ao Brasil a defesa da nossa participação naquele concurso, pela humilhação que recebemos e que não aceitamos. O diploma que recebemos não o trouxemos - deixamos na mesa onde se realizou a defesa, por considerá-lo desprimoroso. Faça-lhe um apelo caro Cleto - convença-me que estou enganado e que vocês foram honestos, pois tenho esse concurso na garganta com vontade doída de esgotá-lo.

Com o meu abraço.

Anacleto Campanella - Prefeito Municipal.⁽⁴⁾

O senador paulista César Vergueiro proferiu no dia 2 de setembro de 1955, no Senado, um discurso alusivo ao concurso instituído pela Comissão Consultiva do Instituto Brasileiro de Administração Municipal. A comissão do concurso não

se pronunciou mais, ficou a decepção. São Caetano do Sul foi contemplado com uma simples menção honrosa que na verdade ficou sobre a mesa de defesa. Mais tarde ficou-se sabendo que Araras e Adamantina obtiveram colocação saliente entre os notáveis. Quem conhecia as duas cidades paulistas ficou perplexo diante do resultado do certame. Eram cidades velhas e decadentes, não possuíam indústrias, obras suficientes, arrecadação e muito menos progresso para serem comparadas com São Caetano do Sul.

Ficou uma certeza, que não havia em nenhum Estado brasileiro outro município que com apenas seis anos de vida autônoma, tenha realizado o que foi realizado na cidade. Esse sim foi o troféu vitorioso que nenhum certame pôde arrebatar de São Caetano do Sul.

Notas

- (1) CHACON, Vamireh. A História dos Partidos Brasileiros. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1998.
- (2) Jornal de São Caetano nº 544 de 6 de Agosto de 1955.
- (3) Jornal de São Caetano nº 552 de 3 de Setembro de 1955.
- (4) Jornal de São Caetano nº 553 de 10 de Setembro de 1955.

Referências bibliográficas:

- Enciclopédia Britânica do Brasil. Vol. 3. Melhoramentos, São Paulo, 1998.
- FRENCH, John D. O ABC dos Operários, São Paulo, Editora Hucitec - São Caetano do Sul, 1995.
- MEDICI, Ademir. Migração e Urbanização, São Paulo, Editora Hucitec - São Caetano do Sul, 1993.
- SILVA, Hélio. História da República Brasileira - O Governo Café Filho, São Paulo, Editora Três, Cajamar, 1998.
- SILVA, Hélio. Os Presidentes - Café Filho 18º Presidente do Brasil, São Paulo, Editora Três, 1986.

(*) José Odair da Silva, Mestre em História

Jaime Pereira, vulgo Galinho.

Um nome para nunca ser esquecido

Carlos Gerchtel(*)

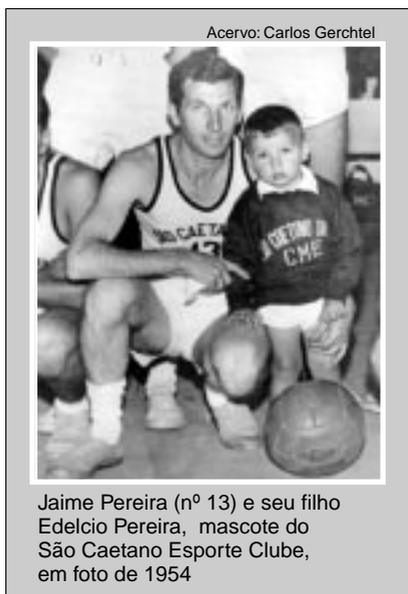
Quando relembramos as atividades esportivas desenvolvidas dentro de um clube esportivo, citamos antes de mais nada os fatos que marcaram profundamente e com eles as pessoas que participaram ativamente dos mesmos. São seres que se colocavam à disposição para todo e qualquer trabalho, agindo sem nenhuma outra finalidade, a não ser colaborar desinteressadamente, desejando apenas ajudar sem qualquer outro intuito senão o de ver o clube se evidenciar e progredir dentro das suas possibilidades e das suas limitações.

Assim foi Jaime Pereira, o popular *Galinho*, ótimo companheiro, amigo exemplar e acima de tudo um esportista de grande gabarito. Sempre otimista, bem humorado, sempre com as suas tiradas sarcásticas, tendo resposta para toda e qualquer pergunta e justificativa para aquilo que não desse certo, mas nunca perdia o controle, nunca demonstrava desânimo, nem mesmo reclamava, se por acaso alguma coisa não vingasse; havia no seu modo de ser uma força incomum que mantinha o seu entusiasmo e com isto transmitia uma energia positiva para os demais, inclusive para mim. Para ele, a palavra derrota não existia, nenhuma equipe era invencível e nenhum adversário era suficientemente forte para nos vencer; fazia chacotas quando o alertávamos da superioridade de muitos antagonistas.

Aliás, ele não admitia mesmo nas derrotas qualquer demonstração de inferioridade. Somente tinha palavras que serviam de estímulo, até para o mais pessimista dentre nós. Era incrível o seu comportamento nesse sentido.

Da mesma forma, no seu modo de

pensar nada era difícil, nada era impossível; sempre encontrava uma maneira de resolver as pendências, muitas vezes com dificuldades, mas indo ao encontro dos problemas com ousadia, com uma vontade férrea, enfrentando corajosamente as situações, comprovando fielmente as suas características. Ele lutava bravamente por aquilo que acreditava e com tal pensamento se tornava o grande vitoriosos de mui-



Jaime Pereira (nº 13) e seu filho Edécio Pereira, mascote do São Caetano Esporte Clube, em foto de 1954

tas batalhas. Muitas das medalhas que possuo foram ganhas com competições em que ele nos colocava, sempre de uma maneira imprevista, às vezes nos inscrevendo sem mesmo nos consultar, nos participando das suas atitudes no último momento. Jamais se corrigiu deste defeito. Tinha também o costume de buscar os jogadores em casa e levá-los para os jogos que ele marcava sem avisar a quem quer que fosse, arrumando até mesmo o material necessário na última hora.

Foi também diretor social do clube, exercendo este cargo com muita

competência. Sempre trabalhou com ímpeto, se entregando de corpo e alma naquilo a que se determinava, em busca de concretização do seu objetivo, não só na parte esportiva como principalmente na parte social, usando inúmeras vezes os seus recursos próprios para a divulgação dos eventos que um clube esportivo tinha obrigação de oferecer, não só para os associados como para a comunidade.

Quantas vezes ele me pediu para fazer-lhe companhia nessas divulgações. Lembro-me muito bem quando adaptando seu carro com o som necessário, solicitou para ajudá-lo a divulgar os bailes de carnaval que era uma das principais arrecadações do clube e lá íamos nós por toda a cidade, no seu fusquinha a fim de anunciar os bailes, criando *slogans* apropriados e fazendo muitas brincadeiras, tornando bastante agradável esta atividade.

Conforme foi dito anteriormente, vivi numa linha filosófica criada por ele mesmo, dentro das suas convicções e das suas concepções nem sempre condizentes com a realidade.

Para testá-lo, mexia muito com ele, pela sua maneira de se comportar com a intenção de sentir sua reação, porém, ele mantinha sempre a mesma postura, não ligava para as provocações e agia como se nada houvesse acontecido.

ABNEGAÇÃO – Era por demais solícito, especialmente em ajudar os companheiros, dentro das suas possibilidades. Nunca deixava transparecer seus aborrecimentos, o que lhe valeu terríveis conseqüências; procurava demonstrar uma calma aparente até nos maus momentos e tal atitude o prejudicou mais do que ele próprio esperava. Até para o mais otimista dos cidadãos é preciso reconhecer a superioridade do semelhante e vitórias e derrotas são

contingências da própria vida. Mas para Jaime Pereira nada era importante. Prevalencia nele o amor que sentia pelo São Caetano Esporte Clube, a sua dedicação para com o mesmo e o trabalho abnegado que exercia para favorecer esse mesmo clube.

Foi um lutador nos seus ideais, deu um grande exemplo do verdadeiro espírito amador, do apego ao clube que adorava e do otimismo as vezes exagerado e com isto dando grande ânimo para todos.

Como um autêntico atleta, sempre que tinha oportunidade participava de outras modalidades como atletismo, pedestrianismo, voleibol, etc.. Só não o vi praticar futebol. Inúmeras vezes com as suas atitudes precipitadas, agindo sem a consulta prévia chegava a colocar muitos companheiros em situações embaraçosas não permitindo que os mesmos cumprissem os compromissos assumidos. Não havia por parte dele nenhum respeito, nenhuma consideração para ninguém. Neste aspecto ele se sentia soberano. Achava que estava fazendo um bem ao clube, que estava favorecendo-o e que estava correto na sua maneira de proceder. Tinha uma virtude ou seria um de defeito! Assumia tudo, confirmava tudo, mesmo sabendo que estava errado, não abrindo mão de jeito algum daquilo que sabia ser feito irregularmente e contestava na maior desfaçatez toda e qualquer argumentação pelos que sentiam prejudicados.

Houve um companheiro nosso, atleta e grande potencial, com um futuro promissor, que teve de encerrar sua carreira prematuramente por ter sido envolvido numa situação anormal, sem a mínima possibilidade de defesa para pelo menos contorná-la devidamente. Não teve o respaldo necessário. Prevaleceu a palavra daquele que cometera o erro ou seja, do infrator. No caso citado não foi feito justiça: - o mal acabou se sobrepondo ao bem e um jovem pagou bem caro por este seu desatino. A propósito, es-

te foi um caso de falsificação de assinatura em ficha de inscrição, muito comentado na época. Colocava o clube acima de tudo, até da sua própria honra, e pasmem fazia tudo sem o mínimo receio das conseqüências, como se fosse tudo tão natural, não ligando sequer para a sensibilidade ou vontade dos outros. Achava que com o passar do tempo seria perdoado.

Na sua maneira de encarar os fatos era de uma irresponsabilidade total, contudo, fazia o que fazia em nome do São Caetano Esporte Clube, armando muita confusão, causando muitas preocupações, desagradando mais do que agradando.

Seria sua vida particular diferente da sua vida esportiva? Haveria duas personalidades distintas numa só pessoa? De jeito nenhum. Era tal e qual, sem nenhuma diferença. Se enganou quem pensou ao contrário. Eis uma nova pergunta. Só apareceram os defeitos na sua vida atribulada e as virtudes?

Ele as tinha e em grande proporção. Era bastante dedicado nas suas propostas, procurava arranjar as coisas com a finalidade de agradar e dificilmente deixava de complementar os trabalhos, mesmo sem a ajuda de terceiros. Tratava as pessoas com muito carinho e afeto e em especial a família. Quanto a esta parte, nenhuma dúvida.

No desejo ardente de se aperfeiçoar na sua profissão, aproveitava as oportunidades para adquirir novos conhecimentos freqüentando cursos técnicos e faculdades especializadas.

Jaime Pereira pode-se dizer sem receio algum, foi o maior exemplo de amor, de luta, de estoicismo que num simples clube esportivo poderia receber de alguém, sem esperar nada em troca. Por tudo que fez até que mereceria estar num pedestal, o que infelizmente não aconteceu e talvez nem aconteça. Contudo, nos deixou uma grande lição: como encarar os fatos com otimismo, como resolver os problemas com o pensamento po-

sitivo e principalmente como deixar de lado o negativismo em determinados momentos.

Na sua teimosia, um outro defeito que possuía, ao deixar de procurar os cuidados médicos *Galinho* acabou encontrando a morte repentinamente com um fulminante enfarte de miocárdio, quando estava em plena atividade profissional, surpreendendo a todos os seus amigos, deixando uma lacuna que jamais foi preenchida e acredito, jamais o será.

Na história do clube muitos nomes importantes se salientaram e tiveram papel preponderante no seu desenvolvimento, outras grandes figuras poderão advir, mas dificilmente surgirá alguém que possa superar a irreverência, sua característica principal, o espírito altaneiro que detonava nas suas participações, o astral sempre positivo que tentava passar para os companheiros em qualquer situação. Com todo o seu jeito peculiar, com a sua mentalidade própria, com os seus atos imponderáveis, com todos os seus disparates, certamente ficará nos anais da agremiação quer queiram, quer não e eternamente nos corações daqueles que tiveram o prazer de conviver e lidar com ele.

Jaime Pereira, mais conhecido como *Galinho*, um nome para nunca ser esquecido no esporte, não só do São Caetano Esporte Clube como também do próprio Município de São Caetano do Sul, pois igualmente foi jogador da seleção da cidade, durante muitos anos.

Assim como muitos outros grandes esportistas, *Galinho* da mesma forma teve seus momentos de glória, levando muitos outros a curtir essas mesmas glórias, apesar dos pesares. Faleceu no dia 6 de Maio de 1976, aos 48 anos de idade.

(*) *Carlos Gerchtel foi professor do Instituto de Ensino de São Caetano do Sul e do CIM Alcina Dantas Feijão*

Antigo Paço Municipal, 31 anos como símbolo da cidade

Desde 3 de abril de 1949, data da posse do primeiro prefeito eleito de São Caetano do Sul, Ângelo Raphael Pelegrino, uma das principais preocupações das administrações públicas da cidade foi a construção de um paço municipal para abrigar as instalações da Prefeitura. Considerando que o legado patrimonial de móveis e utensílios herdados de Santo André constituiu-se apenas de uma mesa, uma cadeira e um vaso de flores, instalados numa minúscula sala de prédio localizado na rua Baraldi, esquina com a rua Rio Grande do Sul, nada mais justo que a idéia da construção de um próprio municipal fosse cogitado desde aquele instante.

Mesmo assim, o paço municipal continuou funcionando em condições precárias até dezembro de 1953, quando se transferiu para o recém-inaugurado Edifício Vitória, na Rua Santo Antônio, 320, junto com o Poder Legislativo – Câmara Municipal e o Fórum –, constituindo no mesmo local, os três poderes da cidade. O Edifício Vitória abrigou as segunda e terceira administrações municipais de São Caetano do Sul, a de Anacleto Campanella (1953-1957) e a de Oswaldo Samuel Massei (1957-1961).

Entretanto, o candidato Massei, durante a campanha eleitoral em 1956 para o cargo de prefeito, havia prometido como um dos itens da sua plataforma pela Chapa Renovadora a construção de uma sede própria para a Prefeitura, a fim de centralizar os serviços administrativos e desafogar o orçamento municipal com os aluguéis de prédios particulares. Em



dezembro de 1957, já desapropriava uma grande área entre as ruas Rio Grande do Sul e Goitacazes, de frente para a Avenida Goiás, ao lado do Jardim 1º de Maio. O valor da desapropriação foi de Cr\$ 7,5 milhões de cruzeiros e nesse local existia um campo de futebol varzeano utilizado pelo Clube

Atlético Monte Alegre, além de servir para a instalação de circos e parques de diversões.

Assim, iniciava-se o processo de construção do Paço Municipal, através do memorando de 23 de Dezembro de 1958, onde o prefeito Massei solicitava ao diretor de Obras e Serviços Municipais, Má-



Aspecto da inauguração do Paço Municipal em 19 de Março de 1961, com grande afluência popular e a presença de autoridades municipais e estaduais

rio D'Anna Mendes a elaboração urgente de um plano de estudos atinentes à construção do paço municipal, considerando quatro justificativa inadiáveis para a obra: “...1º) a construção do Paço Municipal é um imperativo de ordem pública e de extremo interesse para a população. 2º) É uma promessa de candidato ao cargo de prefeito, em memorável luta política. 3º) a Lei nº 713, de 27 de Dezembro de 1957, estipula os meios financeiros para a construção e 4º) a Lei nº 605, de 3 de Setembro de 1956, já declarou de utilidade pública a área ora estabelecida para a construção do Paço Municipal.”

A resposta ao memorando veio rápida e direta. No dia 30 de Dezembro de 1958, o diretor de Obras, Mário D'Anna, reafirmava através do ofício nº 107/58, com um preâmbulo a não deixar dúvidas sobre a grandiosidade da obra que seria o Paço Municipal: “O Paço deve ser instalado condignamente em prédio central, a fim de facilitar o acesso dos muncípios.

Deve ser um prédio destacado, com facilidade de ordem viária e, se possível, no centro de um jar-

dim ou praça, principalmente para a formação do centro cívico da cidade, onde se realizarão as paradas e desfiles, onde poderá fazer-se (sic) concentrações populares, tudo na lembrança dos antigos pátios dos palácios reais ou dos nobres que afixavam ou proclamavam os editos ou então se auscultava a opinião pública.” Complementando foram acrescentadas à resposta do memorando do prefeito Massei mais quatro justificativas das vantagens em relação à localização do paço: “1º) O Paço será construído ao lado do jardim 1º de Maio, e conseqüentemente já terá o seu jardim; 2º) Ficará localizado no centro de uma área apreciável e bastante central, 3º) apresentará acesso fácil e terá frontada para o eixo viário São Paulo – Santo André, servindo inclusive como “cartão de apresentação” de nossa cidade aos que



Nesta foto de Julho de 1964, o prédio do Paço Municipal ainda mantinha as características do projeto original, do arquiteto Zenon Lotufo

por ela passem e aos itinerantes, e 4°): É possível imaginar um edifício em um conjunto arquitetônico sobrepassando aos da região, com ampla visibilidade, e sem prejuízo de sua implantação estética.”

O trâmite burocrático seguiu rapidamente seu caminho por todos os departamentos da Prefeitura até o dia 2 de janeiro de 1959, quando as providências em relação à concorrência pública recebia a sugestão da indicação do arquiteto Zenon Lotufo, para a elaboração do projeto do paço.

ZENON LOTUFO – A contratação do arquiteto Zenon Lotufo para esse projeto recebeu a aprovação do diretor de assuntos jurídicos, Plínio de Assis, sem oposição à sua contratação direta, dispensado de concurso, de acordo com o Código de Contabilidade e a lei federal, considerando apenas os honorários fixados pelo CREA ou Instituto de Arquitetos do Brasil.

O arquiteto Zenon Lotufo foi o primeiro engenheiro-arquiteto formado pela Escola Politécnica de São Paulo, em 1936. Sua obra marcou época na modernidade paulista, contribuindo de forma decisiva na Arquitetura brasileira. Lotufo nasceu em Botucatu, interior paulista em 1911, e concluiu seus estudos de engenharia no Rio de Janeiro, transferindo-se para São Paulo, onde foi o único aluno que frequentou o curso de Arquitetura, naquela época apenas uma divisão do curso de Engenharia. Como arquiteto, Lotufo trabalhou na Diretoria de Obras da Prefeitura de São Paulo em 1938, e foi chefe da divisão de obras da Prefeitura de Santos, realizando nesta cidade os postos de salvamento e o Aquário Municipal na orla marítima de Santos, em 1943.

A influência do arquiteto franco-suíço Le Corbusier nas obras de Zenon Lotufo reflete-se em al-



guns detalhes no prédio do Paço Municipal de São Caetano do Sul como os *pilotis*, *brise-soleils*, painéis de vidro, criando ambientes transparentes e flexíveis num edifício de linhas simples, retas e fechadas com textura homogênea em vidro e *brises*. Outra obra em São Caetano, de autoria de Zenon Lotufo, foi a construção do Estádio Municipal Lauro Gomes, em 1963, quando foi o vencedor através de um concurso nacional.

PROJETO ORIGINAL – O arquiteto Zenon Lotufo, quando assumiu a responsabilidade do projeto do Paço Municipal, vinha respaldado pela fama de ter participado da equipe que projetou o Parque do Ibirapuera, construído para a exposição comemorativa do IV Centenário de São Paulo, na equipe em que contavam Oscar Niemeyer, Hélio Uchôa e Eduardo de Mello, e outros arquitetos de renome. Por isso, a imprensa local es-





O prédio do Paço Municipal, na década de 90, mesmo lido por dezenas de edifícios, não perdeu sua imponência e continua abrigando várias repartições públicas municipais. Foto de 1997

tava entusiasmada e não lhe negava elogios com frases deste tipo. *O homem que criou o Parque do Ibirapuera projeta também as futuras instalações da Câmara Municipal, do Fórum e da Biblioteca Municipal em prédio anexo ao Paço Municipal.*

É que no projeto original do Paço o edifício deveria contar com dois blocos: no posterior (que foi

construído) ficariam as repartições municipais, constituindo a Prefeitura propriamente dita, e no bloco anterior (não construído) estariam localizadas a Câmara, o Fórum, e a Biblioteca.

Os dois blocos seriam ligados por um passadiço formando um verdadeiro Centro Cívico, com os três poderes reunidos, configurando uma idéia muito difundida na

época, baseada no projeto da Praça dos Três Poderes de Brasília, de Oscar Niemeyer, e que resultou em vários projetos posteriores de centros cívicos como os construídos em Santo André e São Bernardo do Campo.

INAUGURAÇÃO – O prefeito Oswaldo Samuel Massei inaugurou as instalações do Paço Municipal em 19 de Março de 1961, quinze dias antes de passar o cargo de prefeito ao sucessor Anacleto Campanella. O prédio do paço foi inaugurado apenas com o bloco posterior concluído, sendo que o bloco anterior ficou só no projeto, não sendo levantado devido à falta de recursos financeiros. Na inauguração, o povo afluiu em massa para prestigiar o evento, que contou com a presença de diversas autoridades, como o bispo da diocese de Santo André, Dom Jorge Marcos de Oliveira, Cid Flaquer Scartezini, presidente da Câmara Municipal de Santo André, Nicolau Tuma, deputado federal, e outros.

A partir de 1961, o Paço passou a ser efetivamente ocupado pelo prefeito Anacleto Campanella, e virou o local mais fotografado da cidade, servindo como cartão postal e referência social e política nos eventos ocorridos na cidade.

Em 1992, depois de 31 anos como sede da Prefeitura, o paço municipal cedeu o lugar para o Palácio da Cerâmica, nova sede do Poder Executivo, construído pelo prefeito Luiz Olinto Tortorello, na rua Eduardo Prado, 201, Bairro São José, e inaugurado em 29 de Agosto de 1992, como parte da programação de festejos do 115º aniversário de São Caetano do Sul. (*Texto e pesquisa a cargo do Serviço de Difusão Cultural da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul*)



A rápida verticalização de São Caetano começa a esconder o prédio do Paço Municipal. Foto de 1978

Repartições públicas e suas sedes improvisadas para arrecadação de títulos

Narciso FERRARI(*)

São Caetano do Sul sempre encontrou dificuldades para concentrar as repartições públicas federais e estaduais, já que alugava de terceiros os imóveis para atendimento público, mesmo tendo sido, também em décadas passadas, um dos municípios de maior arrecadação de tributos.

A cidade há muito tempo possui o Paço Municipal, abrigando quase todas as repartições e autarquias municipais. Em 1961, o prefeito Oswaldo Samuel Massei, inaugurou o primeiro Paço Municipal próprio, que foi substituído pelo atual prefeito Luiz Olinto Tortorello com a construção do segundo Paço, o atual Palácio da Cerâmica. Entretanto até aquela época, a Prefeitura pagava aluguel e os órgãos municipais estavam distantes uns dos outros.

Mesmo no período pré-autonomia, a repartição mais conhecida era a Segunda Coletoria das Rendas Federais. Lá eram vendidos selos ou estampilhas para recibos de aluguéis, para cartas de fianças, enfim, para quaisquer documentos fiscais que implicassem responsabilidade; o interessante, era que além das selagens mencionadas, que variavam conforme o valor, havia também um selo cuja arrecadação revertia-se ao fundo de *Educação e Saúde*, criado pelo Decreto Lei nº 607, de 10 de agosto de 1938, extinto no governo Castelo Branco, pela Lei nº 5143 de 20 de outubro de 1966, por não ter alcançado seus objetivos sociais.

Além dos tributos federais, existia o imposto *ad-valorem* que era recolhido através de uma estampilha que, por sua vez, era colada nos produtos fabricados, especificamente em móveis, bebidas e sapatos, sendo encarregado desse setor José Mombelli, na função



de *Fiel do Tesouro*. Seguem quantas vezes transferiram-se de local as repartições e autarquias das esferas municipais, estaduais e federais no Município: **2º COLETORIA DAS RENDAS FEDERAIS** - Teve como primeiro endereço a rua João Pessoa, nº 1 antigo, propriedade da Família Veronesi, e como primeiro coletor, Olímpio Coelho, que foi substituído pelo filho, Firmino de Paula Coelho; foi transferida para a avenida Conde Francisco Matarazzo (parte superior) propriedade de Guilherme Dias da Silva; posteriormente mudou-se para a rua Amazonas, ao lado do Frigorífico Paganotti, propriedade da Família Andreucci, indo depois para a mesma rua, esquina com a avenida Goiás (onde existe hoje uma farmácia homeopática), e depois para a sobreloja da Casa Vincenzi na mesma rua, tendo já como coletor José Del Chiaro; mudou-se para Avenida Goiás, onde hoje é o Banco Bandeirantes, propriedade do coletor José Del Chiaro, que teve posteriormente como coletores os senhores Gilberto Amado Pereira Alves e Dante Gandolfo, já sob o nome de Receita Federal (ARF). Mudou-se para a rua Santa Catarina, nº 244 - Edifício Arthemio Lorenzini; mudou-se para a rua Sera-

fim Constantino, nº 72, propriedade do sr. Lui Sio Ven. Já como chefe Armando Polo, indo finalmente para a rua Manoel Coelho, nº 303 - 1º andar, onde se encontra até hoje, propriedade de Abib João Kirche.

PREFEITURA MUNICIPAL - Primeiramente instalada na rua João Pessoa, nº 10 antigo, esquina com a rua Santa Catarina. Depois passou para a rua Perrella, nº 403 atual, quando ainda pertencia ao Município de Santo André, onde hoje é a loja de móveis de Jayme Sein, propriedade de Samuel Schwartz. Em seguida, já como Município, foi para a rua Baraldi, 191, esquina com a rua Rio Grande do Sul, onde hoje é Hotel Imperial, propriedade da Família Benedetti; mudou-se para a parte superior do Cine Vitória, na gestão de Anacleto Campanella (propriedade da Família Dal'Mas). Na gestão de Oswaldo Samuel Massei, ganhou sede própria, à Avenida Goiás, nº 600, onde ficou até a inauguração do Palácio da Cerâmica, à rua Eduardo Prado, nº 210, ocorrida na primeira gestão do atual prefeito Luiz Olinto Tortorello.

COLETORIA ESTADUAL - A primeira foi instalada na parte superior do antigo Cine Max, e teve como chefe

Paulo da Silva Telles, propriedade da Família Lorenzini; foi transferida para a rua Alagoas, onde funcionou a Tipografia Carioca e atualmente a Bahia Automóveis; mudou-se para a parte térrea do Cine Vitória, à rua Santo Antônio, esquina com a Alfredo Maluf, propriedade da Família Dal'Mas; mudou-se para a rua Niterói, nº 23, esquina com a rua Manoel Coelho, propriedade de Nicolino Puccetti, como Posto Fiscal, funcionando atualmente à rua Conselheiro Antônio Prado, nº 305, onde se localizava a Escola Professor Angelo Vaquero.

CENTRO DE SAÚDE - Foi instalado à rua João Pessoa, propriedade de Frugoli Lorenzini. Hoje existe um estacionamento defronte ao atual Banco HSBC, tendo como titular Humberto Fortes; mudou-se para a rua Alagoas, nº 535, propriedade de Menotti Tozzeti, onde hoje está localizado o Hotel Poty, indo posteriormente à Avenida Goiás, nº 340, esquina com a Avenida Senador Roberto Simonsen, em prédio construído na primeira administração Walter Braido, onde se encontra até hoje.

DELEGACIA DE POLÍCIA - Quando a cidade pertencia a Santo André, era na rua Heloísa Pamplona, nº 32 antigo e funcionava como Posto Policial, onde hoje se situa o Celafiscs e o Posto de Assistência Médica da Prefeitura Municipal, ali também era o depósito de animais apreendidos e tinha como sub-delegado adjunto, José Ribeiro de Salles, depois mudando-se para a rua Rio Grande do Sul, nº 183, onde se localiza parte do Banespa (antigo depósito de bananas de Hugo Scalzaretto) e a propriedade era de Angelo Eugênio Benedetti. Foi instalada também na rua Rio Grande do Sul, quase esquina com a Baraldi, juntamente com a Prefeitura Municipal na propriedade da Família Benedetti e hoje está instalada na Avenida Goiás, nº 288.

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL - A primeira instalação foi na rua Heloísa Pamplona, onde é hoje o Celafiscs, juntamente com a Delegacia de Polícia;

posteriormente foi para a avenida Conde Francisco Matarazzo, nº 88 antigo, propriedade de Guilherme Dias da Silva, indo para a rua João Pessoa, nº 188, defronte ao Restaurante A Tarantela, propriedade de José (Zeca) Massei, transferindo-se para a rua Pará, 48 em maio de 1965, estando lá até hoje, propriedade de Hilda Ribeiro Campos. Teve como primeiro escrivão Antônio Flaquer de 1916 à 1953; Valdomiro Borges Canto de 1961 à 1980; Caetano Grecco de 1980 a 1996, sucedendo o filho Flavio José Grecco. Exerceu também o cargo de Oficial Maior por muito tempo Octavio Tegão.

FÓRUM - O primeiro Fórum foi instalado no 3º andar do Cine Vitória, propriedade da Família Dal'Mas, indo posteriormente para a Praça Dr. Joviano Pacheco de Aguirre, nº 157 (Estrada das Lágrimas).

CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS - O Primeiro Cartório foi instalado na parte superior do Cine Vitória, 3º andar, tendo como titular João de Conti. Transferiu-se para a rua Goitacazes, nº 43, 1º andar. Hoje localiza-se na rua Manoel Coelho, nº 600, 3º andar, Shopping São Caetano.

O Segundo Cartório de Registro de Títulos e Documentos foi instalado primeiramente à rua Santa Catarina, nº 46, esquina da rua João Pessoa, antiga Galeria Sagrado Coração de Jesus, propriedade de Guilherme Dias da Silva e atualmente está instalado à rua Rio Grande do Sul, nº 152, sendo titular o Bacharel Aparício José da Mota.

IAPI - Foi instalado à rua Rio Grande do Sul, nº 124, esquina com a rua Pará, nº 80, indo posteriormente para a mesma rua nº 358, esquina com a rua Niterói, propriedade de Ignácio Del Rei; hoje com o nome de INSS, está instalado em dois lugares: avenida Goiás, nº 260, Centro, prédio próprio e à rua Perrella, nº 319, antigo Cine Central, propriedade de Mustafá Abdouni.

IAPC - Era cobrado dos comerciantes a domicílio pelo agente fiscal Alcides Domingues, passando posterior-

mente para a agência à rua Santa Catarina, nº 55, Centro. Hoje, com a unificação dos Institutos não existe mais.

IAPTEC - Era cobrado dos motoristas e ajudantes, hoje extinto, era recolhido na loja de Salvador Campanella, à rua João Pessoa, nº 130 para posteriormente ser cobrado na agência à rua Pernambuco, nº 400, tendo como agente Nelson Cosentino.

CÂMARA MUNICIPAL - A primeira foi instalada à rua João Pessoa, nº 130, parte superior da propriedade de Salvador Campanella, indo posteriormente para o último andar do Cine Vitória e até hoje está no antigo Paço Municipal, avenida Goiás, nº 600.

DEPARTAMENTO DO TRABALHO - A primeira sede era na rua Major Carlo Del Prete, antiga rua Pitagoras, indo depois para a rua Baraldi, nº 698 defronte ao Cine Vitória, posteriormente para a rua Gonzaga, nº 38, indo para a rua Amazonas, nºs 953 e 1009, depois para a avenida Goiás, nº 260, junto ao INSS e atualmente está na rua Maceió, nº 685, Bairro Barcelona (antiga agência do Banco do Brasil).

AGÊNCIA DO CORREIO - A primeira agência, de 3ª classe, foi à rua Rio Grande do Sul, nº 26 antigo, defronte ao local em que está instalado o estacionamento do Banco Meridional, indo depois para a rua João Pessoa, nº 98, defronte a rampa de acesso ao Pão de Açúcar, propriedade da Família Jacomini. Mudou-se para a rua Santo Antônio, quase esquina da rua Alfredo Maluf, em seguida foi para a rua Baraldi, nº 1093, antiga sede do Banco do Brasil, propriedade da família Benedetti. Transferiu-se para a rua Pará, parte térrea do prédio onde se localiza o Cartório de Registro Civil, depois para a rua João Pessoa, nº 207, ao lado do restaurante A Tarantela. Hoje está na rua Manoel Coelho, nº 104, onde está até hoje.

(*) *Narciso Ferrari, ex-presidente do São Caetano Esporte Clube*

Ginásio do ABC, um empreendimento educacional que não foi adiante

José Teixeira GONÇALVES(*)

Conforme contrato social, devidamente registrado sob o nº 79, no livro A, página 69 do Registro Civil das Pessoas Jurídicas a 22 de Janeiro de 1960 no Cartório de Registro de Documentos e Anexos, em São Caetano do Sul, assinado pelos responsáveis, a 13 de Janeiro de 1960, um grupo de professores resolveu, de comum acordo e na melhor forma de direito, constituir uma sociedade civil de responsabilidade limitada, denominada Ginásio do ABC Ltda., tendo por finalidade a organização de um estabelecimento escolar.

Após um longo trabalho conseguiu-se através de um contrato com os professores Carvalho e Mariazinha, o aluguel de antigo prédio, situado na rua Conselheiro Lafaiete, 634, na Vila Barcelona, onde funcionava há vários anos o Instituto Rocha Pombo, no qual se ensinava datilografia e era mantido um curso pré-primário e primário.

Para montar o curso ginásial, foi antes necessário ao estabelecimento se enquadrar nas regras da Portaria Ministerial nº 501, de 10 de Maio de 1952, cujo processo cabia, no Estado, à Inspeção Seccional de São Paulo. Um inspetor federal, designado para fiscalizar e orientar o início do ginásio, esteve presente vários dias no prédio. Então, cumprimos várias exigências solicitadas, como aumento da área do terreno para recreação e prática de educação física, reforma das instalações sanitárias, aquisição de vários materiais didáticos para aulas de ciência e outras obrigações menores. Afinal, todas as exigências



foram cumpridas e o estabelecimento estava apto para funcionar regularmente. No *Diário Oficial da União*, nº 382, pela Portaria de 18 de Maio de 1961, foi então publicada a ratificação do Ato da Inspeção Seccional de São Paulo, que concedia autorização oficial de funcionamento para o Ginásio do

ABC, em São Caetano do Sul, pelo espaço de quatro anos, sob a responsabilidade do Ministério da Educação, e sob a direção do professor Gildásio Amado.

Os professores fundadores, todos residentes em São Caetano do Sul, formaram a primeira diretoria do Ginásio, integradas por José Teixeira Gonçalves, Estélvio Simão Nutti, Sebastião de Lima Camargo, Umbelino Alves da Costa e a professora Cynira Velloso Bastos, constando que o serviço de organização e direção, atribuído aos sócios, não seria remunerado, pelo menos no primeiro ano de atividade da sociedade.

Em fevereiro de 1960, o Ginásio, com autorização da Inspeção Federal, já trabalhava com as primeiras inscrições e também preparava alunos para a próxima prova de admissão à primeira série do primeiro grau.

INICIATIVA - O ideal do grupo de professores acima mencionado foi instalar um curso ginásial de caráter particular que se enquadrasse



nos níveis econômicos da população local e, ao mesmo tempo, oferecesse instrução e conhecimento à verdadeira formação de cidadãos úteis a si mesmos e à própria sociedade sancaetanense. Mesmo porque este ideal ia ao encontro dos interesses da coletividade local, porque o governo estadual não cogitava ainda em instalar curso secundário na Vila Barcelona, bairro que já estava em pleno desenvolvimento.

Houve, logo no primeiro ano de funcionamento do ginásio, um fato importante: o pedido de retirada do sócio Umbelino Alves da Costa, que recebeu a sua cota de capital de sócio retirante, no valor de \$60.000 (sessenta mil cruzeiros). Com a retirada do sócio Umbelino, após um novo contrato social, os encargos administrativos ficaram atribuídos como segue: diretor de cursos secundários, José Teixeira Gonçalves; vice-diretor: Sebastião de Lima Camargo; diretor do curso primário, pré-primário e de admissão, Estelvio Simão Nutti; e tesoureiro, professora Cynira Velloso Bastos. Foi admitida como secretária Wilma Duran Domingues, a partir de 2 de Março de 1961. O contrato social modificado foi publicado no *Diário Oficial do Estado*, a 14 de Junho de 1961, à página 131.

Durante o ano de 1961, o Ginásio funcionava regularmente, no período da manhã; o curso ginásial e de admissão ocupando as quatro salas do prédio; no período da tarde, o curso primário e pré-primário; e à noite as primeiras e segundas séries ginásiais.

MUDANÇA - Após três anos, 1960, 61 e 62, não havia mais possibilidade da escola permanecer no mesmo imóvel da rua Conselheiro Lafaiete. Estava integralmente lotada nos três períodos. Havia urgência de se conseguir novo prédio. Encontramos um velho sobrado abandonado, na avenida Goiás, 2594, bem próximo do

antigo local e ainda na Vila Barcelona. Então, foi firmado com os proprietários, Américo Previato e Palmiro Antônio Previato, um contrato de locação. O imóvel foi inteiramente reformado, pois precisava de inúmeros consertos; foram ainda construídas no terreno dos fundos duas novas salas de aula. Tornou-se após muito trabalho um edifício vistoso e perfeitamente adequado às necessidades pedagógicas de uma instituição. Possuía no total sete salas de

uma empresa construtora moderna. Graças aos esforços desses dois professores, a planta foi aprovada oficialmente pelo CREA, que representa a associação de classe dos engenheiros paulistas. Ainda obedecemos, na organização escolar do novo prédio, a todas as instruções exigidas pela Inspeção Federal.

A nova moradia ginásial entrou em funcionamento em 1963. No ano de 1966, havia aproximadamente seiscentas matrículas para os cursos ginásial, primário, pré-primário e de admissão.

O curso ginásial abrangia quatro primeiras, duas segundas, duas terceiras e duas quartas séries, funcionando nos períodos matutino e noturno. No período da tarde havia as classes de grau primário: segundo, terceiro e quartos anos; ainda existia uma classe de curso-primário. Também estavam formadas duas classes de admissão, uma à tarde outra à noite. Cabe esclarecer que o curso primário, com exceção do quarto ano, era inteiramente gratuito.

O seguinte Corpo Docente perdurou durante os cinco primeiros anos: Português: Josefina Lorenzine; Nelson Moreira de Castro; Sergio Luiz Cópia e Dinorá Faria de Castro; Matemática: Sandra Augusto de Araújo Castro e Laurito Antônio Perrela; Ciências Naturais: Geny Saes de Amo; Wilson Giampietro e Vera Lúcia da Silva; História Geral e do Brasil: Maria José Penteadó e Nilton Roseira; Geografia Geral e do Brasil: Lúcia Leonor Durú e José Teixeira Gonçalves; Inglês: Maria Lúcia Rangel Norte; Francês: Maria Emitia Petrucelli; Desenho: Carlos Gonçalves; Música e Canto Orfeônico: Ariette R. Medeiros Gallo; Organização Social: Marilza Regiani Nutti; Educação Física Masculina: Rómulo de Agostini; Educação Física Feminina: Aloth Freitas. Professoras Primárias: Cynira Velloso Bastos, Ma-



aula, um pequeno laboratório, uma sala administrativa, pátios espaçosos para o recreio, cobertos e descobertos, e adaptados à prática de educação física, vários bebedouros com água potável, instalações sanitárias modernas e suficientes, e ainda um pequeno bar escolar. Destacou-se nessa reconstituição, como um verdadeiro empreiteiro de obras o professor Estelvio Simão Nutti, que dirigiu a reforma. O professor José Teixeira Gonçalves tratou da confecção integral de uma planta do prédio, pois não havia nada a respeito. Foi utilizada na confecção a técnica de

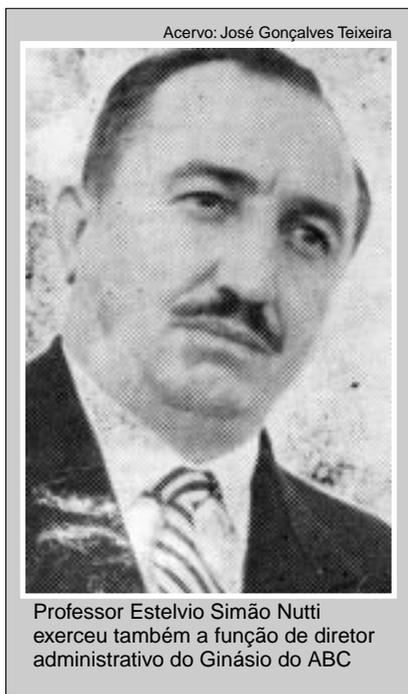
rinei Rolin, Cleonice Veloso Lima de Oliveira, Rosina Teixeira do Amaral, Marilda Helena Veloso de Oliveira.

No corpo administrativo houve algumas alterações. Como secretária, no lugar de Wilma Duran Domingues, foi contratada Irene Braghetto; como escriturária contratou-se a professora Marta Freitas, e ainda contratou-se, como serventes, Angela Tardini Manzato, Verônica Keller e João da Silva. Cabe ainda destacar que houve muitos outros professores, que lecionavam no estabelecimento, cuja presença não foi bem documentada; como José do Patrocínio de Oliveira, Evany Cury Calil, Nilton dos Santos, Olga Teresa Biernoth, Ana Maria Silva, Maria Elisa de Almeida Camargo, Décio Antônio Pantano, José Roberto Favoretto, Luiz Carlos Tosetti, Luzia Kazuko Yano, Maria de Lurdes Vecchia, Ana Margarida P. F. Marques, Maria Elaine de Moraes Moura, Maria Helena Fonseca, Milton Soares de Moraes, Raquel Fermiana Anchieta, Zenaide Ribeiro Borges e outros. Cabe esclarecer que muitos documentos desapareceram do arquivo escolar, com a venda precipitada do Ginásio, e por isso muitos nomes certos e especialização desses dignos professores ficaram perdidos.

É importante afirmar que tanto o corpo administrativo como o corpo docente, constituídos de eficientes professores com larga experiência no ensino, tinham como objetivo fundamental transmitir aos alunos do Ginásio do ABC conhecimentos de alto nível, que visavam, antes de tudo, transformar o educando em um cidadão integrado ao dinamismo da sociedade, e fazer com que revelasse um alto grau de personalidade. A fim de solucionar problemas sociais e políticos, foi elevado o número de aulas do currículo de várias disciplinas básicas

em todas as séries, como acontecia com Português, Matemática, Ciências Naturais, Inglês e Desenho. Para atingir o mesmo objetivo, foi também acrescentada ao currículo de aulas da terceira e quartas séries a matéria Organização Social e Política.

O próprio regimento do Ginásio foi modificado para alcançar aquelas finalidades de características sociais e obteve aprovação pela Inspetoria Federal. Houve então



disposições que procuravam sempre amparar os interesses dos alunos, integrando novos métodos pedagógicos para melhor aproveitamento dos estudos, a fim de propiciar maior rendimento e alta promoção de seu corpo discente.

RECREAÇÃO - Também gozavam os alunos da escola de várias atividades recreativas, como participantes de vários jogos incluídos nas aulas de educação física masculina e feminina, ou participando de excursões culturais, como passeios à museus. Havia ainda a integração efetiva na sua bem organizada fan-

farra, uma das melhores do Município, que prestigiava com brilhantismo os desfiles do Dia da Independência, na Avenida Goiás. Já possuíam os alunos e alunas vistosos uniformes verdes com ornamentos amarelos, que possuíam um triângulo, contornando os termos: Ginásio do ABC, São Caetano do Sul. Entretanto, o curso ginásial do ABC perdurou apenas 12 anos, 1960 a 1972. Passaram pelo estabelecimento 2.150 alunos, cuja maioria pertencia às famílias de Vila Barcelona. Receberam seus certificados de conclusão de curso 425 alunos, e a primeira turma de formandos foi no ano de 1963, houve outras em seqüência anual até o ano de 1972. A média de formandos era de quarenta a cinquenta alunos anuais. Os programas de festa de formatura eram bem organizados pelos próprios alunos. Por exemplo: a terceira turma de formandos, ano de 1965. Foi realizada uma missa solene em Ação de Graças na Igreja Sagrada Família, a 1º de Março de 1966. A solenidade de colação de Grau, entrega de diplomas, foi feita no Clube Comercial, na rua Santo Antônio, 500, 4º andar, a 4 de Março de 1966. O Baile comemorativo foi realizado no Salão de Festas do Clube Recreativo Ipiranga. A festa foi animada pela Orquestra de Carlos Piper, a 5 de Março de 1966.

Quanto às outras turmas, geralmente seguiram a mesma conduta, mudando algumas vezes os locais dos eventos.

Ainda durante o ano de 1970, o estabelecimento estava em pleno desenvolvimento. Administração, professores e funcionários estavam eufóricos, tudo andava satisfatoriamente. Mas, no fim do ano de 1970, tivemos uma péssima notícia, a explosão de uma verdadeira bomba: na própria Vila Barcelona, nas vizinhanças do Ginásio do ABC,

onde antes havia um campo de futebol, estava sendo inaugurado com todas as honras públicas, o Ginásio Estadual de Vila Barcelona, que iria funcionar com muitas salas de aulas, bem adequadas, em um edifício bem imponente. Foi uma catástrofe para os interesses dos proprietários do Ginásio do ABC. Logicamente os donos do Ginásio não podiam concorrer com o ensino público; seria a gratuidade contra o pagamento, era um anão desarmado contra um gigante bem armado. Os pais de alunos, alegres com a notícia, não tinham escolha para a matrícula de seus filhos. Era a alegria dos senhores pais, contra a amargura dos senhores proprietários. Durante aqueles anos, final de 1970 e início de 1971, ocorreu uma debandada geral, e os pedidos de transferência se tornaram maciços. Restaram poucos alunos, aqueles que freqüentavam as terceiras e quartas séries. Apenas 73.

TENTATIVA - Os donos do Ginásio do ABC tentaram ainda dar continuidade mais definitiva ao estabelecimento. Para tal fim, tomaram providências oficiais e instalaram na escola um Curso Colegial Técnico de Contabilidade. Foi publicada a 22 de Junho de 1972, no *Diário*

Oficial do Estado, a Portaria autorizando o funcionamento a título precário. Porém já estava funcionando desde 28 de Fevereiro de 1972.

Entretanto o novo curso, em fins de 1972, tinha apenas 24 alunos. Apenas 11 fizeram as provas, 13 haviam desistido durante o ano. Para estes 11 aprovados, foram dadas transferências para segundas séries de outros estabelecimentos. Portanto o Curso Técnico de Contabilidade fracassou, não apresentando resultados eficientes.

O estabelecimento escolar estava dando prejuízo. A decisão da diretoria era dar transferência aos alunos restantes do curso ginásial, comunicar o fato à Inspeção Estadual e à Coordenadoria do Ensino Técnico, e acionar o encerramento das atividades escolares. Para tal fim, seria necessário entregar à Delegacia de Ensino Escolar e à Coordenadoria Comercial, ambas em São Paulo, o arquivo dos alunos, livros e documentos. Ainda houve a idéia de encerrar também o aluguel do prédio.

Porém, aconteceu o imprevisto: quatro professores do período noturno interessaram-se em adquirir o estabelecimento. Eram eles Sergio Luiz Cópia e a esposa Dirce Ze-

chisse Cópia, residentes em Rudge Ramos; José Carlos Pimenta e a esposa Helena Linda Hamam Pimenta, residentes em São Caetano do Sul; Sergio Agnelo D'Angelo, solteiro, residente em São Caetano do Sul e Mohamud Hanan Ali Hussein, solteiro, residente em São Paulo, todos brasileiros e professores secundários.

Foi feito um Contrato Particular de Compra e Venda, por intermédio do 3º Cartório de Notas e Ofícios da Justiça em São Caetano do Sul, a 13 de Julho de 1971, e registrado no Cartório Medeiros de São Paulo, sob nº 3.883, no livro BD a 18 de Setembro de 1973.

O preço combinado da venda foi de \$16.500,00 (dezesseis mil e quinhentos cruzeiros) pagável à vista, mas recebemos \$14.500,00 (quatorze mil e quinhentos cruzeiros) e nunca mais conseguimos o restante. Deviam também os compradores, acertar a confecção de novo contrato com o proprietário do prédio.

Os compradores, através da aquisição do Ginásio, tornaram-se a partir de 1º de Junho de 1971, proprietários do Curso Ginásial, do Curso de Contabilidade Técnica e também do Curso Primário Oficial. Ficaram com o direito de posse de todo o patrimônio da escola.

Provisoriamente, enquanto os compradores estivessem legalmente impossibilitados de exercerem as funções de diretor e secretário, os antigos donos exerceriam os respectivos cargos e ainda assinariam documentos oficiais dos alunos.

Afinal, a partir de 1º de Junho de 1971, os proprietários do Ginásio ABC e do anexo Curso Colegial Técnico de Contabilidade não eram mais donos da escola, e por isso livres de quaisquer responsabilidades. Portanto, o segundo semestre do ano de 1971, e os anos

Acervo: José Gonçalves Teixeira



Os estudantes do Ginásio do ABC sempre participavam dos desfiles cívicos do dia 7 de Setembro, conforme foto da Avenida Goiás, em 1968

letivos de 1972 e 1973 cabiam aos professores compradores dirigir.

Entretanto, a situação financeira do estabelecimento não melhorava e, porque estava em permanente queda, sobravam aborrecimentos e prejuízos. Como anteriormente, o Curso Técnico de Contabilidade possuía em fins de 1972, apenas 24 alunos. Também, o Curso Ginásial restavam ainda 73 matrículas, que receberam, no início de 1973, certificados de conclusão do Curso Ginásial assinados pelo ex-diretor.

ABANDONO.- Os novos proprietários desesperados com a lastimável situação, abandonaram a escola, deixando-a em mãos de funcionários e professores. Não deram a mínima satisfação aos antigos donos sobre o abandono do estabelecimento e muito pior, não avisaram oficialmente as autoridades federais e estaduais do futuro fechamento da instituição escolar.

Foi constatada uma completa falta de responsabilidade dos professores, que eram, na ocasião os sócios da escola e formavam a sua diretoria.

Assim, os antigos proprietários foram informados desses acontecimentos a partir de 15 de Setembro de 1972, quando receberam do locador uma citação judicial por falta de pagamento de aluguéis, correspondente a nove mil cruzeiros, total das mensalidades atrasadas de Abril a Agosto de 1972. Depois, foram constatadas muitas outras dívidas, inclusive obrigações fiscais, contas telefônicas, mensalidades de professores e funcionários.

Os antigos donos foram prejudicados, uma vez que foram obrigados a saldar muitas dívidas não pagas. A fim de salvaguardar os interesses oficiais da Secretaria da Educação, da Coordenadoria do Ensino Técnico e Comercial e da própria Prefeitura de São Caetano do Sul, foram remetidos, a todas estas re-



Equipe de alunos do Ginásio do ABC vencedora do concurso de redação patrocinado pela Prefeitura de São Caetano, tendo como tema Dias das Mães e Tiradentes. Entre eles: Edivete Manzato, Sueli Zanon e Vitória Kossapian

partições públicas citadas, ofícios esclarecendo a situação do estabelecimento. Todos os departamentos citados, inclusive o próprio dono do prédio, tomaram as devidas atitudes para a solução do caso.

Enfim, com o prédio abandonado pelos legítimos proprietários da escola e depois pelo próprio vigilante, o local foi alvo da ação de ladrões. Assim, foi furtada grande parte do patrimônio, como o conjunto de instrumentos da fanfarra, avaliado em \$2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzeiros) uma coleção de livros, ofertada pelo Ministério da Educação, uma máquina de escrever e outros pequenos objetos. Apenas o arquivo com as fichas dos alunos permaneceu intacta.

ENCERRAMENTO - Antes desse fato desagradável, a 9 de Janeiro de 1973, duas inspetoras estaduais do ensino médio estiveram à noite no Ginásio, deixando um ofício dirigido ao diretor, reclamando uma série de obrigações escolares e ainda

convocando o mesmo para se apresentar à Delegacia de Ensino; o ofício foi entregue em mãos da servente Verônica, a única presente no estabelecimento. É significativo que nessa data, o diretor era um dos professores compradores do Ginásio. Mas, apesar dessa circunstância, como ex-diretor estive presente na Delegacia. Aproveitei a oportunidade e esclareci à senhora Inspectora do Ensino Médio, Cecília de Castro Algodoal, a sucessão dos fatos desagradáveis ocorridos no ano letivo de 1972 e a situação lastimável do estabelecimento no início do ano de 1973.

A Delegacia de Ensino Médio tomou então as medidas necessárias. Foram providenciadas oficialmente junto, à diretoria do Ginásio, medidas para o encerramento oficial das atividades escolares. Um dos sócios professores, Mohamud Hanan Ali Hussein, único que comparecia à noite no recinto da escola, recebeu a devida comunicação da



Em fevereiro de 1965, foram realizadas as solenidades de formatura da 2ª Turma de Ginasianos de 1964. Na foto, o convite de formatura e o logotipo da escola

delegacia e, logo após, a confirmação definitiva do fechamento da escola. A Coordenadoria do Ensino Técnico e Comercial foi também avisada das providências para o encerramento do Colégio Técnico.

Ainda no início do ano de 1973, obedecendo a uma segunda notificação de despejo, datada de 22 de Janeiro de 1973, foi o ex-diretor da escola, acompanhado pelo proprietário do imóvel, senhor Américo Previato, fazer uma vistoria no recinto do estabelecimento e ao mesmo tempo entregar as chaves do prédio.

Aproveitei e me senti na obrigação de executar o recolhimento do arquivo, constituído de pastas e fichas de alunos, livros e documentos importantes, que foram transportados para minha própria residência, que era, no momento, o lugar mais seguro.

O dono do prédio preparou a respeito uma declaração da entrega do imóvel e um recibo anexo da retirada e recebimento dos documentos, datado de 25 de Abril de 1973.

As inspetoras de ensino médio, cumprindo ordem do delegado de ensino da 10ª Delegacia, iniciaram as suas respectivas tarefas que abrangiam recolher e examinar o arquivo dos alunos, livros e documentos, e efetivar o encerramento das atividades do Ginásio.

Por incrível que pareça, as inspetoras estaduais do ensino médio,

Maria José Brandão Machado e uma sua colega com assinatura ilegível, estiveram trabalhando na própria residência do ex-diretor, nos dias 28 e 29 de Dezembro de 1973, na rua dos Autonomistas, 169, em São Caetano do Sul, nos períodos da manhã e da tarde, transformando uma residência particular em recinto da Delegacia do Ensino Médio.

Examinaram e conferiram com o máximo cuidado todos os documentos que deveriam ser recolhidos à 10ª Delegacia de Ensino Médio, obedecendo, aliás a uma Portaria CEBN de 5 de Dezembro de 1973, e de publicação de 9 de Dezembro de 1973, ambas no *Diário Oficial do Estado*. Eram 27 itens a serem examinados, como fichário dos alunos diplomados, fichário dos alunos não concluintes, livros de matrículas de vários anos, livros de atas de assuntos diferentes, livros de termos de visitas de inspetores de 1960 a 1972, várias pastas de resultados finais, um fichário com 71 pastas de professores que participaram do corpo docente do Ginásio e outros documentos do arquivo. Foram contadas 425 pastas de prontuário dos alunos diplomados, colocadas em ordem alfabética e numeradas de 1 a 425, e 1.725 pastas de alunos não concluintes, também numeradas e em ordem alfabética.

Todos os documentos acima ci-

tados referentes às atividades da escola abrangendo os anos de 1961 a 1972, portanto durante 12 anos, foram entregues à 10ª Delegacia de Ensino Secundário e Normal na cidade de São Paulo, à rua Cristiano Viana, 1608, Bairro Cerqueira Cesar, a 2 de Janeiro de 1974.

Todas as entregas dos documentos acima citados à Delegacia de Ensino Médio mereceram os devidos recibos pelas inspetoras estaduais do ensino médio.

Cabe ainda a seguinte observação importante: a partir de 18 de Julho de 1973, 26 pastas de alunos do Colégio Técnico de Contabilidade encontravam-se arquivadas na 1ª IREP (Delegacia de Ensino Técnico) situada à rua Piratininga, 85 em São Paulo. A fim de bem informar os interessados, o arquivo completo do ex-Ginásio do ABC, após alguns anos de permanência na Delegacia em São Paulo, foi transferido para a Delegacia de Ensino de São Caetano do Sul que, por sua vez, tendo se mudado o ano passado, 1998, para São Bernardo do Campo, levou consigo o arquivo dos alunos de São Caetano do Sul para o vizinho Município.

Enfim, o Ginásio do ABC, organizado na base de princípios pedagógicos modernos, durou apenas doze anos. Terminou de forma lastimável, apagando as esperanças otimistas de quatro professores idealistas.

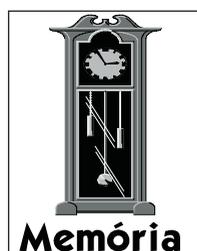
Hoje, no antigo prédio onde funcionava o Ginásio do ABC, à avenida Goiás, 2.594, funciona uma Casa Comercial, vendedora de acessórios para automóveis.

(*) José Teixeira Gonçalves foi diretor e professor de Geografia e História no Colégio Estadual Coronel Bonifácio de Carvalho e fundador e diretor do Ginásio do ABC



Orpheu Bertelli, em depoimento realizado na Fundação Pró-Memória, em Março de 2000

Ex-combatente rememora experiências vividas na Itália



Aleksandar
JOVANOVIC(*)

Cinquenta e cinco anos depois de ter retornado da Segunda Guerra Mundial, o ex-aviador da Força Aérea Brasileira e ex-combatente da Força Expedicionária Brasileira, Orpheu Bertelli, constata que as misérias morais são capazes de endurecer o coração das pessoas. Voluntário na FAB e na FEB, sobreviveu à complicada experiência e hoje rememora episódios, coincidências e lições de vida.

Orpheu Bertelli nasceu em 1924, no bairro do Bom Retiro, em São Paulo, mas a família mudou-se para São Caetano do Sul em 1929. "Viemos por causa do movimento da São Paulo Railway - recorda-se - e porque São Caetano era tranqüila, como se fosse o interior. Havia chácaras por toda parte. Fomos morar na rua Niterói, onde era o pasto dos Marinottis"(hoje está instalada no local a escola do Senai). Existem lembranças da rua dos

Italianos, no Bom Retiro: a linha do bonde passava diante da casa dos Bertellis.

A infância foi marcada por inúmeras outras imagens que permanecem: "Com oito ou dez anos, subia nos eucaliptos de dez, doze metros de altura, que havia na cidade, exatamente onde foi construído o prédio que serviu de Paço Municipal. Havia uma nascente de água mineral, que foi canalizada até à estação de trem. E o garrafão era vendido por 200\$00 (duzentos réis). A nascente passava pelo pasto dos Marinottis. Na estação, havia um reservado para a venda dos garrafões de água mineral". Memória de um tempo bucólico.

Domingos, o pai, filho de italianos, nascido em Louveira, em 1891, foi voluntário na Primeira Guerra Mundial. Foi para a Itália em 1914 e retornou ao Brasil em 1919, depois de ter se desligado do batalhão dos Bersaglieri. O filho, trinta anos depois, foi voluntário da Força Expedicionária Brasileira e lutou, como aviador, com o 350º Grupo de Luta da Força Aérea dos Estados Unidos.

A idéia de tornar-se voluntário da FEB surgiu na cabeça de Orpheu quando já estava na Aeronáutica, onde ingressou em 1942, com 18 anos, para estudar na Base Aérea do Galeão. Na FAB havia duas esquadrilhas distintas: a primeira, conhecida como o *Senta Pua*, era o Grupo de Aviação de Caça; a outra, a Esquadrilha de Ligação e Observação (ELO), servia à Artilharia Divisionária da FEB."Eram os olhos avançados da Artilharia, porque os vãos de observação eram feitos para regular os tiros - comenta Bertelli, que servia na ELO". E menciona o fato de que, na Itália, havia apenas três esquadrilhas: a norte-americana, a anglo-canadense e a brasileira. Quando chegou à Itália, o voluntário brasileiro já falava o italiano correntemente. "Minha avó materna não sabia uma palavra de português; como eu não haveria de falar o italiano?"

ACROBACIA – Na verdade, tudo começou com as idas ao Campo de Marte, em São Paulo, entre os anos de 1938 e 1939, para ver o primo, Alberto

Foto tirada da Torre de Pisa, 1945, mostrando áreas destruídas por bombardeios sofridos



1944 - Campo de San Rossore (Pisa). Início da montagem dos aviões que seriam usados em vôos de regulagem de tiros da artilharia



1944 - Vale de Suviana. Da esquerda para a direita: Bittar, Joel, Roxael, Elídio e Bertelli



1944 - Acampamento de Suviana. Aviadores da 1ª ELO, com observadores da artilharia da FEB

Bertelli, exibir-se em peripécias diversas, já que foi campeão sul-americano de acrobacia aérea. Depois de ter estudado no Segundo Grupo Escolar de São Caetano, Orpheu matriculou-se na Escola de Aviação Naval, uma vez que a Aeronáutica havia aberto vagas para voluntários, a fim de adestrá-los para a guerra. Era assim: havia um campo de aviação e uma escola, em Santo André (mas Bertelli não consegue lembrar-se mais do local exato), e não podendo frequentar ali, decidiu apresentar-se à FAB. Formado no Rio, e estando na Escola de Aeronáutica, apresentou-se como voluntário para a Força Expedicionária Brasileira. Havia 30 voluntários na Esquadrilha de Ligação e Observação. Partiram em setembro de 1944, de navio, rumo à Itália.

"Foram 18 dias de viagem por causa dos constantes ataques dos submarinos alemães. O navio ia serpenteando pelo mar e cruzadores americanos nos escoltavam. Éramos cinco mil homens dentro de um navio americano. Para se ter uma idéia de como eram as condições da viagem de ida, basta lembrar que na volta demoramos apenas 11 dias para chegar ao Rio de Janeiro" - explica Bertelli. Chegando ao porto de Nápoles, os voluntários da FEB foram embarcados, no mesmo dia, em 18 barcaças para Livorno. Viagem exaustiva, mar revolto, 36 horas ininterruptas em meio a minas que poderiam explodir a qualquer momento.

"No trajeto para Livorno, o mar estava tão encapelado que vergava as chapas de aço das barcaças inglesas e os marinheiros, acostumados às tempestadas, chegavam a enjoar. Eles fa-

ziam varredura das minas, para destruí-las e permitir que se-guíssemos viagem. Tínhamos de cair fora do porto de Nápoles por causa dos constantes bom-bardeios", recorda.

Em Livorno, eram aguarda-dos por uma frota de cami-nhões, tendo sido conduzidos para as proximidades de Pisa, onde estava localizado o antigo campo de caça do rei italiano, o *Campo di San Rossore*. Receberam aviões velozes, os L4H. Havia muitas dificuldades para serem enfrentadas, observa o ex-aviador da FAB: posições inimigas camufladas até mesmo em casas de camponeses. Àquela altura, as forças aliadas lutavam contra os alemães na Itália, porque a capitulação italiana de 1943 provocou uma ocupação militar por parte das tropas do III Reich.

Os vôs dos pilotos da ELO eram sempre acompanhados por um artilheiro, cuja missão era orientar a artilharia em terra. "O primeiro tiro era de bala de fuligem, para localizar o alvo. Oito canhões atiravam no mes-mo local para destruir o alvo inimigo e tudo era feito para evitar danos aos civis".

Os aviões utilizados pelos soldados brasileiros chegaram encaixotados. Foram montados num prazo de uma semana, quando as operações foram ini-ciadas a partir de Pisa e Pistóia. À medida que os Aliados avançavam e faziam os alemães re-cuar, o quartel-general pressio-nava a aviação para acompanhar esse avanço. Bertelli fez 62 vôs, em distâncias de 150 a 200 quilômetros. "Mais de uma vez ficamos cercados por bol-sões de inimigos"- recorda.

Bertelli partiu para a guerra como terceiro-sargento e retor-

Acervo: Orpheu Bertelli



Pistóia - 1944.
Campo de pouso
(improvisado).
Tenente Darci, e ao
fundo, aviões de
observação e
bateria anti-aérea
inglesa



Porto de Nápoles -
1944. Navios
destruídos pelos
aviões alemães



Vale do Pó -
1945. Jipe
antifóbio alemão
capturado ao
inimigo



Pistóia - 1944.
Artilharia anti-
aérea (Ingleses
que protegiam o
campo da 1ª ELO)



1945 - Bertelli e Admétrio, diante do Coliseu em Roma



Vale de Suviana - Dezembro de 1944. Bertelli aos 20º abaixo de zero



1945 - Bertelli diante do monumento a Vittorio Emanuele em Roma

nou como primeiro-tenente. Aposentou-se como capitão na Força Aérea Brasileira, em 1964. Casou-em em 1946, em São Caetano do Sul, na Igreja Matriz (nova). Um dos filhos, dentista, chegou a servir quatro anos na FAB. Um dos irmãos faleceu, como soldado da FAB. Orpheu serviu em diversos lugares, mas a maior parte do tempo ficou em São Paulo. Em 1953, foi para a Grã-Bretanha, receber treinamento para pilotar os primeiros aviões a jato que o Brasil estava adquirindo. Permaneceu dois meses na Inglaterra, e um, na Escócia.

MISÉRIAS – Em 1995, no cinqüentenário do fim da Segunda Guerra Mundial, foi chamado, juntamente com tantos outros soldados Aliados, a participar das comemorações na Europa. Fotos documentam apenas parte menor do vasto rol de emoções que acompanharam os ex-combatentes ao longo dos lugares em que haviam arriscado suas vidas meio século antes. O cemitério em que repousam os

restos mortais dos soldados brasileiros, o encontro com os antigos camaradas de armas.

As misérias da guerra são o elemento dramático que chega a sensibilizar o voluntário da FEB até hoje: "A gente procura esquecer isso tudo, mas as lembranças são muito fortes. Por

muito tempo nem filme de guerra desejei ver. A miséria física e moral, famílias desmembradas, pais desaparecidos, tudo isso era muito triste para se ver. Chocante era ver meninas vendendo o próprio corpo em busca da sobrevivência física, gente morrendo de fome. Veja só como eram as coisas: com dinheiro, não se comprava quase nada; com cigarro, quase tudo..."

Em seu longo relato, Orpheu Bertelli salienta o fato de que "a miséria moral endurece o coração" e vai desfiando muitas recordações específicas, referentes às dificuldades do dia-a-dia na frente de combate. Frio cortante, problemas para os aviões voarem, falta de recursos, falta de teto para decolar e pousar. "Havia risco de congelamento, os aviões eram frágeis, a gasolina também congelava no inverno europeu. Antes de darmos partida nos aviões, era preciso ferver água e jogar sobre os tanques, para descongelar o combustível". Lembra-se, mostrando orgulho, que o



1945 - Florença, área destruída pelos alemães. Na foto, Mário Vicente, da ELO



Florença-1945.
Soldados hindus
que lutavam na
Itália (incorporavam
o exército Inglês)
abraçados com
Joel e Bertelli



Acervo: Orpheu Bertelli

comandante da FEB, Mascarenhas de Moraes, chegou a elogiar o desempenho dos voluntários da ELO na Itália.

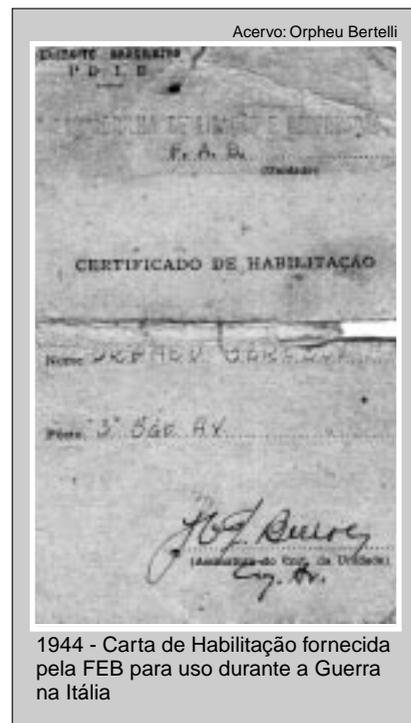
Em maio de 1945, quando o maior e mais sangrento conflito dos últimos séculos teve fim, Bertelli estava em Milão. "Ajudávamos o Exército a resolver questões burocráticas, com vôos de Milão para Alessandria,, com o propósito de apressar a desmobilização. O retorno também foi realizado via Nápoles". Depois, aquilo que classifica de "recepção jamais vista no Rio de Janeiro". Os pracinhas da FEB deveriam chegar à então capital do País às três horas da madrugada, mas o navio que os trazia foi diminuindo a velocidade a partir de Salvador, com o propósito de aportar pela manhã. "A quantidade de navios que havia no porto do Rio de Janeiro, os jatos d'água, rojões, a entrada triunfante e o desfile pela Avenida Rio Branco, bandeiras de papel picado, uma recepção muito calorosa" - são os pontos que o ex-combatente procura destacar.

FADIGA - Os ex-combatentes receberam sessenta dias de dispensa, para descansar da fadiga de guerra. "Esse tempo não bas-

tava para descansar nossas cabeças. Tudo aquilo apanhou-me numa idade frágil. Fiquei até descrente de tudo quando vi a pompa no Vaticano, que pude visitar, aquele ouro todo, aqueles diamantes e outras pedras preciosas. E eu pensava: estas riquezas todas aqui, e tanta gente passando fome, morrendo literalmente de fome. E eu, que havia sido até mesmo coroinha na Igreja...Assisti àquela desgraça toda que foi a Segunda Guerra, convivi com todas aquelas pessoas..." rememora Bertelli.

A visita ao Vaticano ocorreu quando o ex-aviador recebeu uma folga para passar nove dias no *Rest Center* (antigo Fórum Mussolini). Visitou as catacumbas, viu a cidade inteira, guiado por um padre italiano, e afirma que "a cabeça entrou em parafuso". Ao poder ter contato com os tesouros do Vaticano, o combatente brasileiro garante ter recebido um "choque com o tamanho das riquezas". E, meio século depois, assegura que no mesmo instante em que estava frente-a-frente com peças valiosas, como *flashes*, muitas imagens apareciam diante dele, com meninas de 14 anos procurando

a sobrevivência, no meio da guerra, a todo custo. "Durante muitos anos, procurei a Filosofia para tranquilizar meu espírito. Busquei o espiritualismo para reconciliar-me, mas continuo tendo reservas quanto aos procedimentos adotados pelo ser humano. Lembrei-me, naquela ocasião, de minha infância em São Caetano, das quermesses que rendiam dinheiro tremendo e ficava imaginando que, se es-



Acervo: Orpheu Bertelli

1944 - Carta de Habilitação fornecida pela FEB para uso durante a Guerra na Itália



Maio de 1995 - 50 anos depois, Bertelli ao lado da placa do *Senta a Pua*, no local onde havia sido campo do 1º Grupo de Aviação de Caça



1995 - Veteranos no local que havia sido o campo do 1º Grupo de Caça em Pisa



Veteranos do 1º Grupo de Caça e 1ª ELO. Maio de 1995, Cemitério de Pistóia

sa riqueza fosse doada para cada cidade, seria possível alimentar pessoas. Tanta riqueza e poder sem serem utilizados para fins humanitários, isso deixou um grande vazio dentro de mim, porque me perguntava: onde está o sentimento dessas pessoas? Aquela riqueza infinita e a miséria humana solta, a exemplo do que acontece na África" explica Bertelli.

MARMELADA – A narrativa do ex-combatente faz muitas imagens desfilarem. No *front*, ficou nove dias cercado por tropas alemãs. Tudo começou com uma ordem do comandante que desejava mudar o campo de aviação para um leito seco de rio. Os soldados fizeram um comboio de material sobressalente. "No segundo dia, os alemães deixaram-nos ilhados. Eu

estava num jipe. Ficamos numa barraca e não conseguíamos voltar. Não havia mais suprimentos" explica.

Lembra que haviam encontrado um engradado com marmelada da marca Colombo. Ficaram nove dias, Orpheu e seu companheiro, Admétrio Dechatinet, à base de marmelada. "Quando fomos resgatados, estávamos feito trapo. Foram momentos muitos difíceis, principalmente porque, no meio da noite, quando o Admétrio havia saído em busca de comida, que não encontrou, na escuridão, precisava descobrir se o ruído era de inimigo, ou não. Foram instantes decisivos: atira, não atira..."

Mas existem recordações positivas, boas, também. Como, por exemplo, a colabora-

ção dos *partigiani* italianos, a Resistência, que combatia o regime fascista e também aos alemães. Inclusive o irmão do comandante, major Nero Moura, um tenente do grupo de caça, foi salvo pela Resistência italiana. Saltou de pára-quadras, cortou a língua, e os *partigiani* recolheram-no.

"Por sorte, ele não podia falar, aliás nem falava o italiano, e assim fizeram-no passar-se por italiano, até que fosse reconduzido às nossas fileiras" explica Bertelli.

(*) Aleksandar Jovanovic é professor da Universidade de São Paulo, doutor em Linguística, jornalista e presidente da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul



Abib João Kirche durante entrevista realizada no dia 16 de março de 1999, em seu consultório

O médico Abib João Kirche exerce atividades há 52 anos

Yolanda ASCENCIO(*)

A bib João Kirche nasceu em Teresina, capital do Piauí, no dia 25 de agosto de 1921, filho de João Elias Kirche (sírio da cidade de Damasco) e Esquie Waquim (libanesa), carinhosamente conhecida como dona Zequinha. Seus pais conheceram-se num navio de imigração. Primeiramente, estabeleceram-se no Estado do Maranhão e depois no Estado do Piauí. Quando Abib tinha quatro anos de idade, a família mudou-se para Campinas, São Paulo. Nessa cidade, Abib cursou o Primário e o Ginásio. Em 1938, frequentou, concluindo com brilhantismo, o curso Pré-Médico, no Rio de Janeiro. De 1940 a 1946, cursou Medicina, em São Paulo. Em 1946, a família Kirche veio para São Caetano, instalando-se na Avenida Senador Roberto Simonsen (na época, rua Santo Antonio). Recém-formado, o médico Abib João Kirche começou a clinicar, desenvolvendo suas atividades profissionais sempre em São Caetano. No dia 20 de janeiro de 1955, casou-se com Ivete Voto, com quem teve um filho: Luis Fernando Voto Kirche, hoje juiz de

Direito em Mato Grosso. Atualmente Abib João Kirche, com 79 anos de idade, continua a clinicar em seu consultório, na rua Manoel Coelho, 293. É grande apreciador da natureza e gosta muito de viajar. Abaixo trechos da entrevista, realizada no dia 16 de março de 1999:

Raízes - Como é clinicar, por mais de meio século, em uma mesma cidade? Que espécie de experiência se adquire, além da profissional?

Abib João Kirche - *Para mim, clinicar há 52 anos em São Caetano, significa ter feito e continuar fazendo o que sempre gostei. Sou médico por vocação. Fui cirurgião, clínico-geral e ginecologista. Hoje, atendo apenas consultas, deixando a cirurgia para os colegas mais jovens e menos cansados. Além do lado profissional, tive o prazer de conviver com a maioria das famílias da cidade.*

R - Existem grandes diferenças entre as sociedades de há meio século e a do mundo de hoje: mudou a tecnologia, mudaram as relações sociais e familiares; enfim, o mundo parece ter mudado em muitos aspectos. De que maneira essas al-

terações acabaram afetando a vida profissional de um médico?

AJK - *A evolução tecnológica mudou, sem dúvida, a atuação profissional do médico. Antigamente, a Medicina, até por falta de recursos, era, na verdade, um sacerdócio. O médico, no esforço de atender a tudo e a todos, de forma satisfatória, precisava ser um idealista. Hoje, com muitos recursos tecnológicos, o médico, em geral, volta-se mais para o lado técnico. Há mais especialistas.*

R - Como era o dia-a-dia de um médico há meio século? Em que esse cotidiano foi alterado?

AJK - *Há meio século, o médico ficava à disposição da população, praticamente 24 horas, dando-lhe atendimento contínuo e completo. Não havia hospitais. Eu atendia a chamados de partos complicados, doenças infecto-contagiosas, sempre na casa dos pacientes. Hoje, o médico pode contar com todo o tipo de recursos, como hospitais, equipamento de última geração, enfermagem.*

R - A figura do médico de família parece extinta. Mas, quando o senhor começou suas atividades profissionais, o médico de família

era uma realidade palpável. Fale um pouco a esse respeito.

AJK - *Como disse, na época, não havia hospitais e cada família tinha seu médico. Este, com poucos recursos, sem auxiliares de enfermagem e contando apenas com Sulfa, pois não havia outros antibióticos, via-se obrigado a resolver todos os problemas de saúde de seus pacientes.*

Dia e noite, atendia partos, nos quais as parteiras (curiosas de boa vontade) encontravam dificuldades. Era grande o número de doenças infecto-contagiosas, como: gripe coreana, gripe asiática, meningite, paralisia infantil, hepatites, etc. Todo o tratamento era dado na residência do paciente.

Lembro-me de certa ocasião, em que tratei de oito filhos homens de uma família, na mesma casa, todos com hepatite. No entanto, o médico de família, além do profissional de saúde, acabava se tornando amigo e conselheiro da família, que nele depositava total confiança.

R - *Como era São Caetano na época, em que o senhor veio estabelecer-se aqui? O que caracterizava a cidade que, por sinal, era um bairro de Santo André ainda? Como o senhor descreveria, de forma sintética, o local em que veio trabalhar?*

AJK - *São Caetano não passava de uma pequena fazenda, cuja infra-estrutura era praticamente nula, o que facilitava a proliferação das mais variadas doenças, sobre as quais falei anteriormente.*

R - *É muito provável que parcela expressiva das pessoas que desempenharam papel relevante na sociedade de São Caetano nas últimas décadas, tenha passado por suas mãos. Como é esse sentimento de ser um profissional profundamente entranhado na vida de uma comunidade?*

Acervo: Abib João Kirche



Da esquerda para direita: Ivete Voto Kirche, Luis Fernando Voto Kirche e Abib João Kirche

AJK - *É muito gratificante. Sinto-me orgulhoso e envaidecido ao acompanhar o trabalho, por exemplo, de muitos jovens médicos, hoje meus colegas, que vieram ao mundo por minhas mãos. Da mesma forma, cuidei da saúde da maioria da população, inclusive de autoridades, como: Ângelo Raphael Pellegrino, Anacleto Campa-*

Acervo: Abib João Kirche



nella, Oswaldo Samuel Massei, vereadores, empresários.

R - *Nesses 52 anos, em que o senhor está no Município, houve grandes mudanças, a começar da autonomia político-administrativa. Quais foram, segundo sua opinião, os fatos mais importantes – positivos ou negativos – desse período?*

AJK - *O movimento autonomista, além de uma grande conquista, foi o acontecimento decisivo para o crescimento de São Caetano, sob todos os pontos de vista.*

R - *Quais foram as figuras mais interessantes com quem o senhor teve oportunidade de conviver?*

AJK - *Convivi e convivo com muitas pessoas, não só por força da profissão, como também em minhas atividades sociais. Fui diretor do Hospital Nossa Senhora de Fátima, do Hospital São Caetano, faço parte do Rotary, Lions e da Loja Maçônica. Em todos esses grupos de trabalho ou de serviço, tenho grandes amigos. Não gostaria de citar nomes para não correr o risco de cometer alguma injustiça.*

R - *Discorra sobre as figuras mais importantes que marcaram a vida de São Caetano.*

AJK - *Como já disse, foi após a Autonomia, que São Caetano começou a desenvolver-se até alcançar o lugar de cidade de primeiro mundo. Tal desenvolvimento só foi possível, graças ao trabalho dedicado e inteligente de todos os prefeitos que tivemos. Cada um deles, a seu modo, deu uma contribuição importante, para que São Caetano do Sul ocupe, atualmente, um lugar de destaque no cenário nacional.*

(*) Yolanda Ascencio, professora, advogada, escritora. Membro da Academia de Letras da Grande São Paulo

A história do cinema no Município faz parte da vida de Victoria Lorenzini

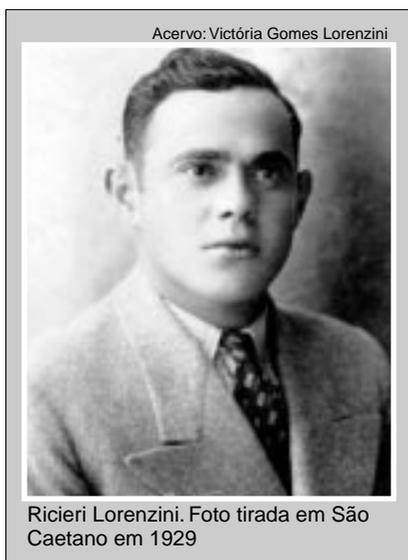
Descendente de imigrantes espanhóis, Victoria Lorenzini nasceu na cidade de Jaú, São Paulo, no dia 26 de abril de 1918. Criança ainda, com 10 anos de idade, veio para São Caetano, juntamente com a família. Foram seus pais Antonio Gomes Escaño, natural da cidade de Málaga, Espanha e Victoria Romero, nascida em Granada, também na Espanha. O casal era de origem abastada e imigraram para o Brasil em 1907, após uma peste que destruiu a lavoura, deixando-os em péssimas condições financeiras.

Apesar de terem em comum o mesmo país de origem, os dois jovens só foram conhecer-se na cidade de Jaú, interior de São Paulo, onde se casaram. Lá, Antonio dedicou-se ao comércio durante 10 anos. Em 1928, a família Escaño veio para São Caetano com os filhos menores Antonio, Victoria e Emilio. Aqui nasceram mais cinco filhos do casal: Emilia, Aracelis, Odila, Aristides e Leonor.

Comerciante por vocação, uma vez instalada a família, seu Antonio comprou um armazém com jogo de bocha, na rua Minas Gerais, atual Rua José Benedetti, número 1. Devido ao esforço do imigrante, pouco tempo depois, já com a ajuda dos filhos, adquiriu um segundo armazém, também na rua Minas Gerais, esquina com a Rua Rafael Correa Sampaio. Ainda um terceiro estabelecimento foi montado pela família, na rua Rua Bahia, atual Rio Grande do Sul, esquina com a Rua Maranhão. Já na década de 30, Antonio Gomes Escaño passou a administrar a cantina do Cine Parque.



CASAMENTO - Esse acontecimento marcou a vida da jovem Victoria, porque foi no Cine Parque que conheceu Ricieri Lorenzini. Assim, em 30 de junho de 1938, resolveram casar-se. Dessa união nasceram



quatro filhos: Aldo, Décio Maximiliano, Walter e Marilena.

De acordo com dona Victoria, devido às dificuldades vividas pela família, ela não teve oportunidade de estudar. Mesmo assim, conseguiu cursar o primário. Seguindo as tradições da época, a jovem foi preparada para o casamento, aprendendo culinária, trabalhos manuais e pintura. Segundo se recorda, seu marido a tratava como *minha senhora* fazendo questão que ela se dedicasse somente ao lar, razão pela qual dona Victoria nunca participou de atividades assistenciais.

CINEMA - "*Maximiliano Lorenzini, meu sogro, foi um pioneiro. Fez do cinema a maior razão de sua vida. O cinema era a sua segunda família*"- diz dona Victoria, que faz questão de perpetuar a história da família Lorenzini como a sua própria história.

Maximiliano Lorenzini era filho de Giacomo Lorenzini e Chiara Garatti. Nasceu em Vittorio Veneto, Norte da Itália, no dia 1º de julho de 1882. Ao chegar ao Brasil como imigrante, radicou-se em São Caetano. Primeiramente foi empregado de olaria e continuou a esforçar-se para conseguir uma situação melhor. Com grande talento para o comércio, logo conseguiu montar um armazém de secos e molhados na Rua 28 de Julho, no Bairro Fundação.

Não demorou também a constituir família, casando-se com Maria Garbelotto, tendo o casal, seis filhos: Hermínio Jacobb, Gentil, Ricieri, Mafalda, Anésia Clara e Guiomar.

Homem dinâmico, afeito aos grandes empreendimentos, Maxi-



Pais de Ricieri Lorenzini, Maximiliano Lorenzini e Maria Garbelotto Lorenzini



Foto da família Lorenzini. Sentados: Maximiliano, Maria, filhos maiores atrás Hermínio e Ricieri. Crianças da esquerda para direita: Mafalda, Guiomar, Gentile e Anesia

miliano Lorenzini comprou o então recém-inaugurado Cine Central, na rua Perrella, nº 319, primeira casa de espetáculos da cidade e segunda na região.

Durante a Revolução de 24, o Cine Central serviu de hospital e banco de sangue para socorrer os feridos.

Alegre, dinâmico e comunicativo, Maximiliano estava sempre à porta do cinema. Enquanto o filho Hermínio cuidava da bilheteria Ricieri tocava piano, antes da sessão. Iniciada a sessão, Maximiliano permitia que todas as pessoas que estivessem fora entrassem, pagando o que pudessem, até lotar completamente a sala de espetáculos.

Mais tarde, já na década de 30, a família Lorenzini adquiriu também o Cine Parque, que ficou aos cuidados dos filhos de Maximiliano, Hermínio e Gentil.

Buscando sempre modelos mais modernos, a Empresa Lorenzini montou uma terceira casa de espetáculos: o Cine Max, cujo nome reverenciava seu proprietário. Situado na Avenida Conde Francisco Matarazzo nº 1099, o Cine Max foi projetado por um arquiteto alemão. Caracterizado por uma construção neo-clássica, com ca-

pacidade para 2.250 lugares, sua tela chegou a ser considerada a segunda da América Latina.

Embora fossem utilizados, na obra, somente materiais de primeira linha, por alguma falha da técnica ou do destino, quem sabe, o teto desmoronou quando o Cine Max estava quase pronto. O acontecido, porém, não abateu o entusiasmo da família Lorenzini e o Cine Max foi

inaugurado em 1944, exibindo o filme *Sonhando de olhos abertos*, com o comediante Danny Kaye, já em *technicolor*, com sistema sonoro (gravação incluída na própria película). As dublagens eram bastante usadas, nessa fase, porque a voz dos galãs nem sempre se adequava ao papel interpretado.

Segundo dona Victoria, para entrar no cinema, exigia-se traje social: as mulheres, com sua melhor roupa, e os homens, com terno e gravata. O cinema até mantinha um estoque de gravatas para ceder aos desprevenidos.

Com o fechamento do Cine Parque Monte Alegre, em 1938, a Companhia Irmãos Lorenzini construiu o Cine Primax, na esquina da rua Maranhão com a rua Amazonas, que foi inaugurado em 1951, com capacidade para 1.200 lugares.

A mesma empresa comprou o Cine Urca, na rua Manoel Coelho. Depois de uma ampla reforma, o Cine Urca passou a chamar-se Cine Lido, em 1961, com capacidade para 850 lugares.

Além desses cinemas, havia também o salão paroquial, propriedade dos padres estigmatinos, que foi arrendado pelos Irmãos Lorenzini e, em maio de 1974, transfor-



1938 - O casal Ricieri Lorenzini e Victória Gomes Lorenzini, durante passeio pela Rua Direita, em São Paulo

mou-se em Cine Aquarius, na rua Carlos de Campos, com capacidade para 500 lugares.

EMOÇÃO - Com a morte do filho Gentil, em 1942, Maximiliano Lorenzini ficou paralítico. Mesmo na cadeira de rodas, assistiu à inauguração do Cine Max, seu maior sonho. Era também em sua cadeira de rodas que comandava, com dinamismo e determinação, para que seu sonho não morresse. Assim, com esse exemplo dignificante, conseguiu inculcar nos filhos, como um grande legado sem dúvida, seu amor ilimitado pela sétima arte.

Após sua morte, ocorrida em 21 de julho de 1948, coube aos filhos, já devidamente preparados, a continuação de seu trabalho. De acordo com dona Victoria, essas recordações a deixam muito emocionada.

FELICIDADE - Sempre saudosa dessa época quando viveu intensas emoções, dona Victoria ainda recorda algumas peculiaridades sobre os primeiros tempos do cinema, em São Caetano. Porém, ela faz questão de ressaltar a importância de tecer algumas considerações sobre o marido, Ricieri Lorenzini, com quem viveu feliz, durante os 22 anos de casamento.

Quanto às curiosidades, ela



O Cinema Central, em foto sem data

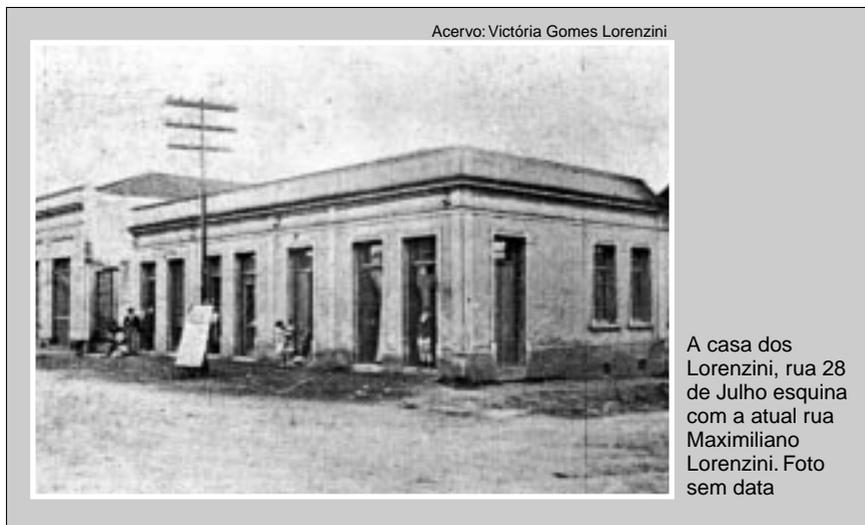
lembrou, por exemplo, que o primeiro ingresso custava trezentos réis, para mulheres, e quinhentos réis, para homens. Em cada filme exibido, a Empresa ganhava 15%. O filme falado por discos chamava-se vitafone. No tempo do cinema mudo, seu Ricieri tocava piano, durante o espetáculo, sendo, mais tarde substituído nessa tarefa, pela irmã Mafalda, que o ajudou muito. Os filmes de maior repercussão na época e, por isso mesmo, exibidos mais vezes, foram: *O Cangaceiro* e *O Vento Levou*.

Quanto ao marido, dona Victoria fez questão de ressaltar que ele nasceu em São Caetano, em 1911, na atual rua Maximiliano Lorenzini, Bairro Fundação.

Desde os 14 anos de idade, dedicou-se ao cinema, seguindo os passos do pai. Trabalhador, comerciante nato e dinâmico, acabou por tomar as rédeas de tudo, alugava filmes, fazia os cartazes de divulgação, molhava a tela, vendia ingressos, cuidava da limpeza, tocava piano na abertura e durante a sessão.

Depois de uma vida plena de trabalho e exemplos que jamais serão esquecidos, Ricieri Lorenzini faleceu, em 1960, após uma cirurgia de estômago.

Atualmente, morando com o filho, Décio Maximiliano Lorenzini, dona Victoria vive de suas lembranças e declara, com muito amor e orgulho, que tem 10 netos e uma bisneta, a quem quer deixar, como legado, a história das famílias Escaño e Lorenzini. Segundo ela, foram duas famílias que muito contribuíram para o engrandecimento da cidade de São Caetano do Sul que tão afetuosamente os acolheu (*Yolanda ASCENCIO*).



A casa dos Lorenzini, rua 28 de Julho esquina com a atual rua Maximiliano Lorenzini. Foto sem data

As olarias e as recordações do imigrante Joá

Mário BOTTEON(*)

No dia 28 de julho de cada ano, São Caetano do Sul festeja sua fundação. Passados vários anos, inúmeras são as curiosidades a serem comentadas. Não se trata de acontecimentos que tenham qualquer cunho histórico, porém, possuem o sabor da saudade para pessoas que hoje estão beirando os 80 anos de idade ou mais.

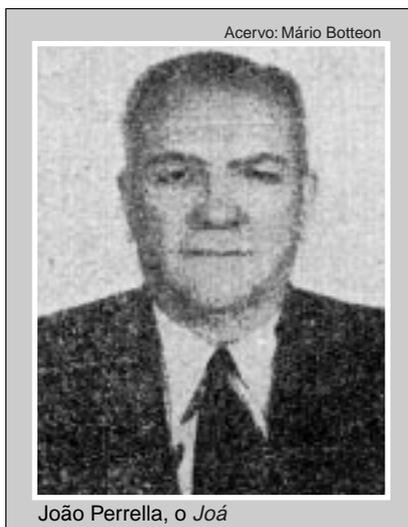
Assim nada melhor do que ouvir a palavra daqueles que foram testemunhas oculares da vida, nesta outrora pacata cidade de São Caetano do Sul. Portanto, é importante que pessoas idosas façam um retrospecto desta vida que Deus lhes deu.

Para lembrar esses momentos, travamos uma longa conversa com João Perrella, mais conhecido entre os amigos como o *Joá*. Ele chegou aqui no ano de 1913, juntamente com a família, composta de duas irmãs, pai e mãe, porque já estava na cidade o irmão Ferdinando. Lembra-se que partiu do porto de Nápoles (Itália), no dia 19 de Outubro de 1913 e a viagem demorou exatamente dezenove dias. Quando aqui chegou estava com 14 anos de idade e tratou logo de arranjar trabalho numa olaria, porque não havia outra opção de emprego. À noite freqüentava uma escola existente ao lado da Matriz Velha. O professor chamava-se Teobaldino e os seus colegas de escola, entre outros, lembra-se de Vitório Dal'Mas, Nicola Perrella, Ângelo Braido, Pedro e Orlando Biagi.

As aulas eram ministradas das 19 às 21 horas. Pelo fato de o professor Teobaldino ter na ocasião pouco mais de 19 anos de idade e a maioria dos alunos ser bem mais velha, alguns já casados, como no caso de Vitório Dal'Mas, era difícil a manutenção da

disciplina durante as aulas. Eram freqüentes as algazarras provocadas pelos alunos. Entende-se essa excessiva liberdade dos alunos pelo fato de o professor ser muito jovem e também de os alunos, além de amigos, serem colegas de trabalho.

OLARIAS – A olaria onde *Joá* prestava serviço era de propriedade de Miguel Perrella, e estava instalada no bairro da Fundação, bem nas proxi-



midades do Rio dos Meninos. Na época, existiam muitas olarias em funcionamento no Bairro da Fundação, a saber: de Paschoal Perrella (do outro lado do Rio Tamanduateí, onde hoje se localiza a Vila Cassab, Vila Bela); a de Francisco (Chico) Fiorotti; a de Dassiê, ambas onde hoje está instalado o Moinho Santa Clara; a de Acácio Novaes, onde hoje está a desativada firma Aços Villares e mais próxima à Vila Prosperidade; as de José Poff; José Ricieri; Archangelo Campanella e de Nonato Abbotte. Um dos maiores fregueses na compra dos tijolos foram as Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo.

Naquela época, as únicas indústrias que proporcionavam emprego de mão de obra eram as olarias. Tempos depois surgiram, entre outras, as Indústrias Matarazzo, Refinadora de Milho Brasil, etc. Segundo seu depoimento, a General Motors do Brasil foi instalada em São Caetano no ano de 1926.

Como naquela época não existia outro divertimento, era comum os operários saírem do trabalho e irem todos para o campo de futebol, onde hoje se encontra a Escola de Primeiro Grau Senador Flaquer, na rua Heloísa Pamplona. Os *rachas* eram com bola de borracha e todos jogavam descalços. Nessa prática de futebol não havia distinção quanto à idade, porque jogavam juntos adolescentes e adultos. O campo permaneceu nesse local por um período aproximado de dez anos. *Joá*, segundo relatos da época, quando adulto, foi um respeitável zagueiro do São Caetano Esporte Clube.

De acordo com Perrella, a primeira padaria a ser instalada em São Caetano era de propriedade de Gino Foratino e estava instalada na atual avenida Conde Francisco Matarazzo, ao lado da Estação da Ferrovia. Por um bom tempo, a produção dessa padaria consumia por dia apenas um saco de farinha de trigo. Essa pequena produção era justificada pelo fato de a maioria dos moradores fazer o pão em casa. Todavia, poucos possuíam fornos próprios; por isso era comum usarem o forno do vizinho. O entregador, levando um saco de pão às costas, ia a pé até os fregueses.

Voltando às olarias, o horário de trabalho iniciava-se às 4h30 com término às 9 ou 10 horas da manhã. Mas, quando eram 8 horas da manhã, havia um ligeiro descanso para o almoço, trazido pelos familiares dos oleiros.

Alguns que residiam bem próximos ao local de trabalho, preferiam ir almoçar em casa. A média diária de produção de cada olaria era de aproximadamente 1.500 tijolos. A forma de pagamento era por produção, e o preço pago pelas olarias por milheiro era de 4.500 réis para o tijoleiro (aquele que bate o tijolo) e de 3.000 réis para o lançador (aquele que tira o tijolo do tabuleiro ou bancada e enfileira no terreno). Os carroceiros costumavam ganhar uma diária de 3.000 réis, e a mesma importância era paga ao barreiro, profissional que amassava o barro na pipa, girada por meio de dois burros.

CINEMA – Tempos depois, como última novidade, surgia no Bairro da Fundação o primeiro cinema, localizado na hoje rua Rio Branco, bem em frente à atual rua Herculano de Freitas. Somente havia espetáculo uma vez por semana, isto é, aos domingos, e a entrada custava 500 réis. Sabe-se que o proprietário do cinema era residente em Santo André. A capacidade de lotação do cinema era de umas quarenta pessoas, mas, geralmente, os espectadores ficavam entre vinte ou trinta pessoas, no máximo, por espetáculo. Na época ainda não existia a eletricidade e a projeção dos filmes era conseguida graças ao emprego de um motor a gasolina. Naquela época existia no Bairro da Fundação uma média de apenas dois postes em cada rua, com lampiões a querosene, mas, para a tristeza dos moradores, raramente os lampiões eram acesos. O imposto predial que se pagava à Prefeitura de Santo André era em média de 19.000 réis por ano.

A primeira Delegacia de Polícia localizava-se na atual rua Heloísa Pamplona, com rua Bueno de Andrade, Bairro da Fundação. As nomeações dos delegados eram sempre feitas por influências políticas. Na época os que ditavam ordens eram os Flaquers de Santo André. Mas, independentemente de influências políticas, eram sempre nomeadas pessoas que impunham respeito, pessoas idôneas, pois não eram

remunerados. Foram nomeados delegados de polícia Carmine Perrella, Antonio Barile, Acácio Novaes, Fernando Piva e outros. Na Delegacia Policial havia apenas um soldado, e, segundo o depoimento do *Joá*, o primeiro chamava-se Rente, que residia onde hoje está o supermercado Carrefour. O fardamento do soldado era de cor cáqui e a calça ostentava duas faixas vermelhas. Por existir na época fraternal amizade e parentescos na comunidade, bem raras eram as ocorrências que exigiam a presença da polícia. As ocorrências mais comuns, embora não muito freqüentes, eram brigas com troca de sopapos, mas, no final, tudo terminava em santa paz.

Pelas redondezas do Bairro da Fundação, a caça era abundante, pelo fato de existir muitas áreas verdes. João Perrella, o *Joá*, foi proprietário de um concorrido bar que possuía três canchas de bochas. O bar ficava entre a atual rua 28 de Julho com a Praça Comendador Ermelino Matarazzo. Era muito freqüentado aos domingos, principalmente quando havia jogo de futebol do São Caetano Esporte Clube. O campo estava localizado na atual rua 28 de Julho onde está a desativada Fábrica de Azulejos Matarazzo. Muitos moradores aproveitavam-se do muro das canchas de bochas para assistir ao jogo de futebol sem pagar ingresso. Essa costumeira evasão de rendas provocava irritação de Francisco Paolillo, que, como presidente do Clube, reclamava do procedimento dos freqüentadores do tal muro divisório.

Na atual rua João Pessoa, exatamente onde ficava a Agência do Correio, havia um senhor de nacionalidade portuguesa, dono de uma razoável criação de vacas leiteiras. No Bairro da Fundação, também havia um outro criador, Giácomo Fiorotti, cujas vacas iam diariamente pastar na vizinha Vila Carioca. Já naquela época, boa parte da produção leiteira era enviada para a cidade de Santos. Como dissemos em linhas anteriores, com a existência de

muitas áreas verdes ainda se podia admirar as árvores frondosas, como as figueiras. Árvores cujos troncos menos de quatro homens juntos não poderiam abraçar. A derrubada dessas árvores frondosas, que não eram muitas, era feita de maneira bastante peculiar. Com uma verruma, faziam um profundo furo, colocavam pólvora, e por meio de uma tocha acesa, provocavam uma explosão. Daí entravam em ação afiados machados para completar o serviço. Os quase únicos fregueses das lenhas eram as olarias, que pagavam aproximadamente 6.000 réis por metro cúbico e criteriosamente medido. O entrevistado chegou a tomar conhecimento, que, na época anterior à sua como oleiro, os tijolos eram feitos nas medidas 32x13x9 centímetros.

As chamadas telhas caipiras também eram confeccionadas em São Caetano. As únicas olarias aparelhadas para o fabrico eram as de propriedade de Carmine Perrella, Silvério Perrella e João Domingos Perrella. Para a fabricação eram necessárias coberturas, porque as telhas precisavam secar, forçosamente, à sombra; pois, se fossem estendidas nos terreiros e apanhassem sol ficariam deformadas. Para a fabricação de telhas, era indispensável o emprego de um barro especial que, felizmente, existia em abundância no Bairro da Fundação.

O idioma que predominava naquela época era o dialeto vêneto, e raros eram os que falavam o português.

Numa ocasião, houve quatro valentes ciclistas que chegaram a fazer uma viagem de ida e volta até à cidade de Santos. Saíram bem de madrugada e somente voltaram altas horas da noite, e bem cansados. Ao descreverem as peripécias da viagem, afirmaram que, em muitos trechos da serra, para galgá-los, tiveram que carregar as bicicletas às costas.

(*) Mário Botteon, ator do antigo Teatro Operário do Sesi, é colunista de vários jornais locais

Teatro local centralizava atividades culturais nos anos 60

José Armando Pereira da SILVA(*)

Para quem chegasse a São Caetano do Sul no início dos anos 60, não era difícil identificar onde se centralizavam as atividades culturais da cidade. A Associação Cultural e Artística de São Caetano do Sul (Acascs), fundada em 1957, estava instalada bem no centro, no quarto andar do Edifício Vitória, à rua Santo Antônio, 500, onde também tinham sede o Clube Comercial e o Cine Vitória.

A tradição social e recreativa, cara aos imigrantes italianos, abria-se, então, para um contingente mais diversificado, quando uma nova onda de imigrantes, estimulada pela intensa industrialização do ABC, vinha procurar o seu destino nessa cidade.

Numa época em que a televisão ainda não havia aprisionado as pessoas em casa, os clubes cumpriam a função agregadora dos encontros para o café ou a cerveja após o trabalho, dos jogos, das festas, dos bailes e também das atividades culturais e artísticas, no caso, o principal objetivo da Acascs.

O teatro encontra sócios entusias-

Nos festejos do 86º aniversário de São Caetano do Sul, o pessoal de Teatro da Acascs, reuniu-se no coquetel oferecido às autoridades. Da esquerda para direita: Altamiro Martins, Vera Nunes, Milton Andrade, Marcos Patrão (filho do Jayme), Jayme da Costa Patrão, Mário Dal'Mas, Marcia da Costa Patrão (filha do Jayme) e uma colega da Marcia, não identificada



Acervo: Milton Andrade/José Armando Pereira da Silva

tas como Mário Dal'Mas, Pedro Pardo Oler, Jayme da Costa Patrão e Carlos Rivani, que já haviam encenado *O mundo não me quis*, de autor desconhecido (muito comum no repertório circense) e *A Baronesa*, de Josué Montello, dirigida por Jayme da Costa Patrão - dois exemplares bem característicos de uma dramaturgia mais que tradicional. A eles vem se juntar, em 1963, Milton Andrade, que desembarcara na cidade dois anos antes, como funcionário da indústria alemã ZF. Participando de

ações comunitárias, não custou muito para chegar à Acascs onde, pela mão de Pedro Oler, é apresentado ao grupo para dirigir uma peça já em ensaios, *A Ceia dos Cardeais*, de Júlio Dantas. Ele propõe algumas inovações que surpreendem e agradam o elenco formado por Waldemar Giannotti, Nelson Infanti e Siqueira Teles. Entre elas, fazer o espetáculo em arena e a iluminação a velas. As arengas dos cardeais Rufo, Montmorency e Gonzaga de Castro vazadas no estilo decadentista, em que predominam os efeitos de salão e as tiradas sentimentais, agradaram em cheio. Um observador da ocasião registrou: "A encenação de *A Ceia dos Cardeais*, para quem conhece as inúmeras dificuldades que exige sua exibição, foi êxito inigualável nos salões da Acascs. (...) Que *A Ceia dos Cardeais* desperte nos poderes competentes e homens públicos da cidade atenção ao teatro, já que, outrora, os sagazes e inteligentes gregos, conhecendo a importância desta arte para o progresso do povo, destacaram ao teatro teórico (sic) uma verba respeitável, respeita-

Acervo: Milton Andrade/José Armando Pereira da Silva



Inauguração do Teatro Sótão 1005, localizado no rua Baraldi, 1005, aparecendo Milton Andrade (discursando), Oscar Garbelotto, Mário Dal'Mas e Hermógenes Walter Braido

da como sagrada, pois ela nem mesmo para a defesa nacional poderia ser utilizada." O espetáculo é visto diversas vezes em São Caetano do Sul, faz uma excursão a São Carlos com grande sucesso, retornando para ser apresentado em Santo André, na abertura do I Festival de Teatro Amador do Estado de São Paulo, em outubro de 1963.

SONHO – O grupo se enche de ânimo, assume o nome de Teatro Experimental, e alguém sonha alto com a possibilidade de trazer para dirigi-lo nada menos do que Sérgio Cardoso. A aproximação é feita quando ele estréia, no Teatro da Aliança Francesa, em São Paulo, o festival shakespeariano *O Resto é Silêncio*, e recebe, ao final, um cartão de prata e um distintivo acasqueano de ouro, pregado na lapela do seu figurino de Hamlet... *Todos os espectadores aplaudiram de pé a homenagem e o maior intérprete de Shakespeare, visivelmente emocionado, agradeceu com lágrimas nos olhos* - registrou um repórter da Acascs.

Sem chances de acolher um mentor tão famoso, planos ambiciosos são deslanchados no final de 1963: Milton Andrade anuncia *Frei Luiz de Souza*, de Almeida Garret; Jayme da Costa Patrão se esforça em convocar o numeroso elenco requerido para *Nossa Cidade*, de Thornton Wilder; enquanto Carlos Rivani propõe o novo realismo brasileiro de *Fogo Frio*, de Benedito Ruy Barbosa (na época um estreado, que se tornaria conhecido pelas suas novelas para a TV *Pantanal*, *O Rei do Gado* e *Terra Nostra*). Essa última peça, surgida nos Seminários de Dramaturgia do Teatro de Arena, abordando os dramas de uma família rural do norte do Paraná numa grande geadada, é o primeiro sinal de novas tendências, próximas aos temas brasileiros, que se acentuavam no meio, especialmente pela ação do Teatro de Arena. A encenação iria concorrer, em setembro de



1964, no II Festival de Teatro Amador do Estado de São Paulo, realizado em Santo André, com *Gente como a Gente*, de Roberto Freire, e *Pedreira das Almas*, de Jorge Andrade, demonstrando que os autores brasileiros começavam a ganhar a atenção dos amadores. Tanto que o próximo projeto de Milton Andrade era o então inédito *Odorico, o Bem Amado*, de Dias Gomes.

Mas, antes disto, ele não resistiu aos apelos clássicos, e foi encontrar uma adaptação de Alberto Cavalcanti para *Elettra*, de Sófocles, cuja estréia se deu, em abril de 1965, juntamente

com *As Máscaras*, de Menotti Del Picchia, dirigida por Jayme da Costa Patrão. A tragédia grega, embora bem desenhada cenicamente e com um elenco empenhado (Ângela Peduto era uma revelação no papel-título), perdia força e comunicabilidade devido à síntese redutora de Cavalcanti. Mas foi considerado um exercício enriquecedor.

Em 1965, Milton Andrade ainda dirige na Acascs três peças curtas: *Pic-nic no Front*, de Arrabal, *Antes da Missa*, de Machado de Assis, e *Humulus, o Mudo*, de Jean Anouilh. Com *As Máscaras* mais *As Mãos de Eurídice*, de Pedro Bloch, iriam compor um autêntico *pot-pourri* teatral para comemorar o aniversário da cidade daquele ano, encerrado com a apresentação de Sérgio Cardoso, *O Resto é Silêncio*.

A Acascs representou nesses anos referência importante na vida cultural da cidade, atraindo a participação para o teatro, a música, conferências, além das atividades esportivas. Na medida em que o debate cultural se torna mais aberto e crítico, faltou sintonia dos dirigentes da entidade, levando alguns de seus sócios a buscar audiência fora da entidade.

Os de teatro partiram para a fundação do grupo *A Turma* e, posterior-



mente, para a instalação de um pequeno teatro de arena no último andar do Prédio Del Rey, localizado no número 1.005 da rua Baraldi, que levou o nome de Sótão 1.005.

POPULARIZAR O TEATRO - Este o lema e principal finalidade do novo grupo, formado no início de 1967. Não sendo ligado a nenhum clube ou instituição, propunha-se constituir um quadro associativo composto de duas categorias: os militantes e os amigos. Os militantes trabalhavam nos espetáculos e pagariam mais (coisa de amador...); os amigos teriam vantagens nos ingressos, cursos, etc. Além disso, era seu propósito trazer espetáculos profissionais, cujas rendas reverteriam para os seus fundos. Na diretoria que se formou estavam nomes bastante conhecidos do teatro caetense: Mário Dal'Mas, presidente; Jayme da Costa Patrão, vice-presidente; João Fernandes, primeiro-tesoureiro; Plínio Turco, segundo-tesoureiro; Milton Andrade, diretor-artístico; Carlos Rivani, diretor-técnico; Armando Joel Nelli e Antônio Carlos de Carvalho, propaganda; João Batista de Carvalho, Angela Peduto e Roberto Fraga, conselho fiscal; Paulo Domingues, Vera Ribeiro e Yeda Gútildes Feijão, suplentes.

ESTRÉIA - Vários textos estiveram em pauta para a estréia do grupo. En-

tre eles, *O Patinho Torto*, de Coelho Netto, e até *Panorama Visto da Ponte*, de Arthur Miller. Mas a peça de inauguração, em 20 de abril de 1967, acabou sendo *Odorico, o Bem Amado*, com direção de Milton Andrade, seguida, no dia 23 do mesmo mês, por *A Raposa e as Uvas*, de Guilherme Figueiredo - as duas apresentações ainda feitas do Auditório Municipal Santos Dumont.

A graça brejeira e ironia de Dias Gomes eram captadas com eficiência em *Odorico*, que mais tarde serviria de núcleo para novela de grande sucesso. Não foram poupados recursos (uma banda precedia a entrada do prefeito de Sucupira) e numeroso elenco, no qual estavam Mário Dal'Mas (no papel título), Roberto Fraga, João Nascimento, João V. Fernandes. Ângela Peduto, Yeda Feijão, Nancy Negrini, Vera Ribeiro, Josmar Martins, Antônio Carlos Carvalho, José Bonifácio de Carvalho, Mário Lopes, Tarcísio Cardireri, Paulo Domingues, Aldo Negrini, Claudinê Rozeira, Antonieta Maffei, Ida Peduto, Stevan Lantos, J. Moreira e George Patrão.

Odorico voltou a ser apresentado, ainda em 1967, nas cidade de Itapira e São Carlos e no Clube da GM, em São Caetano, como parte das comemorações do trigésimo aniversário de

fundação daquela empresa. Sua última apresentação ocorreu dentro do programa do VI Festival Estadual de Teatro Amador, em agosto de 1968.

A segunda peça de inauguração, *A Raposa e as Uvas*, era dirigida por Carlos Rivani, assistido por Jayme da Costa Patrão, com o seguinte elenco: Carlos Rivani (Esopo), Josmar Martins (Xantós), Nancy Negrini (Clea), Emília Moreira (Melita), Dárcio Martorelli (Agnostos) e Mário Lopes (Etíope). Esse texto, que desenvolve a fábula da luta entre a inteligência e o poder, havia sido um dos maiores êxitos na carreira de Sérgio Cardoso, sendo traduzida e encenada em muitos países.

A inauguração do novo espaço teatral, o Sótão 1.005, acontece em 8 de setembro de 1967 com o espetáculo *Boa Tarde, Excelência*, uma comédia sobre política do autor gaúcho Sérgio Jockyman, com Paulo Goulart, Nicette Bruno e Lutero Luiz, dirigidos por Antônio Abujamra.

Abre-se, a seguir, o Sótão 1.005 para a encenação de outros grupos profissionais: Plínio Marcos ali estrearia sua nova peça, *Quando as Máquinas Param*, e apresenta também *Dois Perdidos numa Noite Suja*; Riva Nimitz e Henrique César trazem *A Farsa da Esposa Perfeita*, de Edy Lima; Sadi Cabral, Jovelthy Arcângelo e Silvana Lopes encenam *Pedido de Casamento, Dos Males do Tabaco e Uma Consulta* - as duas primeiras de Tchecov e a última de Artur Azevedo. Também os amadores do Grupo Teatral da Faculdade de Mauá se apresentam com *O Noviço*, de Martins Pena; e, enquanto o grupo prepara o seu novo espetáculo, são feitas sessões dominicais para o público infantil de *O Chapeuzinho Vermelho*, dirigida por Ângela Peduto.

Na Época dos Inocentes, direção de Carlos Rivani, é o primeiro espetáculo do grupo encenado no novo teatro, em 5 de abril de 1968, seguida de uma remontagem de *Fogo Frio*, pelo

Acervo: Milton Andrade/José Armando Pereira da Silva



Encenação da peça *As Máscaras* de Menotti Del Picchia pelo grupo teatral Acascs. Da esquerda para direita: Antonio Carlos de Carvalho (Pierrot), Yeda Feijão (Colombina), José Bonifácio de Carvalho (Arlequim) e Jayme da Costa Patrão, diretor do espetáculo

mesmo diretor, com um elenco composto por Nancy Negrini, Rubens de Carvalho, José Bonifácio de Carvalho, Vera Ribeiro, Dario Cavana, Jayme da Costa Patrão, Marco Antônio Rivani, José Maria.

A *Mandrágora*, de Maquiavel, foi a montagem seguinte de A Turma. Milton Andrade se empenhou em tirar desse texto clássico o melhor resultado. O espetáculo tinha uma produção bem desenhada, com cenários de Jayme da Costa Patrão, e um elenco formado por Mário Dal'Mas (Messer Nícia) José Bonifácio de Carvalho (Calímaco), Josmar Martins (Ligúrio), Roberto Fraga (Frei Timóteo), João Nascimento, Ângela Peduto, Vera Ribeiro. Não faltou sequer um acompanhamento musical especialmente composto por Roberto Manzo.

POLÍTICA – No mesmo Edifício Del Rey, onde estava o Sótão 1.005, tinha sede nesse período o Centro Acadêmico de São Caetano do Sul, onde os universitários residentes na cidade estabeleciam o seu espaço de reunião e ação. As atividades teatrais haviam se animado na área estudantil sob orientação do professor Dyrajáia Barreto, estreando, em 1963, com *Do Tama- nho de um Defunto*, de Millor Fernandes. Viriam depois *A Inconveniência de Ser Esposo*, de Silveira Sampaio (1964) e *Toda Donzela Tem um Pai que é uma Fera*, de Gláucio Gil. A inspiração política passa a ficar evidenciada no repertório dos anos seguintes: *Hércules e o Estábulo de Áugias*, de Dürrenmat (1966), *A Revolução na América do Sul*, de Augusto Boal, *Os Fuzis da Sra. Carrar*, de Bertold Brecht (1967) e *O Santo Inquérito*, de Dias Gomes, cuja estréia ocorreu em 19 de janeiro de 1968, sob direção de Luiz Antônio Cicaroni e Adílson Rolim. No elenco estavam Luiz Antônio Cicaroni (pai- dre Bernardo), Lucrécia Isabel (Bran- ca), Pauleco Marchesan (Visitador), Hélio Savioli (Simão Dias), Laudemir Pilotto (Augusto), Antônio Cláu-



dio de Souza e Valdemar de Muccio. *É nossa linha de ação, também, apresentar peças que trazem algum conteúdo social, mostrar a exploração do homem pelo homem, e dar uma mensagem de otimismo, de humanismo* - está assinalado no programa de *O Santo Inquérito*. O empenho do Centro Acadêmico, cujo grupo de teatro acabou assumindo o nome Grudyba (Grupo Dyrajáia Barreto), em homenagem ao seu principal incentivador, fazia eco ao debate político que, naquele momento, motivava arduamente o meio universitário. A encenação dispensava cenários e figurinos de época (a ação se passa no Brasil-Colônia), procurando atualizar a discussão em torno da liberdade de crença e expressão, garroteada a partir de 1964 pelo Golpe Militar.

A mesma preocupação social estava, ainda que de maneira menos elaborada, em *Tempo de Fome*, escrito por Paulo Ribeiro e coordenado por Santiago Daniel, com direção de Carmelo Balleta e Luiz Antônio Cicaroni. Nascido entre estudantes da Escola de Segundo Grau da Vila Barcelona, é apresentado no final de 1967, no Centro Acadêmico, e no ano seguinte figura na programação do VI Festival Estadual de Teatro Amador, quando o elenco se compôs com os seguintes intérpretes: Álvaro August-

tunis, Ivan Machado Duarte, Reginaldo Canhoni, Sônia Didário, Jair Assumpção, Marco Antônio, Jorge Mariano, Sandra Darré, Dorival Figueira. Em verso, inspirado em *Morte e Vida Severina*, de João Cabral de Melo Neto, e abordando também o problema do migrante, a peça transbordava sentimentos de inconformação, clamando contra a injustiça, ameaçando os opressores (não faltava o retrato de Che Guevara!), estigmatizando as estruturas, responsabilizando a todos. Uma indignação juvenil bem intencionada, porém compreensivelmente mal resolvida do ponto de vista literário e dramático.

O ano de 1968 é particularmente significativo no panorama teatral de São Caetano. A Turma, Grudyba, Grumasa (nome que tomou o grupo da Escola de Vila Barcelona) e Scala (liderado por Hortência Rodrigues e Richards Paradizzi) estavam atuantes. Não por acaso a cidade vai ser a sede da fase eliminatória do VI Festival de Teatro Amador do Estado de São Paulo, em agosto, com a presença de 12 elencos da região.

ORGANIZAÇÃO – Por essa época o Estado está dividido em 18 Federações Regionais de Teatro Amador, sendo a Feanta (Federação Andreense de Teatro Amador) responsável pela região do ABC. A Comissão Estadual



Elenco da peça *Eletra* de Sófocles, adaptação de Alberto Cavalcanti, pelo grupo teatral da Acascs. Da esquerda para direita: João Fernandes, Mário Dal'Mas, Milton Andrade, Ida Pedutto, Dárcio Martorelli, Deolinda Spinello, Angela Pedutto, Caetano Nóbile, Vera Ribeiro, José Bonifácio de Carvalho, Paschoal Raimundo, Josmar Martins, sentados: Antonieta Maffei, Paulo Domingues, Yeda Feijão e Antônio Carlos de Carvalho

de Teatro da Secretaria de Cultura do Estado dava cobertura, através de verbas e nomeação de comissões julgadoras, aos festivais, desenvolvidos em três fases: as eliminatórias (realizadas por cada uma das federações), as semi-finais (reunindo quatro ou mais federações) e a final, com os melhores espetáculos saídos das semi-finais. A premiação nessa etapa é muito desejada, pois representava uma bolsa de estudos na Escola de Arte Dramática de São Paulo.

Não ficou só em animação cultural o VI Festival. Os espetáculos estavam programados para o Auditório Municipal Santos Dumont. *O Santo Inquérito*, do Grudyba, era uma encenação em arena e exigiu outro espaço. Foi o suficiente para que a direção da Feanta, com alegações pouco claras, tentasse eliminá-lo do Festival, sugerindo um golpe no espetáculo mais promissor daquele certame. O fato vem a público através de reportagem do *Diário do Grande ABC*, que pela primeira vez faz uma cobertura completa do evento, com notícias e críticas de cada apresentação. Mobilizam-se quatro grupos de São Caetano

e mais dois de Santo André, manifestando-se pela saída do Festival e fundação de uma nova Associação de Teatro Amador. Reuniões e conchavos se sucedem. O Festival estava ameaçado, e exigiu até a interferência de Cacilda Becker, então presidente da Comissão Estadual de Teatro, para amainar os ânimos e reconduzi-los a um acordo. *O Santo Inquérito* acabou saindo vencedor da fase eliminatória e chegou à final representando a Região do ABC.

O ano de 1968 foi o encerramento de um período, e praticamente o fechamento de uma década. O Ato Institucional n. 5, decretado em 13 de dezembro, iria mudar o panorama político e também cultural do país com perseguições e censura a qualquer manifestação crítica. Os anos de chumbo se iniciavam.

Por essa época, na Fundação das Artes de São Caetano do Sul eram dados os primeiros passos para a organização de um Curso de Teatro. Essa instituição passará nos anos seguintes a polarizar as atividades culturais da cidade, incluindo a atividade teatral. Mas isso é outro tempo, outra década.

EPÍLOGO – O depoimento é de Jayme da Costa Patrão, em janeiro de 1999.

“Impossibilitados, por motivos diversos, em continuar usando o Sótão 1.005, o grupo idealista dos anos 60 funda, em fins de 1980, o Porão, que passou a funcionar na rua Baraldi, 815. O Porão era um pequeno espaço com pouco mais de 100 lugares e um palco relativamente funcional.

A primeira e única peça montada pelo grupo foi a deliciosa comédia A Guerra Mais ou Menos Santa, de Mário Brasini. Muito aplaudido, o espetáculo contou com a presença do prefeito, do seu vice e acompanhantes. Terminada a função, o prefeito, satisfeito com o que assistira, elogiou a atuação dos atores e fez questão de subir ao palco e, de viva voz, prometer publicamente que ainda na sua gestão iria construir, onde hoje é a praça São Caetano di Thiene, uma Biblioteca Pública Municipal, um Museu de História e um belo teatro para 500 ou 600 espectadores comodamente sentados. O palco teria, além de uma perfeita acústica, uma infra-estrutura digna de um bom teatro.

Decepcionado com a promessa não cumprida e sem numerário para pagar o aluguel do Porão, o grupo composto por Mário Dal'Almas, Carlos Rivani, Jayme da Costa Patrão, Roberto Fraga e Luiz Rondina, procurou várias vezes, sem resultado, a apoio da Prefeitura Municipal.

E foi assim que o entusiasta e idealista grupo de teatro amador da Acascs remanescente dos anos 60 terminou seus dias”.

(*) José Armando Pereira da Silva, advogado, presidiu a Federação Andreense de Teatro Amador, pertenceu ao Grupo de Teatro da cidade. Como jornalista, trabalhou no Diário do Grande ABC nos anos 60/70. Publicou O Teatro em Santo André - 1944-1978

Milton Andrade: uma vida ligada ao desenvolvimento cultural

Milton Andrade teve participação marcante nos movimentos ligados à Cultura em São Caetano. Nascido em 29 de Janeiro de 1937, em Itapira, São Paulo, bacharelou-se em Direito pela PUC de Campinas, sendo licenciado em Letras Neo-Latinas pela FEC do ABC, de São Caetano do Sul. Iniciou sua vida profissional como locutor da Rádio Clube de Itapira em 1953. Foi encarregado de Relações Públicas da ZF - Fábrica de Engrenagens S/A. de São Caetano do Sul, de 1960 a 1968. Ocupou o cargo de secretário executivo do conselho de curadores e diretor geral da Fundação das Artes de São Caetano do Sul de 1968 a 1983. Foi diretor administrativo da Fundação de Rotarianos de São Caetano do Sul de 1982 a 1983. Crítico de teatro do jornal *Diário do Grande ABC* de 1985 a 1986, e diretor técnico do Museu de Arte Moderna de São Paulo em 1987. Seguem abaixo os principais trechos do depoimento de Milton Andrade. Abaixo seguem os principais trechos do depoimento.

“A necessidade de fazer uma reflexão sobre os tempos que vivi me deixa muito melancólico, e mesmo esta postura de depoente para a História de São Caetano me faz ter a impressão de ter vivido demais e que pouca tarefa existe pela frente. Esse pensamento assaltará a qualquer um que venha a esta mesa, a este microfone, para refletir um pouco e dar o seu depoimento sobre aquilo que viveu e assistiu acontecer(...)

Solicito a paciência de vocês para estas poucas notícias que na verdade são retalhos da vida de cada um de nós, pois todos vivemos os anos 60 (...)

São Caetano do Sul era, nos anos



Aula inaugural de Iniciação Musical, 11 de Fevereiro de 1969 com o professor Milton Andrade

Acervo: Fundação Pró-Memória

60, uma cidade muito acanhada. Suas principais vias ainda eram muito estreitas, o que a tornava uma cidade extremamente dependente de São Paulo. Talvez isso esteja muito mais vivo na minha memória, que vim de fora exatamente em 1961, do que na memória de vocês, que, afinal de contas, estavam vivendo em São Caetano. Chamou-me a atenção o que se dizia então: *Eu vou à cidade*, e isso significava *Eu vou para São Paulo*. Quando se dizia *eu vou a São Caetano* é porque as pessoas vinham do bairro, em direção ao centro comercial do Município de São Caetano. A convite do Mário Dal'Mas, participei na Acascs de uma coisa que me chamou a atenção e me pareceu muito familiar, muito provinciano, no bom sentido da palavra, o Mário me convidou para um *reveillon* na Acascs. Ele era então o presidente lá. E surpreendi-me, quando vi que as pessoas levavam de suas casas, cestos com as comidas todas para o baile. Talvez isso fosse um costume da terra. Estou citando isso porque me parece o retrato do que era São Ca-

tano em 1961. Era uma grande família, que tinha suas brigas internas, como toda família, mas era uma cidade muito pacata, muito quieta, mas que tinha em germe todas as coisas que fazem dela o que ela hoje é. Eu já trabalhava, em 1961, na ZF do Brasil, só que nunca tinha entrado em São Caetano. Vinha de condução, de ônibus, de carro. A ZF ficava na divisa com São Paulo. Trabalhava e de lá ia embora, até que, num determinado fim de expediente, fui convidado para comer uma feijoada no Restaurante Umarama, que já não existe mais, em São Caetano, e fiquei. Nessa noite, os estudantes estavam apedrejando a Câmara Municipal, porque os vereadores haviam proposto um aumento desmedido dos seus subsídios. Isso não era um fato isolado. Era um fato ligado à agitação estudantil de todos os lugares. Essa manifestação, sem dúvida nenhuma, era uma legítima demonstração de que os jovens de São Caetano conheciam os seus direitos e mostravam que estavam dispostos a fazer com que os respeitassem. Naquele tempo,



Milton Andrade em depoimento para o projeto *Vamos Falar sobre São Caetano*, realizado no SESC em 6 de Maio de 1995

os estudantes se manifestavam. Era o espírito que antecedeu o movimento militar de 1964, que reinava no Brasil, e, por que não, em São Caetano. Dessa manifestação sobrou, com o correr do tempo, um movimento muito interessante, e que sempre admirei, que era o Centro Acadêmico. Existia algo parecido em Santo André, era a Associação dos Universitários de Santo André. Aqui, em São Caetano, o Centro Acadêmico tinha um nome, que não lembro, e congregava alunos de escolas universitárias de fora. São Caetano não tinha escolas superiores. Então, esse centro congregava alunos de outras faculdades de outros Municípios, mas moradores de São Caetano”.

TEATRO - : “Com a criação de diversas faculdades entre nós, isso em 1968, e com o próprio desenvolvimento da cidade, o Centro Acadêmico foi perdendo a sua finalidade e acabou desaparecendo, já que cada escola passou a ter o seu diretório, uma vez que o governo federal proibia a formação de Centros Acadêmicos. Enquanto durou, no entanto, foi um raro lugar onde, durante a ditadura militar, se discutia política internacional e mesmo nacional. Ontem perguntei a uma pessoa, por telefone, se me permitia revelar o seu nome. Como ele me pediu que não o declinasse, não direi, mas foi um dos últimos

presidentes do Centro Acadêmico, foi preso e esteve guardado durante alguns dias, por causa das atividades do Centro Acadêmico.

O Centro tinha um grupo de teatro. A primeira experiência foi uma reflexão sobre a própria cidade de São Caetano do Sul (...) Depois o grupo montou o *Estábulo de Augias*, de Dürrenmatt. O *Estábulo de Augias* foi um dos 12 trabalhos de Hércules, que foi obrigado a limpar os estábulos onde a sujeira era reinante, numa parábola muito clara sobre o que ocorria no Brasil. Por último, montei o *Santo Inquerito*, do Dias Gomes, que também sob a forma de um processo da Inquisição e a condenação de uma mulher, uma camponesa, no Norte, se referia muito claramente aos poderes ilimitados da nossa inquisição.

Nessa época, eu freqüentava o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), por causa da ZF, e posso testemunhar que lá não se discutia nada que se referisse à economia nacional, que se referisse às Forças Armadas, à administração pública ou qualquer coisa. Se discutia só a perfumaria, o secundário, o óbvio. O que mais se discutiu, em toda minha estada na Fiesp, foi a instalação do Corpo de Bombeiros em São Caetano. O que se sentia é que a Fiesp não sofria aparentemente intervenção das

multinacionais, que sequer se faziam representar nas reuniões. Entretanto, quando surgia algum problema que as afetasse, participavam imediatamente, com exceção da ZF, que tinha sede em Friedrichshafen, e tinha eu lá. O que se podia sentir é que comandavam, teleguiadamente, a indústria nacional. Eles não faziam parte, não pesavam na balança, exceto quando lhes interessava.

Lá na Ciesp, conheci uma pessoa maravilhosa, e me arrependo até o fundo da alma, de não ter feito o que vocês estão fazendo aqui: gravar um depoimento, com Mateus Constantino, que tinha feito teatro amador em São Caetano, ainda em italiano, para a grande família italiana de São Caetano. E o Mateus me contava essas coisas todas. Perguntou-me: *Você gosta de teatro? Então vá ao Acascs!* E aí, uma noite fui ao Acascs. O Mário era o presidente lá, o Mário Dal'Mas. Fui com minha mulher, nós éramos recém-casados. A Acascs tinha um salão muito bonito. Nem sei o que é hoje. Tinha um salão muito bem montado, com cadeiras feitas especialmente, em forma de lira, cortinas muito bonitas, tinha um barzinho bem montado. Aí me sentei, veio um garção, um senhor muito simpático, um velhinho e eu perguntei: *Vocês têm teatro? Temos sim* e ele já puxou uma cadeira e se sentou. Este homem tinha sido palhaço de circo, chamava-se Pedro Pardo Eller, e era ele uma das pessoas que dirigia peças de teatro na Acascs. A última informação que tive dele é que haveria uma reunião amanhã. *Apareça aí.*

E eu apareci na reunião e ele apresentou o pessoal e disse: *Aqui está o... Como é mesmo o seu nome?... É Milton... Aqui está o Milton, que vai dirigir a nossa próxima peça.* Ele já tinha escolhido o elenco, já tinha selecionado, o texto, que era *A Ceia dos Cardeais*, e eu dirigi a primeira peça na Acascs. A Acascs já tinha um trabalho de teatro bastante intenso,

Quinteto de Cordas da Fundarte em apresentação na primeira Feira do Senac - Santo André, em 10 de Outubro de 1974. Em pé o diretor da Fundarte na época, professor Milton Andrade



orientado pelo Jayme da Costa Pa-
trão, que está aqui, pelo Pedro Eller e
pelo Carlos Rivani e eu entrei para fa-
zer parte desse time, exatamente. Eles
já tinham montado *A Baronesa*, do
Josué Montello, com a direção do
Jayme, e também *O mundo não me
quis*, com direção do Pedro Eller. O
Jayme, montou, em seguida, *Uma co-
média ao quadrado* e *As máscaras*,
do Menotti Del Picchia. O Carlos Ri-
vani havia encenado *As mãos de Eu-
rídice*, montada com ele mesmo, de-
pois levou ao palco *A Compadecida* e
mais tarde, *Fogo frio*. *O tempo dos
inocentes*, que era uma peça bem en-
gajadinha, falava de prisioneiros polí-
ticos. Eu montei algumas peças cur-
tas, além da *Ceia dos cardeais*, que
era, na verdade, uma pílula a ser dou-
rada, mas que saiu bonitinho. Foi fei-
to na arena, não tinha recursos de ilu-
minação. A gente cortou umas latas
de 20 litros de óleo, plantamos um
soquete no fundo. Isso as oficinas da
ZF garantiram. Eu trouxe uma resis-
tência de um torno, lá da ZF. Enfim
montamos à base de óleos fortes, es-
tatulatas, não sei bem como é.

ESCADINHA - Enfim fizemos outras
montagens, mas é preciso que se diga
que nosso trabalho dentro e, mais tar-
de, fora da Acascs, era um trabalho
absolutamente desvinculado de qual-
quer problema político, econômico
ou social. Nós fazíamos teatro, por-
que o grupo gostava de fazer teatro.
A nossa última montagem lá, que não
deixava de ter uma temática bastante
crítica ao governo federal, que era o
Odorico Bem Amado, de Dias Go-
mes, cujo lançamento nacional foi
feito aqui em São Caetano, com o pri-
meiro veículo brasileiro, que foi o do
Mário Dal'Mas. Depois a televisão
pegou esse texto e transformou em
novela e tudo o mais. Quando nós tí-
nhamos montado o *Odorico Bem
Amado*, o Mário deixou a presidência
da Acascs, e assumiu o dentista Car-
los Paez, que não tinha nenhuma afi-
nidade com teatro e pôs a gente pra

correr. Simplesmente não queria
aquele tipo de atividade lá dentro. O
mal-estar do pessoal que fazia teatro
foi tão grande, que a gente se reuniu e
fundou A Turma. Ensaíamos durante
algum tempo uma peça que não che-
gou a ser levada, que era *O patinho
torto*, do Coelho Netto, ainda numa
sede do antigo São Caetano, na rua
Perrella. Depois encontramos um lu-
gar muito interessante na rua Baraldi,
1.005, num lugar que a General Mo-
tors tinha usado como setor de repro-
grafia, mas aí já tinha surgido a Xe-
rox, e esse setor de cópias já não ti-
nha mais valor. É claro que ninguém
tinha interesse em alugar esse local, e
as imobiliárias tinham um abacaxi
nas mãos. O Alarico Sukadolnik sem-
pre foi muito entusiasmado por tea-
tro, não sei se isso é surpresa para al-
guém. Ele chegou a matricular-se na
primeira turma de teatro da Fundação
das Artes. E ele sugeriu esse local. O
lugar era ótimo, só que não tinha co-
mo entrar. A entrada era por uma es-
cadinha com 40 centímetros, muito
empinada, não servia como acesso
para o público. O Alarico fez a plan-
ta, o Mário Dal'Mas, como engenhei-
ro químico, assinou a planta, a Prefei-
tura não reclamou, contratamos pe-
dreiro, baldeamos nas costas o con-
creto. O Mário achou um cinema em
São Paulo, que estava fechando as
portas, e comprou as poltronas, que a

ZF doou. Isso está registrado num li-
vro de ouro. Mário disse ao gerente
da ZF, Herbert Graemer, que estáva-
mos montando um teatro, e ele deu a
quantia total. As cadeiras eram do ci-
ne Estrela, no Jabaquara, na praça da
Árvore. Conclusão: abrimos em São
Caetano do Sul uma sede de teatro
para um grupo de São Caetano do
Sul, que se chamava A Turma, que
chegou a ter nove peças em rodízio. E
começou a trazer para São Caetano
teatro de São Paulo, como por exem-
plo o Teatro de Arena, que era partici-
pante daquela esquerda festiva, que
desejava crucificar o governo de di-
reita usando o teatro de São Caetano
antes de apresentar a peça em São
Paulo. Lembro até de uma festa de
fim de ano, o Arena estava montando
O que vamos fazer esta noite, e nós
comemoramos o *reveillon* com a
apresentação da peça e o concerto da
orquestra da Fundação das Artes, mas
isso é outra história. *Quando as má-
quinas param*, do Plínio Marcos, es-
treou em São Caetano. Plínio Marcos
disse, nessa ocasião, que o teatro da
Turma era o único lugar livre do Bra-
sil. Paulo Goulart, Nicette Bruno e
Lutero Luiz estiveram aqui com *Sua
Excelência*, o *candidato* e *Boa tarde*,
Excelência. Isso foi em 1967/68.

A Turma teve uma atuação muito
grande em São Caetano do Sul, mas
hoje, pensando no passado, acho que

não participamos, nem de um lado nem do outro, dentro do trabalho político que o país passava. Éramos alienados políticos. Aliás nenhuma coisa política séria poderia ocorrer em São Caetano, porque São Caetano tinha aquela população exatamente com aquele pessoal mais ou menos abastado, ou bem de vida, que não sairia reivindicando qualquer coisa, isto já prenunciando a maior renda *per capita* do país. À medida que nossas áreas territoriais se foram tornando mais caras por metro quadrado, a população foi expulsando daqui os menos favorecidos, de maneira que acabamos formando aqui um burguesia” (...).

PLANO - “São Caetano não viveu esse entrechoque de tendências políticas, de guerra fria interna. Eu trabalhava na ZF, que mantinha um serviço social e cultural muito interessante. Nós tínhamos uma cooperativa, uma série de benefícios para os empregados; eu era advogado lá. Tudo que não desse para os empregados, eu ia arrumar depois, na Junta de Conciliação e Julgamento. Graças a uma diretoria muito aberta, muito compreensiva a reivindicações sociais, a ZF concedia a seus funcionários coisas que duvido que hoje alguma empresa conceda. A população de São Caetano conhece as nossas festas de junho, festas monstruosas, dedicadas aos empregados, e mais as festas de fim de ano, e mais assistência médica e hospitalar e mais um seguro que garantia ao empregado completa assistência no casamento, no nascimento, na morte. Tínhamos uma banda, um coral e, de certa forma, a ZF, junto com a Dal’Mas S/A, ajudava muito a manutenção das minhas loucuras teatrais.

Um dia me aparece lá o Sr. prefeito, mais o Oscar Garbelotto, que era diretor de Educação e Cultura, solicitando o empréstimo da ZF e dos meus serviços para a criação de um setor cultural. Eu achei que seria uma

oportunidade muito interessante. São Caetano vivia um período muito interessante, principalmente no setor educacional. O prefeito tinha uma predileção muito grande por escolas, e tudo o que tivesse esse nome ele tinha por objetivo, instalar em São Caetano. Foi um trabalho feito sem muito planejamento, mas foi muito válido. Para que não paire nenhuma dúvida, estou falando de Walter Braidó. Ele conseguiu instalar numerosas escolas em São Caetano. Foi o ponto alto de sua administração. Daí o lema que ele criou: *São Caetano, onde escola não é problema*(...)

Fui então atrelado a esse governo, mas no setor cultural. Tive oportunidade de apresentar à Prefeitura um plano global daquilo que eu achava que era muito importante. Já que Juscelino tinha tido o seu plano de metas, sentia-me encorajado a apresentar um projeto geral para a cultura em São Caetano do Sul.

Não sei onde anda esse projeto. Eu sei que o nome escola, que era sedutor para o Braidó, nos levou a inaugurar esse projeto (...) Estou falando da Fundação das Artes. Nós havíamos, recentemente, feito em São Caetano um Festival de Música Coral, onde trouxemos de São Paulo 16 grandes corais, os maiores, acompanhados de aulas sobre regência, sobre técnica vocal, um movimento como ainda não tinha sido realizado em todo o Estado de São Paulo. À falta de lugar apropriado, ele foi desenvolvido dentro da Igreja Matriz da Sagrada Família, não obstante a reverberação sonora que tem lá dentro, que é uma coisa horrorosa. E assim, durante 16 noites seguidas, São Caetano ouviu música coral. Foi ao encerramento desse Festival que Braidó levantou e disse: *Vamos começar essa história de música! Quem é que pode dirigir?*. Dentre os maestros todos que nos acompanhavam, havia um que parecia muito inteligente, chamava-se Walter Lourenção. O

Braidó foi então ao microfone e anunciou que estava criando em São Caetano uma escola de música e convidou o Walter Lourenção para ser o diretor. O Lourenção quase desmaiou de susto, mas aceitou. Seria oferecida uma verba de trezentos mil cruzeiros, naquele tempo, à Fundação, o que se constituiu na maior verba que a Fundação jamais recebeu em toda a sua existência. Era uma verba para as despesas preliminares da Fundação. Os estatutos foram elaborados, o projeto foi enviado à Câmara, e isso demora para tramitar. Mas enquanto isso, o Lourenção começou a trabalhar. Comprou um piano, comprou um órgão de tubos, e contratou 12 pessoas, 11 músicos e um copista, para constituir uma orquestra de câmara e começou a trabalhar em cima de um projeto que devia instalar em São Caetano uma Escola Superior de Música. Enquanto isso, a orquestra ia tocando de escola em escola. Aceitando convites de todas as escolas, realizava concertos didáticos, e o maestro Lourenção anunciava que o prefeito estava criando uma Escola Municipal de Música, gratuita, e, quem estivesse interessado, que preenchesse um formulário e devolvesse. É claro que, depois de ouvir a orquestra, que tinha muita qualidade, com músicos que vieram de todas as partes do Brasil, a molecada se entusiasmava. Ficava evidente que, para uma escola superior de música, o aluno tinha que ter um diploma de segundo grau de música; senão, como seria? Três mil pessoas se candidataram. Precisamos solicitar o IMES, o Colégio Idalina Macedo da Costa Sodré, da Barcelona, e o Instituto Sagrada Família, para fazer os testes preliminares. Terminados os testes, apenas uma, uma pessoa estava apta a matricular-se na Escola Superior de Música da Fundação das Artes. Era uma coreana, que não falava português e que residia em São Paulo. Aí se concluiu que a gente estava caminhando por um la-

do errado. Nessa época, o prefeito Braido tentava fazer com que a Fundação fosse criada pela Prefeitura e pelo Estado, o que significaria maior facilidade de recursos. Aí telefonou para o Abreu Sodré. Sodré disse: *Nomeia uma comissão aí, que eu nomeio uma aqui.* Aqui era o Roberto Manzo, o Oscar Garbelotto e eu”.

PORTUGUÊS - “No Estado, era João Carlos Martins, Diogo Pacheco e Ciro Brizola. Três pessoas que só (...) atrapalhavam. Só criavam problemas. Tínhamos 13 pessoas que moravam no Auditório Municipal, comiam e esperavam que a lei saísse. Provisoriamente colocamos colchões na sala que tinha sido a biblioteca. Eram só homens, exceto uma mulher que morava em São Paulo, a Marília Piri. Então moravam lá. Dinheiro não tinham. Um português, dono do boteco em frente, fiava para eles café, almoço e jantar. Isso durou mais de três meses. Esse português é o herói da Fundação das Artes; infelizmente não sei o nome dele.

O fato é que a comissão do Estado não funcionou e o Braido disse ao Sodré que, se quisesse trabalhar com ele, mandasse gente mais decente. E a Prefeitura assumiu sozinha o projeto da Fundação. O maestro Lourenção foi afastado, a Fundação assumiu uma escola livre de música, sem a conotação de grau escolar. Os cursos começaram com os de iniciação, já que a gente tinha duas grandes especialistas no setor, que eram Maria Amália Del Picchia e Aida Meireles, coadjuvadas pela Nair Romero Mattos Moreno. As aulas tiveram início no Bosque do Povo. Aí a lei foi aprovada. Os músicos receberam. Pagaram o português. Nós fizemos um concerto em homenagem ao português do bar. Lá estava ele com uma gravata, que se via era a primeira e última vez que ele colocava, com uma senhora bastante escura ao lado. Sentou-se, ouviu meia hora de música erudita por uma orquestra de cor-



das, foi feito um discurso de agradecimento, ele levantou-se, saiu e nunca mais ouvi falar dele. A gente se mudou de lá.

Eu era o secretário executivo do Conselho de Curadores, e o Presidente, o Verino Segundo Ferrari. Cumpria a mim apenas participar da reunião de curadores e fazer com que as coisas não se perdessem. Com a crise motivada pelo Lourenção, fui obrigado a permanecer na Fundação. Deixei a ZF e passei para a Prefeitura como diretor da Escola de Música. Seis meses depois, dado o movimento teatral que a região tinha, criou-se na Fundação um curso de teatro. Pareceu-me importante, pois a Escola de Arte Dramática (EAD), fundada em São Paulo pelo Alfredo Mesquita, trazia toda uma técnica, todo um estilo de representação que o Arena já pregava como ultrapassado. Era o estilo de representação do Teatro Brasileiro de Comédia (TBC). Era um estilo empolado, onde os atores falavam com todas as vogais prolongadas, com certa afetação. Era um estilo onde importava muito a forma. Não importava muito o conteúdo. Não estou diminuindo, com isso, o valor do TBC, porque foi lá que o teatro nacional renasceu. Mas, em todo caso, o Arena tinha iniciado uma dramaturgia nova, que falava dos nossos problemas de uma maneira desengomada, uma maneira muito

franca, fácil, e que não tinha possibilidade nenhuma de casamento com aquela técnica toda empolada. Sérgio Cardoso era bem representante dessa época. Ele dizia: *E, se por acaso, o Imperador chegasse, se o próprio Imperador chegasse e se ajoelhasse aos meus péés...*

A gente queria outra coisa, queria o ator despojado, mais ao natural, conforme os figurinos modernos. Lamento informar que lá fiquei 16 anos e nunca conseguimos isso porque todos os professores que conseguimos para a Fundação tinham sido formados na EAD, e todos tinham a boca torta do cachimbo do Mesquita. Quando o Alfredo Mesquita fez aniversário, todos os seus alunos foram homenageá-lo no Teatro Sérgio Cardoso, e eu também fui. Abracei-o e disse: *Durante 16 anos fiz uma escola tentando contrariar a tua, e não consegui.* Ele respondeu: *Esse é o maior elogio que recebi no meu aniversário.*

Não havia tanta dificuldade de conseguir professores para a escola de música, porque já existe no Brasil uma tradição de ensino de música. De teatro, sempre foi uma calamidade. Principalmente interpretação. Professor de técnica vocal, você acha. Um bom cantor. Existe gente no campo da música vocal que pode suprir o da técnica vocal de teatro. Expressão corporal, a dança pode suprir essa lacuna, mas interpretação é

muito específico da área e ninguém no país aprendeu sistematizadamente, portanto não sabe ensinar sistematizadamente. Levei quase um ano convencendo Eugênio Kuznets, isso já na fase final da escola, a vir a São Caetano para lecionar. Nós dois participávamos de um grupo, que elaborou um currículo mínimo para formação de atores, em nível de segundo grau, junto à Secretaria de Educação. E como só nós dois éramos pontuais, chegávamos sempre na hora, e os outros chegavam muito depois do horário. Então aproveitava esse tempo para ficar doutrinando, para tentar engravidar pelos ouvidos, o Eugênio Kuznets para vir a São Caetano para lecionar. No fim, ele concordou, mas com duas condições: “1ª - *Eu quero selecionar os alunos*; 2ª - *Eu quero acompanhar os alunos, do começo ao fim do curso*”.

CURSOS - Concordei, e ele veio a São Caetano, Kuznets a grande autoridade em interpretação. Nem com ele eu vi satisfeitos os meus sonhos da escola de teatro, porque ele veio e morreu como professor da Fundação antes de terminar a primeira turma. Não sei o que aconteceu. Acho, até certo ponto, que a Fundação das Artes foi responsável, um pouco, pelo esvaziamento do movimento teatral amador em São Caetano. As pessoas que se interessavam, antes da Fundação, por teatro, iam direto à Turma, iam direto ao Acascs, iam direto ao Scala, da Hortênsia Rodrigues, ao grupo paroquial do Padre Ézio. Agora elas iam fazer escola. A mim parece que o caminho real e novo, o ideal, é o escolar, mesmo porque a lei já exigia de quem quisesse fazer teatro profissional, um diploma de uma escola técnica de teatro em nível de segundo grau. Depois da escola de teatro, abrimos a escola de dança. A Prefeitura já tinha uma escola de dança, uma escola de dança que tem a sua história(...)

Por último nós criamos a Escola de Artes Plásticas, já que São Caetano do Sul vinha mantendo há 10 anos um Salão de Arte Contemporânea. Acreditava que isso era muito importante para o Município, como realmente foi, pois projetou muita gente importante no campo da arte(...)

Então eu achei que era importante e a Fundação passou a assumir esse Salão, e a gente esteve lá, alguns anos, com verba da Prefeitura. Depois, nem sequer verba a Prefeitura dava, e a gente tocou, com a própria verba da Fundação das Ar-



tes, realizou salões, com menos brilho, com menos divulgação, mas o Salão aconteceu. Então, nós, com o eco desse Salão, resolvemos instituir uma Escola de Artes Plásticas, que só foi instalada até minha estada lá, os cursos infantis. Os cursos para adultos não foi, porque também não havia procura. Havia procura de um, de outro, a gente ficava com o endereço e o telefone da pessoa... Ele voltava eventualmente quando se fazia algum curso de pequena duração.

Devo dizer a vocês que a Fundação sempre funcionou como uma espécie de embaixada cultu-

ral do ABC. O grupo Teatro da Cidade, surgido em Santo André, e que teve início nos anos mais sérios da repressão, teve inclusive uma mártir, a diretora do grupo foi presa e assassinada pelas Forças Armadas. Ela se chamava Eleni Guariba, e era filha de um coronel. Simplesmente desapareceu. A ossada dela estava naquele cemitério clandestino, que há pouco tempo foi descoberto. A Fundação sempre funcionou como cozinha, como preparativo, ante-sala do grupo do Teatro da Cidade. A gente sempre ofereceu condições para que o pessoal ensaiasse lá, tivesse um curso específico de reciclagem, etc. Em troca, o grupo Teatro da Cidade oferecia espetáculos para nós, que eram feitos aqui em São Caetano do Sul.

Isso tudo aconteceu nos famigerados anos 60. Época de muita repressão, de muito choque social, político e econômico, de que ficaram duras marcas em todos nós. Eu próprio quase morri quando fui procurar o resultado da censura de um texto para a Fundação das Artes, na rua Xavier de Toledo. Lá havia uma dependência do DOPS, que fazia a censura dos textos, e depois os censores vinham ver o espetáculo para dizer se podia levar ou não. Como reclamei que estava demorando muito, o camarada reagiu à altura, me pegou pelo colarinho, e se eu não estivesse, coisa que nunca usei, (raríssimamente usei), ou seja, com meu anel de advogado, mas eu estava com ele e o meu anel me salvou. Porque a OAB tinha, naquela época, uma atuação muito forte contra a repressão. Então a OAB significava uma certa segurança. Senão, seguramente, eu teria amanhecido no Tietê. Foram anos, realmente, muito duros para toda a nação brasileira”. (*Depoimento colhido em 6 de Maio de 1995, no evento Vamos Falar de São Caetano*)

Raízes perde dois colaboradores

Gisberto Grigoletto e Arnaldo Trebilcock, colaboradores da revista *Raízes*, deixaram o nosso convívio durante o ano de 1999, em idade avançada, mas oferecendo, ambos, exemplos de vida produtiva e pró-ativa nos mais diversos domínios. A perda, portanto, é múltipla: familiares e amigos, em primeiro lugar, dentro de um círculo mais restrito e íntimo de convivência, são os primeiros a sentir o golpe que o destino haverá de aplicar, sem exceções, em todos os seres vivos; a redação da revista e os leitores, de outro

lado, sentirão a baixa no quadro de articulistas e cronistas que vêm construindo este projeto que já avança além dos dez primeiros (e difíceis) anos de sobrevivência. Dois textos, abaixo, registram um perfil rápido e uma homenagem a Trebilcock e Grigoletto. A exemplo de tantos outros que continuam dedicando seu esforço, horas livres, experiência e boa vontade, ambos ajudaram a construir a trajetória da revista, erigida a muitas mãos. Grigoletto redigiu crônicas e Trebilcock, artigos.

Grigoletto: participação ativa durante longo tempo

Atendendo ao chamado do Senhor, num fim de tarde de Setembro você partiu. Certamente, Ele quis ampliar o círculo das grandes amizades, das pessoas boas, afáveis, que sabem abraçar a todos com um forte sentimento de amor fraterno. Assim, eu o sentia. Você bem sabe que há longo tempo mantínhamos uma cumplicidade de ideais, da maneira de ver as coisas, numa constante troca de palavras que, também, serviram para nortear minha vida.

Uma atitude sua, marcante para mim, consolidou ainda na década de 50, esta cumplicidade: a sua proposta, logo aceita, de ser um adversário em partidas de xadrez por correspondência. Você certamente sentiu que este seu sobrinho estava solitário quando buscava o saber em cidade distante e sentia a natural nostalgia do convívio familiar. Com certeza, foi a maneira idealizada por você, carotio, para manter-me em freqüentes contatos. Foram momentos de



alegria e emoção. Nunca esquecerei o seu gesto.

Mais recentemente, há dez anos, nascia a revista *Raízes*. De imediato, enviei-lhe a número 1 (Junho de 1989) e você logo manifestou entusiasmo pela revista. Com sua longa vivência em São Caetano, colaborou no segundo número (Dezembro 1989) em artigo que escrevi sobre a família de sua esposa Rosa, à qual tenho a honra de pertencer.

No número quatro (Janeiro

1991) você escreveu o primeiro artigo, *Clubes Recreativos*, discorrendo particularmente sobre o Clube Esportivo Lázio, do qual teve a honra de ser presidente na década de 30. Em *Raízes* número 5 (Junho 1991), além do artigo, você enviou a foto de seu casamento com Rosa Piccolo, ocorrido em 14 de Novembro de 1936, mostrando e descrevendo a tradição familiar italiana que caracterizava as festas da época. Um memorável registro.

Você sempre demonstrou o amor por tudo que envolvia a revista *Raízes* e a Fundação Pró-Memória. Preocupava-se com a proposta da revista como se fora um ente familiar. Divulgava-a com entusiasmo e soube incutir em sua família o mesmo amor e respeito pela memória registrada naquelas páginas. Você participava ativamente - tanto quanto permitiam as limitações da idade, saúde e distância - dos eventos da Fundação Pró-Memória. Em sua última visita à Fundação, falou e gravou sobre seu clube do coração, o Lázio, junto com a esposa, Rosa, e tantos outros companheiros da época. Antônio Piccolo e a esposa, Adelina, Albino Piccolo, Frido Cavassani, Emidio Perrella, Décio Giorgetti, Guiomar D'Agostini, Alexandre D'Agostini, Nelson Infanti e Olga Mitzcherlich foram as companhias desta última jornada.

Por último, um consolo para todos que admiraram sua forma marcante de relatar fatos: deixou outros cinco artigos prontos para continuar sua participação em *Raízes*, e não importa o limitado tempo que resta de suas palavras, seu espírito já faz parte da existência da *Raízes*. Estaremos sempre juntos.

TRÊS NOTAS... TRÊS PENAS - No distante ano de 1935, Gisberto Grigoletto era presidente do Lázio, clube fundado por jovens italianos e descendentes moradores do Bairro da Ponte (hoje Fundação). Mero Mário Basso era segundo tesoureiro e Victório Piccolo diretor. Amigos íntimos, conviviam no salutar ambiente proporcionado pelo clube.

Certa noite de sábado, durante um baile, Basso estava na bilheteria quando percebeu a presença de três jovens. Desejavam entrar no baile, mas não tinham dinheiro

suficiente para os ingressos. Apresentaram a Basso somente três notas de papel-moeda iguais. Examinando-as, Basso verificou que já eram antigas, sem valor. Condoído recebeu as notas e deixou-os entrar. Em seguida, pagou os ingressos de seu próprio bolso e ficou com as cédulas.

Terminado o baile, procurou o presidente Grigoletto e relatou o acontecido. Junto estava Victório Piccolo. Imediatamente fizeram o trato: cada um ficaria com uma nota e dariam instruções à família de passá-las aos demais diante do falecimento deles. Desta forma, o primeiro a falecer passaria metade da nota aos remanescentes de tal modo que o último vivo ficaria com as três notas. No entanto, o trato permaneceu em segredo apenas entre os três amigos.

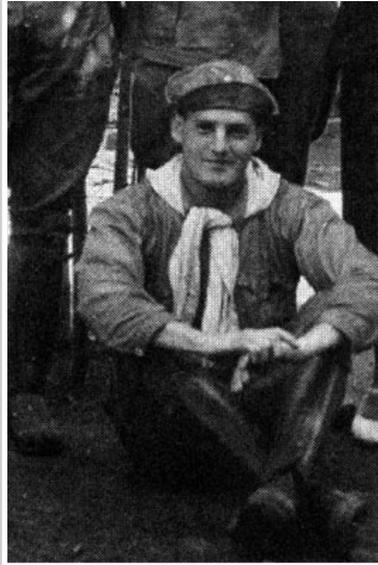
Victório Piccolo foi o primeiro a falecer, em 10 de Dezembro de 1984. Gisberto Grigoletto faleceu em 11 de Setembro de 1999. Finalmente, o trato de três amigos íntimos - que inclusive uniram-se por laços familiares (Basso casou-se com Amabile Piccolo e Gisberto com Rosa Piccolo, ambas irmãs de Victório) - veio a público, em 21 de Setembro de 1999, em relato que Basso fez, em sua casa a Oscar Garbelotto. Afirmou também que o fato teria sido divulgado por Grigoletto, quando do falecimento de Victório, a Albino Piccolo, seu cunhado, com recomendações de sigilo.

Mero Mário Basso é o último remanescente do curioso trato e até hoje, guarda sua cédula. Nunca recebeu as demais como gostaria e como era a intenção dos amigos ao seguirem o exemplo do filme *As três penas brancas*. (Oscar Garbelotto, com a colaboração de Morisa Garbelotto Rodegher)

Trebilcok, figura ativa e marcante

O mínimo que se pode afirmar é que Arnaldo Trebilcock foi uma figura marcante. Nasceu em Jundiáí, em 26 de julho de 1912, filho de pai inglês e mãe italiana. O pai, engenheiro, veio trabalhar na São Paulo-Railway. A mãe era de uma família Vêneta que imigrou para o Brasil na grande leva de europeus, sobretudo italianos, que começou a chegar ao País a partir do último quartel do século XIX. Ainda jovem, foi enviado pelos pais para a Europa, para estudar na Itália e viver com uma tia-avó. Essa foi uma fase que marcou de modo profundo a vida de Arnaldo, porque chegou a testemunhar momentos fundamentais da História no século que se encerra e adquiriu uma experiência de vida muito rica. Quando houve a Marcha sobre Roma (na verdade, o golpe que conduziria Benito Mussolini à chefia do governo italiano), o estudante brasileiro contava dez anos e já estava na Península, iniciando novo período de escolarização e aperfeiçoamento cultural.

E, assim, existem textos que nem mesmo aqueles que estão acostumados a escrever profissionalmente gostariam de redigir em qualquer momento de suas vidas. Este é um deles: trata-se de homenagem póstuma. E, muitas vezes, palavras não bastam para expressar determinados sentimentos ou para desenhar o contorno de fatos e o perfil de certas pessoas. O texto acaba sendo apenas a sucessão de palavras impressas sobre um papel frio e impessoal, que dificilmente será capaz de transmitir todas as vi-



Arnaldo Trebilcock, aos 20 anos, na frente de batalha, durante a Revolução Constitucionalista de 1932

vências. Ou desenhar o perfil de um personagem que conseguiu sintetizar agilidade mental, cultura, conhecimento de várias línguas e dezenas de países e uma personalidade forte.

Formou-se em Economia na Itália. Mas suas convicções pessoais e, naturalmente, a formação recebida em casa puseram-no em choque direto com todas as formas de autoritarismo e ditadura. Isso incluía o fascismo e, por isso, retornou ao Brasil muito jovem ainda, com o curso superior concluído na Europa e em tempo de engajar-se na Revolução Constitucionalista de 1932. Foi mais uma experiência que lhe venceu a vida, porque, como chegou a dizer muitos anos depois, "combateu pela legalidade e lutou contra mais uma forma de opressão que se esboçava no País". Chegou a narrar parte desse episódio no artigo intitulado *A Revolução de 32: o ataque ao capão de mato e o rapaz de São Caetano*, publicado no número 18 de *Raízes*. Por sinal, colaborou em catorze edições da revis-

ta, falando a respeito de assuntos diversos: desde a História do Vêneto - assunto e região que conhecia com profundidade - até a respeito das mazelas sócio-econômico que continuam afligindo o País.

Tendo atravessado decênios de um século violento e conturbado, Arnaldo Trebilcock conseguiu colecionar uma vasta galeria de experiências pessoais: conheceu muitos lugares, muitas culturas, muitas pessoas e instituições. Deixou suas memórias, inéditas, num grosso volume, bem escrito, e sempre atravessado por observações bem-humoradas e, ao mesmo tempo, críticas, mordazes. Uma espécie de retrato em miniatura da personalidade do autor. Esse cidadão originário de Jundiá mantinha fortes os traços da cultura de origem dos pais: de um lado, inglês no raciocínio, no julgamento e na visão de mundo; italiano em certos arroubos e profundamente ligado à pátria, motivo que o tornava, muitas vezes, bastante crítico em relação aos graves pro-

blemas do Estado e do povo. Trebilcock conheceu de perto o Grande ABC, sua evolução e problemas, e a respeito disso deixou muitos testemunhos interessantes.

Ao longo de sua vida, exerceu muitas atividades profissionais e participou de inúmeros fatos, mantendo-se sempre ocupado e produtivo, até os últimos momentos, mesmo quando, em 1999, uma grave doença já lhe minava as forças. Ainda assim, ameaçado pela enfermidade, deu exemplos e lições de vida, com fibra, altivez humilde e força de vontade dignos de admiração. Tive o privilégio de conhecê-lo, e o prazer de conviver com ele, por mais de um quarto de século. Como todas as pessoas com quem se mantêm fortes laços de amizade e afeto, Arnaldo Trebilcock deixou um grande vazio, mas, ao mesmo tempo, a certeza de que a imortalidade somente pode ser compreendida através das obras, gestos, atos e gratas lembranças deixadas pelos indivíduos (*Aleksandar Jovanovic*).

Santola Ana, uma UTI ambulante nas primeiras décadas do século

Gisberto GRIGOLETTO(*)

Nas primeiras décadas deste século, em São Caetano não havia muito movimento nas ruas; por isso as crianças podiam brincar à vontade. As meninas, além das bonecas, brincavam de roda, de amarelinha, de pular corda, de barra-manteiga, de pegador, enquanto os meninos divertiam-se de acusado, futebol, de unha-namula, ou de pegador e barra-manteiga junto com as meninas.

Certa ocasião, brincando de acusado, correndo sobre uma das raríssimas calçadas cimentadas, sofri uma queda e trinqueei a canela da perna direita. Não tinha percebido, mas tentando e não conseguindo levantar, comecei a gritar e chorar ao mesmo tempo, dizendo que tinha quebrado a perna.

Levaram-me para casa; minha mãe mandou chamar imediatamente Dona Ana Chianfarani, ou melhor, a Santola Ana como nós carinhosamente a chamávamos, com quem mantinha sólida amizade desde quando residiam em Jaguari, hoje Jaguariúna, no interior do Estado.

Dona Ana era muito procurada pelos moradores da região, principalmente do Monte Alegre, para o atendimento dos mais variados casos de distensão muscular, como também para benzer quebranto, mau-olhado, lombrigas, etc.

Chegando em casa, apalpou minha perna, mandou desfiar um saco de aniagem (estopa) e bater diversas claras de ovos em neve. Cortou e alisou algumas talas de bambu. Embebeu o saco já desfiado nas claras de ovos em neve, envolvendo-o em seguida ao redor de minha perna.

Colocou as talas de bambu sobre



Várzea do Rio dos Meninos, na década de 30

essa espécie de massa e enrolou em minha perna, bem apertada, uma comprida faixa de pano.

Recomendou bastante repouso, dizendo que deveria ficar acamado por uns vinte dias, evitando o mais possível fazer movimentos com a perna. Decorridos os primeiros vinte dias, ela autorizou a levantar-me da cama, para começar a movimentar a perna e, com muito cuidado, andar um pouco por dia, auxiliado por meus familiares e apoiado em um bastão de madeira. Após mais vinte, totalizando quarenta dias, eu já me locomovia com relativa facilidade. Dona Ana desenfaixou a minha perna, retirou as talas de bambu, cortou o saco desfiado que havia endurecido por causa das claras de ovos em neve.

Observou com atenção a minha perna, passou levemente as mãos em seu redor, notando que não havia reação alguma de minha parte, acusando qualquer dor, fez uma massagem, disse que eu estava bom, pronto para outra.

Como foi possível notar através da narrativa, não fui hospitalizado, não tirei chapa alguma, não fui assistido por profissional de fraturas, já que naquela época, em São Caetano, essa assistência era impossível, pois existia somente na Capital.

Entretanto, até hoje, com a graça de Deus e ajuda de Dona Ana, ando por esse mundo afora, sem sentir dor alguma na perna, mesmo aquelas de mudança de tempo.

Os antigos moradores de São Caetano devem muito para essas mulheres como Dona Ana, Dona Josefa, Dona Eva Lodi, ou o seu Cardoso, entre outros, que estavam sempre prontos, a qualquer hora, em atender quem os procurava, a fim de mitigarem as dores dos partos ou das luxações.

(*) Gisberto Grigoletto nasceu em 1911, em Jaguari (atual Jaguariúna). Faleceu em 1999.



Portaria do Instituto Mauá de Tecnologia, campus São Caetano do Sul



Centro de Pesquisas, Bloco R

Instituto Mauá de Tecnologia: integração com o progresso da região

Jaqueline FALCÃO(*)

Fundada aos 11 de setembro de 1961, a escola recebeu o nome em homenagem ao engenheiro Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, por decisão da comissão formada pelos engenheiros Francisco Antunes, Luiz Castro Sette, Mário Savelli, Nicolau de Vergueiro Forjaz e Victor Carlos Fillinger. A necessidade de engenheiros era premente, naqueles anos de forte impulso de industrialização do país, levando-se em conta as novas especializações, métodos e procedimentos das empresas. A primeira turma formou-se em 1966, composta de engenheiros eletricitas, químicos e metalúrgicos. Contudo, já se gestava a ampliação do instituto, e São Caetano do Sul preparava-se para receber as novas instalações. A cidade proporcionou área inicial de 98.348 m² e a escola adquiriu mais 39.265 m² da Cerâmica São Caetano, totalizando cerca de 140.000 m².

A primeira aula, inaugurando o ano escolar e as novas instalações, deu-se aos 26 de março de 1965 e a partir de então ampliam-se sem cessar suas dependências. Começou com 300 vagas distribuídas entre as disciplinas de Engenharia Mecânica, Elétrica, Metalurgia e Química, que foram ampliadas, atualmente, com Engenharia Civil, Sanitária, de Alimentos, Produção Mecânica, Controle e Automação. Atualmente, são 4300 alunos na Escola de Engenharia e 400 na de Administração. O corpo docente da Escola de Engenharia é formado por 270 professores, 30% dos quais têm mestrado e cerca de 35% têm doutorado. Desde 1998, funcionam os cursos de pós-graduação nas áreas de Tecnologia de Embalagens, Energia e Meio Ambiente, Instrumentação, Controle e Automação, com uma centena de alunos.

Mantém, na área de pesquisa, convênio com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de

São Paulo (Fapesp) no estudo de Processos Fermentativos para Tratamento de Resíduos e, parcialmente, na área de Aplicação de Microondas em Reações Químicas. Desenvolve projetos nos segmentos de Compatibilidade na Eletromagnética, Tecnologia de Fabricação de Queijos por processos avançados de ultra-filtragem e pesquisa de bebidas a partir do pinhão.

Em 1998, inaugurou o Bloco de Química, com laboratório sofisticado de 3.600 m². No corrente ano, serão inaugurados um novo bloco com 22 salas de aulas e o novo prédio da biblioteca, com 3.500 m² e departamentalizado, para uso de alunos, ex-alunos, estudantes de pós graduação e universitários de outras instituições. Essa estrutura em permanente aperfeiçoamento e crescimento alicerçou de forma decisiva o desenvolvimento econômico da região e bem mais além, pela elevada qualidade dos profissionais nela formados. As empresas procu-

Acervo: Augusto Coelho



Edifício de salas de aula, bloco P

ram os alunos da Escola de Engenharia Mauá para estágios, treinamento e preenchimento de postos de trabalho, por meio de seu setor de estágios, que orienta alunos e empresas nesse procedimento.

O Centro de Pesquisas desen-

volve tecnologias há mais de 30 anos para solução de problemas e necessidades das empresas, num total de 800 projetos bem sucedidos e acima de 200 clientes atendidos. São suas áreas de competência a Pesquisa Tecnológica

Aplicada, Desenvolvimento de Produtos, processos, protótipos, equipamentos, instalações, sistemas e instrumentação, desenvolvimento de novas aplicações para tecnologias existentes no Centro de Pesquisas do Instituto, ensaios, testes, calibrações, análises, pareceres, certificações e peritagens, projetos, consultoria, assessoria e planejamento, e treinamento de pessoal na utilização das aplicações desenvolvidas. A área de especialização abrange Alimentos/Bioquímica, Automação Eletrônica/Processamento de Imagem, Engenharia Civil, Mecânica/Metalografia/Metrologia, Microondas/Telecomunicações, Motores/Veículos, Química/Tintas/Vernizes e Sinalização/Segurança Viária.

Com a fundação do Centro Universitário, o Instituto desenvolverá as áreas de atuação no ensino tecnológico e correlatas. Dentre os projetos, está sendo organizado o curso de Administração de Empresas, Economia e Telecomunicações em São Caetano do Sul. O Centro Universitário é dirigido pela Reitoria e as diretorias das duas Escolas. As atividades físicas são desenvolvidas no ginásio poliesportivo, com três quadras e salas de ginástica, na piscina semi-olímpica para prática de natação. Esse tipo de apoio é gratuito para os alunos, todos sócios do Centro Acadêmico, mantido pela própria instituição.

A escola integra-se com a cidade e a região também nas áreas cultural e social, participando ativamente das iniciativas e projetos que tragam benefícios à comunidade.

Acervo: Augusto Coelho



Salas de aula e laboratório da engenharia elétrica, bloco H

(*) Jaqueline Falcão, jornalista da Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul

Há 76 anos era criada a Paróquia de São Caetano

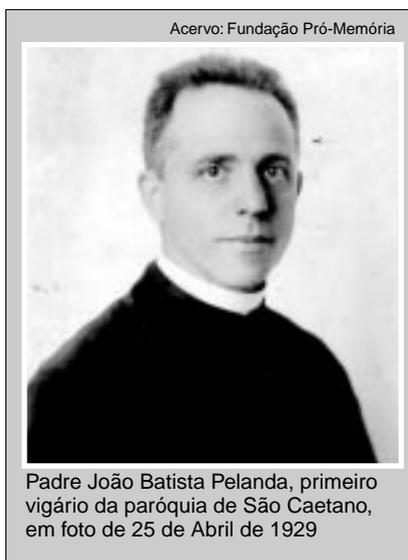
Na organização da Igreja Católica Romana, a paróquia, segundo o Direito Canônico, é a menor célula da instituição, a menor divisão territorial de uma diocese, sobre a qual tem jurisdição ordinária um sacerdote denominado pároco ou vigário. A transformação da igreja do atual Bairro Fundação em sede da paróquia de São Caetano foi decretada em 31 de Março de 1924 pelo arcebispo de São Paulo Dom Duarte Leopoldo e Silva, e nomeado como primeiro pároco o padre João Pelanda, da Congregação dos Estigmatinos. A igreja *Matriz Velha* do Bairro Fundação permaneceu como sede da paróquia de São Caetano até 6 de Julho de 1937, quando foi inaugurada a Igreja Matriz Sagrada Família, que passou à condição de paróquia, tornando-se a Matriz Nova, como ainda é conhecida. Com esta transferência, a *Matriz Velha* voltou à condição de uma simples capela, embora muito respeitada por sua importância histórica, sendo tombada como Patrimônio Histórico Municipal pela Lei nº 1.412 de 12 de Novembro de 1965 (Processo 4927/65).

HISTÓRICO – A primeira capela de São Caetano foi fundada em 1717 pelos monges beneditinos, como filial da Freguesia da Sé, na cidade de São Paulo, onde registrava em seus respectivos livros os assentamentos de batizados, casamentos e óbitos. Com a criação da Freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem, em São Bernardo, o território de São Caetano passa a integrar a nova unidade administrativa.

Dois anos depois da fundação do Núcleo Colonial de São Caeta-



no, Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, como bispo de São Paulo, aprovou, em 8 de Março de 1879, um compromisso da Irmandade de São Caetano e obteve licença para celebração de uma missa em 7 de Agosto de 1882 (data do padroeiro de São Caetano). Em 1887, o território de São Caetano passou a fazer parte da Paróquia do Bom Jesus dos Mato-



zinhos, no Bairro do Brás, em São Paulo, como atestam os registros de assentamento daquela comunidade paroquial.

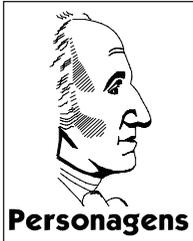
Em 22 de Outubro de 1898, foi nomeada uma comissão diretora das obras da futura igreja da *Matriz Velha* que se projetava erigir e fundar no Núcleo Colonial de São Caetano. A comissão era integrada pelo vigário do Brás, padre Antônio Rubini (presidente) e pelos membros: Carmine Bazille, Celeste De Nardi, Carmine Perrella, Luiz Fiorotto, e Caetano Garbelotto. Nova comissão com a mesma atribuição foi nomeada em 17 de Março de 1900, composta pelo padre Remigio Pezzatti, na qualidade de capelão, e por João Vicentim, Bartolomeu Metilo, Francisco Fiorotto e Luiz D'Agostini. Uma terceira comissão foi constituída em Abril de 1906, com a responsabilidade de concluir a capela. A partir de 1911, o território de São Caetano passou à jurisdição eclesiástica da Paróquia de Santo André. Esta situação perdurou até 31 de Março de 1924 quando, por decreto e em conformidade com o Código do Direito Canônico, foi criada a Paróquia de São Caetano. (*Texto e pesquisa a cargo do Serviço de Difusão Cultural da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul*)

Referências bibliográficas

Santos, Wanderley – Antecedentes Históricos do ABC Paulista: 1500-1892 – São Bernardo: Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo, 1992.

Bellucci, Renato – *Página di Verità e di Vita* – sobre o 50º aniversário de São Caetano do Sul.

Mero Mário Basso, um artífice irrequieto e cheio de criatividade



Personagens

Oscar
GARBELOTTO(*)

Mero Mário Basso nasceu em Delawareana, Estado de New Jersey,

nos Estados Unidos, filho dos imigrantes italianos Giacomo Basso e Claudia Casagrande, em 27 de Novembro de 1914. Poucos anos depois, em 1924, em companhia dos pais foi para a Itália. Em 1928, nova travessia do Atlântico, desta vez para o Brasil. Destino: São Caetano. Chegando à cidade, foi morar na rua Rui Barbosa, reduto de italianos que para aqui vieram após a Primeira Grande Guerra. Lá moravam os Giorgetti, Barille, Viola, Casagrande, Perrella, entre tantas outras.

O ânimo para fixar-se na nova terra era muito grande e, de imediato, Mero foi matricular-se em escola profissional levado pelas mãos de Brigida Ceschin. A Escola Profissional ficava à rua Piratininga, 85, no Brás. Ali, durante quatro anos, recebeu o aprendizado de torno em madeira e logo em seguida cursou o aperfeiçoamento por mais dois anos. Saiu com a cultura geral lá ensinada, dominando a difícil arte de transformar a rústica madeira em obras de arte. Esta característica marcou sobremaneira a vida de Mero Basso.

Apesar do excelente aprendizado, nem sempre trabalhou na profissão que escolhera. Na verdade, poucas vezes... Sua perso-



Diploma de Mero Mário Basso, em tornearia em madeira e aperfeiçoamento na profissão de torneiro, de 15 de Novembro de 1932

nalidade exuberante e irrequieta, aliada ao aprendizado global que assimilou, dava-lhe a condição de conhecedor das várias facetas da atividade humana. “Meu filho sabe fazer de tudo; só não sabe ganhar dinheiro”, dizia a mãe. Sábias palavras de mãe: Mero adaptou-se (e saiu-se muito bem) em todos os trabalhos que as oportunidades fizeram surgir à sua frente.

ATIVIDADES – Logo após o término da Escola Profissional, iniciou sua vida produtiva: o primeiro emprego foi de servente de pedreiro dos irmãos Humberto e Angelo Piccolo, colocadores de azulejos. Logo após na Fábrica de Móveis Lisboa, na rua Barão de Iguapé, no Cambuci, onde ficou por cerca de seis anos. Deixou a fabricação de móveis para ensinar sua própria profissão no Reformatório Modelo na Avenida Celso Garcia. Esta carreira foi subitamente encerrada por decreto de Getúlio

Vargas que proibiu estrangeiros de ocuparem cargos públicos. Daí foi exercer sua profissão na Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, em São Caetano. Posteriormente foi trabalhar com ar condicionado na General Elétrica, na rua do Hipódromo, em São Paulo. Daí continuou a cuidar de ar condicionado no Cine Metro, à Avenida São João, na época a sala mais importante e luxuosa da capital paulista. Secundava o irmão, Lino Basso, tendo como auxiliar Ernesto Ceschim, todos italianos de São Caetano. Convite para chefiar um importante depósito de mercadorias o levou para a Stig, na rua Conselheiro Brotero, onde permaneceu por seis anos. Daí para a frente resolveu cuidar dos próprios negócios, tendo sido proprietário, sucessivamente, de armazém de secos e molhados na rua da Fábrica, (atual Tujupi) na Vila Bela; restaurante na Praia Grande e fá-

bricas de tamancos e de gelo, ambas na rua Maximiliano Lorenzini. Deixando o comércio e a indústria, sua enorme capacidade multifacetada o levou para administrar o Teatro Paulo Machado de Carvalho, da Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, desde antes de sua inauguração, em 1968. Logo após, adentrou ao São Caetano Esporte Clube, na rua Ceará e finalmente, por oito anos, chefiou o setor de manutenção do IMES, onde se aposentou. Em 21 de dezembro de 1938, casou-se com Amábile Piccolo, filha de Cândido e Amália Piccolo, tendo dois filhos: Rubi e Reinaldo.

ORIGENS – Apesar de todas estas atividades, Mero nunca deixou de lado o caminho que traçou desde a juventude: a arte de modelar madeira. Em sua residência mantinha sempre um torno e ferramentas em funcionamento, produzindo peças por encomenda. Buchas, cabos de cafeteiras e bules que produzia para as indústrias Barille, brinquedos e tantos outros pedidos o mantinham em constante trabalho. Seu espírito irrequieto, porém, o levou para outras dire-



Diploma de sócio-fundador e benemérito outorgado a Mero Mário Basso pelo Clube Esportivo Rio Branco, em 1945. Na época, por circunstâncias da II Guerra Mundial, o Lázio havia mudado de nome para Rio Branco

ções, tais como, mais recentemente, a descoberta de banhos ácidos compatíveis com louças, porcelanas e gesso. Tal novidade resolveu um problema de acabamento importantíssimo para a indústria de cerâmica, sabiamente aproveitado por uma grande empresa local.

Possuidor de espírito comunicativo, este o fez participar de intensas atividades sociais no Clube Esportivo Lázio. Em 1930, participou da fundação do clube, sendo, por diversas gestões, diretor. Colocou seus conhecimentos a serviço do clube e, por diversos anos, idealizou a

decoreação carnavalesca do salão da rua Rio Branco. Ficou célebre o quadrimotor, em cima do palco, funcionando suas hélices através de polias.

Lembranças dos velhos tempos, tem sim: da água que bebia no rio Tamanduateí; dos peixes que pescava; das rãs do grande brejo que margeava o velho rio nas enchentes; dos tatus e lagartos comuns nos morros da Vila Bela, onde ia colher lenha para o fogão de dona Cláudia; das paqueras quando passeavam de barco (construído por Ernesto Ceschim) entre as ruas Ibitirama, da Fábrica e Rui Barbosa nos dias de enchente. Lembranças das reuniões de família de seu sogro Cândido Piccolo, onde se reuniam, aos domingos, diante da farta mesa, cantando as velhas e românticas canções italianas. Lembrança de um São Caetano que conheceu em 1928 e que ama com toda a paixão de um verdadeiro sancaetanense, apesar de morar - por quase toda sua vida - do outro lado do rio (*Colaboração de Morisa Garbelotto Rodegher*).

(*) Oscar Garbelotto é advogado, professor e Coordenador Cultural do Instituto Municipal de Ensino Superior de São Caetano do Sul (IMES)



Instalação do Cartório de Paz de São Caetano do Sul. Nesta foto aparece a banda musical da *Società di Mutuo Soccorso*, realizando um ritual de inauguração.

Pró-Memória recebe verbas para escavação arqueológica



Registro

A Fundação Pró-Memória foi uma das entidades contempladas com financiamento da Fapesp (Fundação Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) para realizar escavações arqueológicas no Município. Isso significa o rastreamento de novos achados arqueológicos no Bairro da Fundação, junto à Matriz Velha e na área antigamente ocupada pelas Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, onde estava localizada a fazenda dos monges beneditinos na época do Brasil-Colônia.

O projeto de escavação arqueológica - aprovado dentro do Programa de Pesquisas em Políticas Públicas, da Fapesp - é uma iniciativa conjunta do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da Universidade de São Paulo e da Fundação Pró-Memória, e tem o propósito de identificar, estudar e musealizar os lugares indicadores da história cultural de São Caetano, procurando também colaborar com os processos de revitalização urbana. A coordenação está sendo realizada pela profa. dra Maria Cristina Oliveira Bruno, do MAE.

A partir das escavações, em locais previamente analisados, poderão ser encontrados subsídios para a compreensão de quatro séculos de apropriações e transformações. Além de fornecer dados importantes para a consolidação de uma cronologia histórica do Município de São Caetano do Sul, possibilitará também a identificação de outros momentos referentes à ancestralidade dos cenários culturais. Um dos objetivos principais do projeto é, através da articulação

Acervo: Fundação Pró-Memória



O Grande ABC no Brasil 500

Concurso fotográfico

para estudantes dos ensinos fundamental e médio do Grande ABC

***inscrições, com foto, até o dia 29 de março**

***retire o regulamento e a ficha de inscrição em sua escola**

Roteiro histórico-ambiental

passeio monitorado pelo Caminho do Mar e Baixada Santista

INFORMAÇÕES

8º Grupamento de Incêndio
444-1234

Fundação Pró-Memória
441-9008

apoio cultural

realização, organização e coordenação



Cartaz de divulgação do projeto O Grande ABC no Brasil 500 - fase I

entre a Arqueologia e a Museologia, implementar diretrizes para a recuperação, o estudo, o tratamento e a valorização dos lugares da memória, em estreita ligação com os estudos históricos e, também, com os projetos que visam a recuperação urbana. Os estudos nos locais em que serão realizadas as escavações começaram no início deste ano.

O projeto coordenado pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da USP será desenvolvido no Bairro Fundação, junto à Igreja Matriz, local em que já foram realizadas escavações arqueológicas entre 1990-91, sob a coordenação do Museu Paulista da Universidade de São Paulo e que resultou, inclusive, na vitrine instalada junto à entrada do salão paroquial.

Fundação comemora os 500 anos do Brasil

Em comemoração aos 500 anos do descobrimento do Brasil, a Fundação Pró-Memória, em parceria com o 8º Grupamento de Bombeiros e a Ultragaz, está realizando o projeto *O Grande ABC no Brasil 500*.

A primeira fase do projeto, destinada ao público escolar, consistiu num concurso fotográfico sobre o tema meio-ambiente. Nesta etapa, doze escolas do Grande ABC foram selecionadas para participar de um passeio histórico-ambiental por Paranapiacaba durante o mês de abril.

Durante o passeio, inteiramente monitorado pelo 8º Grupamento de Bombeiros, os alunos fotografaram a floresta tropical ainda intacta. As imagens capturadas resultaram numa mostra fotográfica que está itinerando no Grande ABC.

Foram premiadas as cinco melhores fotografias inscritas no concurso. Os autores receberam os seguintes prêmios: 1º lugar - uma viagem para Porto Seguro com acompanhante; 2º lugar - uma TV 20 polegadas; 3º lugar - um aparelho de som com CD player; 4º lugar - uma máquina fotográfica; e 5º lugar - uma bicicleta. Os professores que orientaram os cinco alunos premiados receberam uma máquina fotográfica cada um e as escolas também foram premiadas.

Exposições iconográficas portuguesas, inéditas no Brasil, e exposições integrantes da série *Um Olhar Viajante* compõem a segunda atividade do projeto *O Grande ABC no Bra-*



Campos das Margens do Rio das Velhas, de Rugendas. Integrante da exposição *A Natureza*, da série *Um Olhar Viajante*



Visita a uma fazenda. Integrante da exposição *O Povo*, da série *Um Olhar Viajante*



Recepção do Samorim a Vasco da Gama. Integrante da exposição *Vasco da Gama e a descoberta do Caminho Marítimo para as Índias*

sil 500. As imagens portuguesas foram cedidas pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobri-

mentos Portugueses à Fundação Pró-Memória, que está sendo responsável por itinerar, com essas exposições por, diversos espaços culturais da região. Durante os meses de abril e maio foram apresentadas as exposições *Vasco da Gama e a Descoberta do Caminho Marítimo para as Índias* e *O Descobrimento do Brasil*, no Salão de Exposições e no Museu Municipal, respectivamente. Estão itinerando por outros espaços culturais da Fundação Pró-Memória as mostras *Padre Antonio Vieira*, *Luís de Camões* e *João de Barros*.

O Museu da Imigração de São Paulo está sediando as exposições *A Natureza*, *O Povo*, *Os Costumes*, *A Cidade*, *O Trabalho* e *Os Viajantes*, integrantes da série *Um Olhar Viajante*, que reproduz pinturas de Johann Moritz Rugendas e Jean Baptista Debret. As imagens retratam a natureza tropical do século XIX, a formação étnica do povo brasileiro, seus hábitos e costumes, suas cidades, seu trabalho e seu modo de vida. Mais do que uma redescoberta visual do Brasil, as imagens ajudam-nos a ter uma percepção das profundas transformações experimentadas pela sociedade brasileira ao longo de cinco séculos de História.

Ainda está prevista a criação de um CD-Rom contando toda a História da participação do Grande ABC no mapa do descobrimento. Localizada entre São Paulo e o Litoral, a região foi passagem de tropeiros e morada de bandeirantes.



Padaria. Integrante da exposição *A Cidade*, da série *Um Olhar Viajante*



Vendedor de Cestos. Integrante da exposição *O Trabalho*, da série *Um Olhar Viajante*



Senhora em seu lar. Integrante da exposição *Os Costumes*, da série *Um Olhar Viajante*

Projeto sobre os 500 anos do Brasil leva alunos a Paranapiacaba

Cerca de 360 alunos da rede escolar do Grande ABC participaram de um passeio histórico-ambiental pela Vila de Paranapiacaba entre os dias 11 e 13 de abril. O passeio fez parte do projeto *O Grande ABC no Brasil 500* realizado pela Fundação Pró-Memória, 8º Grupo de Bombeiros e Ultragaz.

Durante o roteiro histórico-ambiental os alunos percorreram a trilha do Mirante, de onde puderam avistar toda a Serra do Mar e a Baixada Santista. Visitaram também o Clube Lira Serrano, um dos primeiros do Brasil, e o Castelinho, antiga residência do superintendente da São Paulo Railway, localizada no alto da vila, com grande influência da arquitetura inglesa; hoje o casarão funciona como um Museu.

Participaram do roteiro histórico-ambiental 12 escolas do Grande ABC selecionadas através do concurso fotográfico sobre meio-ambiente. Dentre essas escolas foram

selecionadas as cinco melhores fotografias. A comissão julgadora, formada por Antonio Augusto Coelho (fotógrafo), Ricardo Hernandes (Gene-



Alunos participantes do passeio em frente à Igreja de Paranapiacaba



Grupo de alunos ouvem as instruções de segurança dos bombeiros

ral Motors), Adriana Marcondes (Ultragaz), Jayme da Costa Patrão (Artista Plástico), Claudio Musumeci (empresário), e Tenente Marcelo Alves (8º Grupo de Bombeiros), selecionou as fotografias das seguintes escolas e alunos: 1º lugar - Colégio Drummond, de São Bernardo do Campo, Rennan Bechelli dos Santos - 7ª série, professora orientadora Lúcia Helena dos Santos Costa Laqua; 2º lugar - EE Prof. Gabriel Oscar de Azevedo Antunes, de Santo André, Clara

Padovan de Andrade - 3ª série, professora orientadora Neusa Maria Gonçalves da Silva; 3º lugar - EE Prof. Sebastião Vayego de Carvalho, de Rio Grande da Serra, Elias de Lima Menezes - 8ª série, professora orientadora Ana Lúcia Vasconcelos Souza; 4º lugar - Centro Educacional Leonardo da Vinci, de Mauá, Liz Mendes Guerino - 7ª série, professora orientadora Magda Cazallas; e 5º lugar - CIM Alcina Dantas Feijão, de São Caetano do Sul, Maiara Sellani - 3º colegial, professora orientadora Maria de Fátima Viotto; estas cinco escolas, além de participar do passeio, receberam prêmios. As outras sete escolas selecionadas para participar do roteiro foram: Colégio Jardim Campestre; Alpha Escola Técnica; EEB Anne Sullivan; EE Padre Anchieta; Iemano - Instituto de Educação Manoel da Nóbrega; Cesmpsg Clarice Lispector; e EE Felício Laurito.

Durante o passeio os alunos fotografaram as paisagens de Paranapiacaba; as imagens estarão participando de uma exposição nos Postos de Bombeiros do Grande ABC.



1º Lugar



3º Lugar



4º Lugar



5º Lugar



2º Lugar

Seminário cria Carta do ABC sobre patrimônio cultural

Foi realizado nos dias 19, 20 e 21 de outubro de 1999, no Imes, um seminário do grupo de Patrimônio Cultural do Fórum da Cidadania sob a coordenação da Fundação Pró-Memória, com o objetivo de elaborar a Carta do ABC sobre Patrimônio Cultural para fixação de uma política comum na área.

O evento reuniu um público composto por representantes de diversas organizações governamentais e não-governamentais da região do Grande ABC que participaram das palestras e debates.

O seminário contou com a participação de profissionais das áreas ligadas à Patrimônio Cultural, como Prof^a Dra. Marli Rodrigues (FAAP), Prof^a Dra. Arlete de Assumpção Monteiro (PUC/USP), Arquiteto José Saia (Iphan), Prof. Dr. José Sebastião Witter (USP), Prof^a Dra.

Maria Cristina Oliveira Bruno (MAE), que discutiram temas de preservação e história, memória e patrimônio cultural. Participaram também de palestras Oliver Hossepian Sales de Lima, diretor-presidente da CPMT (Companhia Paulista Metropolitana de Transportes), Aírton Franco Santiago, Superintendente Regional da Rede Ferroviária Federal, Renato de Oliveira Diniz, Superintendente de Gestão Técnica da Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo e o diretor de Relações Institucionais e Comunicação da Eletropaulo, Fernando Tourinho. Na palestra sobre o tema *Harmonia entre Patrimônio Cultural e Turismo*, participou o Secretário de Estado de Turismo, Marcos Arbatman, e no tema *Políticas de Restauração e Preservação* participou o Secretário de Estado de Recu-

peração de Bens Culturais, Emanuel Von Lauenstein Massarani. Na oportunidade, Massarani concedeu à Fundação Pró-Memória o título de Defensor de Bens Culturais, instituído dentro do programa de Recuperação de Bens Culturais do Governo do Estado de São Paulo.

Para debater sobre preservação e legislação foi realizada uma mesa-redonda com as arquitetas Celina Kuniochi (Condephaat) e Sônia Ferreira Antico. Na mesa-redonda sobre o tema *Parcerias entre a iniciativa privada e o poder público*, participaram o Sr. Willian Pesinato (FIESP) e o Dr. Antonio Carlos Cedenho (OAB/Santo André).

No último dia do seminário foi realizada uma assembléia geral para redação e votação da Carta do ABC sobre Patrimônio Cultural. Segue o texto da Carta na íntegra:

Carta do ABC

O presente documento é resultado dos trabalhos do 1º Seminário sobre Patrimônio Cultural do Grande ABC, promovido pelo Fórum da Cidadania do Grande ABC, nos dias 19, 20 e 21 de outubro de 1999, nas dependências do Instituto Municipal de Ensino Superior, de São Caetano do Sul. Estiveram presentes aos trabalhos representantes das sete cidades, incluindo diversos segmentos da sociedade civil, organizações governamentais e organizações não-governamentais, memorialistas, historiadores, pesquisadores, estudantes e diversas outras pessoas interessadas no tema. O evento foi produzido pelo Grupo de Trabalho do Patrimônio Cultural, constituído, em 1997, pelo Fórum da Cidadania do Grande ABC.

Durante os debates, ficou evidente a noção de que patrimônio cultural é um bem público que compõe a herança social e que cabe à sociedade protegê-lo. Logo, a preservação do patrimônio cultural é um ato social.

Segundo a Unesco, o patrimônio cultural é classificado em três grandes categorias, ou seja: o meio ambiente, isto é, florestas, mananciais, flora e fauna de modo geral, ou patrimônio natural; o saber-fazer, ou patrimônio imaterial, e o produzido pelo homem, ou seja, monumentos, obras arquitetônicas e de arte e assemelhados. É possível classificar,

também, a noção de patrimônio cultural como um grande arco que compreende, respectivamente: 1- monumentos; 2- conjuntos urbanos; 3- meio ambiente; 4- memória da sociedade; 5- diversidade cultural, ou seja, a identidade de grupos particulares da sociedade e, 6- folclore e arte popular.

Evidenciou-se, de outro lado, que o patrimônio cultural do Grande ABC, região composta hoje por sete Municípios (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, face à história comum dessas cidades constitui um grande conjunto indivisível e que continua mantendo interrelações dinâmicas.

Nos trabalhos do 1º Seminário sobre Patrimônio Cultural do Grande ABC, as instituições participantes recomendam, para a fixação de uma política comum às sete cidades na área da preservação do patrimônio cultural, o seguinte:

1- a organização e implantação imediata de Sistemas de Arquivos Públicos em cada Município, com tratamento técnico sistematizado comum e intercâmbio inter-institucional de documentos microfilmados e/ou digitalizados;

2- inclusão na disciplina História do item denominado

História Regional do ABC e preservação de seu patrimônio histórico e cultural;

3- a criação e implantação de cursos de pós-graduação lato sensu, referentes à História Regional, em cursos de terceiro grau, públicos e particulares da região;

4- a criação e implantação de um Inventário de Conhecimento do Grande ABC, a ser desenvolvido pelos órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio cultural, com o objetivo de rastrear, registrar e catalogar todos os bens existentes na região;

5- organização de um projeto de Educação para o Patrimônio, que amplie trabalhos em curso, tais como o roteiro histórico-cultural desenvolvido pela Secretaria de Cultura de Mauá, a cartilha criada pelo Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural de São Bernardo do Campo e o projeto Museu na Escola, da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul. Portanto, essa política comum deve resultar na criação e implantação de um Roteiro Histórico-Cultural do Grande ABC, a ser gerenciado pelas instituições responsáveis pela preservação do patrimônio cultural;

6- criação de uma legislação, adequada e comum, para a preservação, restauração, tombamento do patrimônio histórico das sete cidades, com políticas claras de incentivos fiscais aos proprietários para a conservação de seus imóveis - tombados ou com valor histórico - implicando o desempenho eficaz e políticas ininterruptas, por parte do Poder Público, para o uso e funcionamento dos bens já tombados;

7- criação e implantação de um roteiro turístico do Grande ABC, ao longo do eixo ferroviário - da Estação da Luz, em São Paulo, à Estação de Paranapiacaba, em Santo André - com os seguintes precedentes imediatos: a) implantação de uma política imediata de preservação da Vila de Paranapiacaba; b) implantação de uma política imediata de recuperação da ferrovia para fins turísticos, e c) implantação de uma política imediata de recuperação e preservação das edificações originais da ferrovia ao longo do percurso mencionado;

8- criação de uma política imediata de recuperação e preservação da área verde e edificações do Haras São Bernardo (também conhecido como Chácara Crespi ou Chácara da Baronesa), com a consequente transformação do local em parque público, ecológico, cultural e de lazer;

9- criação e implantação de programas de requalificação profissional voltados para as necessidades de mão-de-obra para a conservação e restauração de bens patrimoniais arquitetônicos, artísticos e assemelhados;

10- fixação de um percentual mínimo comum nos orçamentos das sete cidades do Grande ABC para o setor cultural e, particularmente, para as instituições responsáveis pela preservação do patrimônio cultural e a destinação obrigatória dessas verbas para os setores mencionados;

11- profissionalização progressiva dos quadros funcionais das entidades responsáveis pela preservação do patri-

mônio cultural nas sete cidades do Grande ABC, a fim de que lhes seja assegurada autonomia de trabalho, isenta de interferência de caráter político e/ou interesses de grupos;

12- fomento de uma política comum de incentivo ao turismo de curta duração nos locais de interesse histórico-cultural no Grande ABC;

13- implantação de legislação comum nas sete cidades do Grande ABC para incentivos fiscais ao setor cultural e à própria preservação dos bens patrimoniais;

14- implantação de legislação e política comuns às sete cidades no sentido de dotar os órgãos municipais responsáveis pela preservação do patrimônio cultural de autonomia política no exercício de sua prática;

15- implantação de políticas comuns de parceria entre as instituições responsáveis pela preservação do patrimônio cultural do Grande ABC e instituições de ensino superior da região, incluídas as entidades representativas do corpo discente, com o intuito de realizar projetos, congressos, seminários e atividades afins, cujo propósito seja o de inserir a comunidade acadêmica no cenário dos estudos referentes ao setor.

A Assembléia Plenária do I Seminário sobre Patrimônio Cultural do Grande ABC decidiu encaminhar o presente documento às seguintes organizações e ou instâncias de decisão:

- 1- Prefeituras do Grande ABC;
- 2- Câmaras Municipais do Grande ABC;
- 3- deputados estaduais e federais eleitos na região;
- 4- Consórcio Intermunicipal de Prefeituras;
- 5- Câmara Regional de Desenvolvimento do Grande ABC;
- 6- entidades da sociedade civil, tais como seccionais da OAB, Associação dos Engenheiros e Arquitetos do ABC, Associações Comerciais e Industriais, delegacias regionais do Fiesp-Ciesp, etc.;
- 7- todas as demais instituições que integram o Fórum da Cidadania do Grande ABC;
- 8- todas as entidades participantes deste seminário;
- 9- rede escolar de ensinos fundamental e médio e de terceiro grau da região e,
- 10- mídia impressa e eletrônica.

São Caetano do Sul, 21 de outubro de 1999

Anna Gedankien

Coordenadora do Grupo de Trabalho do Patrimônio Cultural do Fórum da Cidadania do Grande ABC

Silvia Ahlers

Diretora da Casa da Cultura e Museu Barão de Mauá

Arlete Feriani Pinheiro da Cruz

Membro do Movimento Pró-Paranapiacaba

Aleksandar Jovanovic

Presidente da Fundação Pró-Memória



Família Rodrigues
(1914)

CRIANÇA É TEMA DE EXPOSIÇÃO – Encerrando as atividades de 1999, a Fundação Pró-Memória apresentou, no Salão de Exposições, a mostra fotográfica *Ser Criança*. A

exposição procurou destacar as figuras infantis, quase despercebidas nas fotografias antigas, recortes de um passado distante mas que está vivo na memória de nossa cidade. As imagens retratam a criança do início do século até os anos trinta, quando São Caetano do Sul começou a moldar seu perfil industrial.



Família Bento (1909)

PRÓ-MEMÓRIA RECEBE GRAVURA DA USP – A Fundação Pró-Memória recebeu, no dia 2 de março, na USP, uma gravura da artista Regina Silveira.

Regina Silveira é uma das mais destacadas artistas brasileiras. É professora na Escola de Comunicações e Artes da USP, onde obteve o seu doutorado. Já realizou várias exposições no Brasil e exterior.

Essa doação foi possível dentro do projeto Gravuras Contemporâneas, apoiado pela Alcatel Teleco-

municações com os benefícios fiscais da Lei nº 10.923, da Prefeitura de São Paulo. O projeto foi desenvolvido pelo Laboratório de Marketing e Cultura da USP/ECA, tendo como base dois pontos fundamentais: a qualidade do produto cultural e a cultura socialmente repartida. Para garantir a qualidade, a USP chamou o seu professor Tadeu Chiarelli, também curador do Museu de Arte Moderna, para selecionar e apresentar os artistas. Para disseminar a arte foi feita uma generosa distribuição dessas gravuras para 200 espaços públicos de cultura em todo o Brasil. Assim, a obra de arte poderá ser vista por um público que, de outra forma, jamais teria acesso a trabalhos de qualidade como esses.

A gravura, recebida pela Prefeitura de São Caetano, foi entregue à Fundação Pró-Memória para fazer parte do acervo da Pinacoteca Municipal.

PRIMEIRA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL EM EXPOSIÇÃO – Durante os meses de fevereiro e março, foi realizada a exposição *1ª Administração Municipal em São Caetano do Sul*, no Salão de Exposições. Com vinte imagens, a mostra relembrou a posse do primeiro prefeito, Ângelo Raphael Pellegrino, as primeiras leis aprovadas no Município, as realizações e as obras, a primeira Câmara Municipal e os veedores da primeira legislatura.



Em Março de 1953, no final da primeira administração, o prefeito Ângelo Raphael Pellegrino reuniu-se com os funcionários municipais, para esta foto, em frente ao prédio da Prefeitura localizada na esquina das ruas Baraldi e Rio Grande do Sul.

Ângelo Raphael Pelegrino foi eleito prefeito de São Caetano do Sul nas eleições de 13 de março de 1949 e tomou posse em 4 de abril do mesmo ano. Suas primeiras realizações destacaram-se nas áreas de Saúde, Educação, Esportes e Serviço Social. Realizou obras de infra-estrutura como calçamento de ruas, redes de água e esgoto, criação e instalação da Garagem Municipal, do Tiro de Guerra, do Serviço de Trânsito, entre outros departamentos necessários para a estrutura e crescimento de uma cidade.



Grupo de danças folclóricas Kyiv no palco da Sociedade Ucrâniano-Brasileira Unificação de São Caetano do Sul (foto de 1969).

UCRANIANOS – Foi realizada, no Museu Municipal, a exposição *A presença ucraniana em São Caetano*. A mostra homenageou a Sociedade Ucrâniano-Brasileira Unificação, que completou 50 anos em 1999. Com 23 imagens e objetos representativos da cultura ucraniana, a exposição mostrou a trajetória desses imigrantes que começaram a chegar ao Brasil no fim do século XIX.

Entre 1922 e 1930, chegaram os imigrantes vítimas da Primeira Guerra Mundial e da guerra civil travada na Rússia, e foram assentados no Estado de São Paulo; muitos escolheram São Caetano do Sul para fixar residência e iniciar uma nova vida. Foi então criada a Sociedade Ukrainski Narodni Soiuz (União Popular Ucraniana), hoje chamada de Sociedade Ucrâniano-Brasileira Unificação.

São Caetano é motivo de orgulho na avenida

A escola de samba Unidos de São Lucas passou para o grupo especial das escolas de samba de São Paulo com um enredo homenageando São Caetano do Sul. Com o tema São Caetano, Brasil 500 anos - Viva a vida, os 1.500 componentes da escola fizeram uma ótima apresentação no sambódromo do Anhembi pelo desfile do grupo 2 no Carnaval deste ano.

Os cinco carros alegóricos e as 15 alas da escola contaram a história da cidade desde o surgimento, a colonização e a instalação das indústrias até os dias atuais. Símbolos do município como o Monumento aos Imigrantes, o Monumento ao Desenvolvimento Econômico e a estátua de São Caetano foram representados nos carros alegóricos.

O presidente da escola, Marcos César Politi, disse que escolheu São Caetano como tema pois considera a cidade como um modelo para outras: “*Escolhemos homenagear esta cidade, porque ela é um modelo para muitas outras. Dá exemplos de como oferecer condições totais de educação*

e saúde”. Quem se sentiu muito feliz com essa homenagem foi o prefeito de São Caetano, Luís Tortorello. Ele disse que a Unidos de São Lucas tornou a cidade conhecida para milhares de pessoas. *Não é qualquer cidade que tem o privilégio de ser homenageada no Carnaval, uma grande festa popular, que concentra mi-*

Recreativo Cultural Social Escola de Samba Unidos de São Lucas.

Em 1995, já com o atual presidente, a escola conseguiu uma quadra para ensaios e confecções das fantasias e carros alegóricos. Desfilando no grupo 2 do Carnaval oficial de São Paulo durante muitos anos, a Unidos de São Lucas, a partir de agora, estará empenhada em conquistar o campeonato em 2001. A escola Unidos de São Lucas é composta pelos seguintes membros: presidente, Marcos César Politi; vice-presidente, Mauro Jorge Politi; 1º tesoureiro, Ademar Reges; 2º tesoureiro, Anélio de Castro; 1ª secretária, Maristela do Amaral Freitas; 2ª Secretária, Vanderly M. Nicolau; Diretor social, Ademir Carneiro;



lhares de pessoas, comemorou o chefe do executivo.

A história da Unidos de São Lucas teve seu início no dia 22 de agosto de 1980, quando o antigo Bloco Unidos do São Cristóvão, formado inicialmente por um grupo de rapazes que nos fins-de-semana se reuniam para jogar bola e batucar, tornou-se o Grêmio

Diretor Geral, Marcos José Freitas; Diretor de Harmonia, Sebastião S. Francisco; Diretor de Bateria, Mestre Pelé; Diretor de Supervisão de Alas, Mauro Dartiballi; 1º Mestre Sala, Antônio Marcos; 1º Porta Bandeira, Susana; 2º Mestre Sala, João Paulo; 2º Porta Bandeira, Carla; Coreógrafa, Cláudia Politi.





Memória Fotográfica

Acervo: Fundação Pró-Memória



Mário Dal'Mas, de antiga e tradicional família de São Caetano do Sul, é engenheiro formado pelo Mackenzie. Foi sempre um ativo participante da vida cultural da cidade, sendo o segundo presidente da Acascs-Associação Cultural e Artística de São Caetano do Sul. Dedicou-se também ao teatro, participando de dezenas de espetáculos. Nesta foto, de 22 de março de 1980, aparece na peça *A Guerra mais ou menos Santa*, com o grupo Labore de teatro. Da esquerda para a direita: Mário Dal'Mas, Isabel da Silva, Wanderlei Mazzucato e Sandra R. Bers

A Rádio Cacique, sempre na tentativa de proporcionar aos sancaetanenses inúmeras novidades, trazia em seus programas, artistas de real destaque no cenário radiofônico, não só paulista mas também brasileiro. Na foto, vemos a dupla Xerem e Bentinho que se apresentou num dos últimos programas de auditório da Cacique, em 6 de Junho de 1959

Acervo: Fundação Pró-Memória



Acervo: Fundação Pró-Memória



Funcionários da Prefeitura Municipal trabalham na colocação de guias e sarjetas na rua Antonio Bento, entre a Avenida Dr. Augusto de Toledo e a Rua Américo Brasiliense. No final da rua, aparecem as antigas instalações da Usina Colombina e do Lanifício São Paulo, na rua Luiz Gama, em área hoje pertencente à General Motors do Brasil. Este trabalho foi executado na primeira administração do prefeito Anacleto Campanella (1953-1957). As casas à direita foram demolidas para a construção da Eepsg Coronel Bonifácio de Carvalho



A loja Mercantil São Caetano localizava-se na esquina da Avenida Conde Francisco Matarazzo com a Rua Manoel Coelho. Era propriedade de João Apolinário que, por convicções religiosas, não abria o estabelecimento aos sábados. Ele adquiriu o estabelecimento em 1959, e era um entusiasta na promoção de concursos em parceria com o *Jornal do Lar*, cujos prêmios eram um televisor Philco ou um refrigerador Gelomatic. A foto da fachada da loja é de Setembro de 1960



No dia 16 de Outubro de 1960, a cantora Inezita Barroso visitou São Caetano do Sul para os ensaios de um espetáculo folclórico em conjunto com o coral da Acascs-Associação Cultural e Artística de São Caetano do Sul, que seria realizado no dia 22 de Outubro. A visita foi registrada nesta foto, onde aparecem da esquerda para direita: Gilberto Toni, presidente da Acascs, Inezita Barroso, (?), Mafalda Lorenzini, Padre Ezio Gislimberti, e o maestro do coral, Roberto Manzo

Acervo: Fundação Pró-Memória

Acervo: Fundação Pró-Memória

Diretoria da Associação Comercial e Industrial de São Caetano do Sul, em 1964, na inauguração da sede própria, na rua Rio Grande do Sul. Da direita para a esquerda: 1-(?), 2-Antonio Aversam, 3-Alarico Sukaldonik, 4-Agostinho Chueka Menthen, 5-Claudio Perrella, 6-Gentil Monte, 7-Maurício Hoffman, 8-George Cristofe, 9-Luiz Colognesi, 10-Mario Rodrigues (Mariva), 11-Ildefansor Mercado





A instalação dos parquímetros na década de 70 provocava a curiosidade dos pedestres, que paravam para observar a novidade, na rua Santa Catarina, em frente à papelaria Pacheco



Acervo: Fundação Pró-Memória

O radialista Enzo de Almeida Passos, à direita, dirigia um programa de auditório da Rádio Cacique, localizada na rua Santa Catarina, 97, chamado *Telefone Pedindo Bis* de grande audiência em São Caetano. Nesta foto, de 30 de maio de 1959, em um dos seus últimos programas, ele aparece ao lado do famoso humorista da Rádio Nacional, o Cabo Pitanga

Acervo: Raimundo da Cunha Leite

Em 1948, o ex-prefeito Raimundo da Cunha Leite, quando jovem, praticava Pugilismo no General Motors Esporte Clube e disputou o torneio dos Novíssimos, patrocinado pelo jornal *A Gazeta Esportiva*. Na foto, no tablado, da esquerda para direita: Atilio Lofredo (técnico), (?) Buso, Elizer Montenegro, (?), Raimundo da Cunha Leite, Valdemar Zumbano, e o último boxeador da fila é Etoze Nonato, os demais não foram identificados. Em baixo, da esquerda para direita: Pedro Pardo Oller, autonomista em 1948, Benjamim Ruta, (?), (?), Fritz, campeão europeu e técnico do Eder Jofre, Leonardo Sperate, presidente do General Motors Esporte Clube e Taveira, diretor do clube





Fundo do quintal do Armazém de Secos e Molhados, hoje prédio da Fortaleza, rua Santa Catarina, Centro. Foto de 1933. Da esquerda para a direita: Reynaldo Costa(lilo), 2-Waldemar Malerba, 3-Destemido Mazzetti(Mido) e Henry Veronesi



Acervo: Fundação Pró-Memória



Na década de 50, os municípios do ABC uniram-se em torno do líder, Lauro Gomes, para resolver o grande problema do abastecimento de água, com a criação de uma seção do Departamento de Águas e Esgotos (DAE), só para a região. Em função da afinidade política, a Câmara Municipal de São Caetano do Sul outorgou a Lauro Gomes o título de cidadão sancaetanense, no dia 28 de Fevereiro de 1962, aprovando projeto do vereador Jaime da Silva Reis. Na foto, as famílias de Lauro Gomes e Anacleto Campanella confraternizam-se, comemorando o evento. Da esquerda para direita: (?) prima da dona Nenê, Maria Aparecida, filha adotiva de Lauro Gomes, Lavínia Rudge Ramos Gomes de Almeida (dona Nenê), Aracy Torres Campanella, Lauro Gomes de Almeida, Anacleto Campanella e seus filhos, Aduino Cleto Campanella e Mariza Campanella. O local da foto é o antigo Bosque do Povo, atual Cidade das Crianças

Acervo: Fundação Pró-Memória



Foto de 25 de Julho de 1954, durante a sessão solene de inauguração do Hospital São Caetano. Na mesa diretora, da esquerda para direita: Ângelo Cianfarani, (?), Anacleto Campanella, Fioravante Zampol, Lauro Gomes de Almeida, Aracy Campanella, Olga Montanari de Melo, Sizima de Souza, Nicolau Tuma, Paulo de Oliveira Pimenta e Otávio Tegão. Em pé: Jacob João Lorenzini, Walter Tomé, Antonio Russo(locutor oficial), Bruna Cassetari Ricci, Ernesto Chiochetti, Daniel Giardulo e João Cambaúva



No dia 24 de Junho de 1951 foi realizada a primeira comunhão pascal dos funcionários municipais de São Caetano do Sul, na Matriz da Sagrada Família. Na foto, aparecem algumas funcionárias públicas , da esquerda para direita: Albertina O. Rezende, Escolástica O. Rezende, Ivone Maria O. Rezende, Joana Markowic, Santina Cardieri, Maria de Lourdes Oliveira, Irene Martins, Zélia S. Oliveira Rezende, Maria Wany Furlanetto, Celia Negri Bueno, Anita Creso, Arminda Silva e Laura Garcia

Acervo: Fundação Pró-Memória

Praça Frei Caneca, na antiga Vila Lucinda (atual Bairro Fundação) em 1960, na confluência das ruas Humaitá e Herculano de Freitas. A praça foi reurbanizada para a construção do viaduto Independência em 1972



Acervo: Fundação Pró-Memória



No dia 16 de Maio de 1960, às 21h30, um caminhão tanque transportando óleo diesel desceu desgovernado a rampa do viaduto dos Autonomistas e colidiu violentamente com o prédio nº 39 da rua Manoel Coelho, onde funcionava o Cartório do 2º Ofício do Tabelião Luiz Meira



Na década de 50, o vereador Concetto Constantino desenvolveu uma campanha para instalação de rede elétrica no Bairro Santa Maria. Cada morador que contribuía com a campanha recebia um documento confirmando a participação, como este pertencente a José Morales, morador da rua Tibagy



Acervo: Fundação Pró-Memória



6 de Março de 1960: os jogadores do São Cristóvão Futebol Clube foram homenageados pelos diretores do Esporte Clube Vila Bela por sagrarem-se campeões da segunda divisão da Liga de Esportes de São Caetano do Sul, referente ao ano de 1959. Na foto, o goleiro do São Cristóvão, Osvaldo Pinto Albino, abraça o dirigente da Liga, Domingos Chiovani, considerado um grande benfeitor do futebol varzeano da cidade

Em 1959, o quartel do Batalhão da Força Pública do Estado de São Paulo (atual Polícia Militar) estava localizado num sobrado na rua Rio Grande do Sul, nº 261, onde hoje está instalada a agência do Banespa. Da esquerda para direita: Cabo Raimundo, soldado Jeronimo Della Coleta, soldado Trajano, (?), soldado Defeth, (?), soldado Dorly, soldado Cruz, soldado Vicente, (?), (?), soldado Carlos, (?), soldado Osvaldo (Jamanta), (?)

Acervo: Fundação Pró-Memória





Fachada do armazém de secos e molhados Casa Rodrigues-Nova Feira, de 1928, localizado na rua Tiradentes, em parte do terreno depois ocupado pelo Cemitério da Saudade (atual bairro Santa Paula). Aparecem na porta do estabelecimento, Sebastião Rodrigues, de gravata, a esposa Salvadora Rodrigues e as quatro filhas: Dionisia, Salvadora, Rafaela e Bela. Ao lado aparece Irineu (?), coveiro do cemitério. Neste prédio, funcionou durante a década de 40 o famoso armazém Pega-Fogo, da família Rel'Rey

Foto de 1958: aparece de terno claro o ex-prefeito Raimundo da Cunha Leite, na época diretor do Serviço Municipal de Trânsito, multando o dono do caminhão estacionado irregularmente no posto de gasolina da avenida Goiás, em frente ao portão principal da General Motors

Acervo: Fundação Pró-Memória



Acervo: Fundação Pró-Memória



O jardim 1º de Maio da Avenida Goiás, inaugurado em 28 de Julho de 1954, possuía em sua área um obelisco construído em homenagem ao trabalhador. Na época da duplicação da Avenida Goiás, este obelisco desapareceu, ou foi demolido. Esta é uma das raras fotos em que pode-se perceber seus detalhes, e os dizeres: "Jardim 1º de Maio - Homenagem ao Trabalhador - 28 de Julho de 1954"



O Edifício Vitória e o Cine Vitória. Em setembro de 1953 foi inaugurado o Cine Vitória no Edifício Vitória, localizado nas esquinas das ruas Baraldi e Santo Antônio. Este prédio, construído por Vitório Dal'Mas, possui quatro andares, e chegou a abrigar a Prefeitura, a Câmara Municipal, o Fórum, a Biblioteca Municipal e dois clubes: o Clube Comercial e a Acascs (Associação Cultural de São Caetano do Sul). A grande atração do prédio era o cinema, que possuía no saguão uma galeria pública de seis metros de largura por oitenta de comprimento, suficientes para abrigar aproximadamente mil pessoas. A capacidade do cinema era para 2.500 espectadores (incluindo platéia e balcão, depois Cine Vitória I e Vitória II -hoje desativados). O projeto era da marca *Simplex* equipados com lanternas *Peerless* iguais as que existiam nos cines Metro e Marrocos, de São Paulo, considerados os mais sofisticados, na década de 50. A decoração do cinema foi feita pelo cenógrafo italiano Aldo Calvo, responsável pelos cenários do filme *Tico-Tico no Fubá*, e de várias decorações nos teatros de São Paulo. O projeto de construção foi de responsabilidade do Enrique Turola. Foto de 1955



Acervo: Fundação Pró-Memória



Em 1957, durante as comemorações do jubileu de prata - 25 anos do Movimento Constitucionalista de 1932, a Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, junto com os Veteranos de 32, organizou o traslado dos restos mortais do soldado Natal Martinetto, falecido no conflito, e sepultado no Cemitério da Vila Paula (hoje Bairro Santa Paula) para o Mausoléu do soldado constitucionalista do Parque do Ibirapuera, em São Paulo. Nesta foto, aparece o cortejo, precedido pelos soldados de 32, acompanhado pelo Batalhão da Guarda-Civil de São Paulo, do qual Natal Martinetto fazia parte. O local é a Avenida Goiás, próxima à esquina da rua General Osório, ainda em pista única e calçada com paralelepípedos. O prédio ao fundo seria demolido e em seu lugar surgiria a filial do banco São Caetano do Sul, depois Bamerindus, e hoje HSBC

Acervo: Fundação Pró-Memória



Foto da festa das Bodas de Ouro do casal João e Maria D'Agostini, realizada na Igreja Matriz Velha do Bairro Fundação, em 29 de Agosto de 1958. Em pé, da esquerda para direita, os filhos do casal: Martinho, Bernardina, Dino, Amália, Guiomar, Tadeu, Cecília, Bernardo e Alexandre. Sentados: Etoze, Maria D'Agostine, João D'Agostine, e Cezira



A Fundação Anne Sullivan, mantenedora da Escola de Educação Especial, foi dirigida inicialmente pela educadora Nice Saraiva, também idealizadora da escola. Nesta foto de 1969, a professora Nice aparece à esquerda, em primeiro plano, dando informações a Mário Altenfelder, secretário da Promoção Social do Estado de São Paulo, e o prefeito Oswaldo Samuel Massei, acompanhado das esposas, e outros convidados

Acervo: Fundação Pró-Memória

Desde a década de 50 até 1980, funcionou nas esquinas da avenida Conde Francisco Matarazzo e Serafim Constantino a loja de ferragens Casa Weigand, especializada em material de construção e afins. A calçada da rua Serafim Constantino junto à loja era utilizada como ponto de desembarque dos passageiros dos ônibus das linhas urbanas municipais, o que facilitava o acesso a estação ferroviária. O ponto final destas linhas era nos baixos do Viaduto dos Autonomistas. O prédio foi demolido para reurbanização em torno da estação e construção do atual Terminal Rodoviário. Foto década de 70



Acervo: Fundação Pró-Memória



O casarão localizava-se na rua Manoel Coelho. Pertencia à família Fiorotti. Hoje, nesse local situa-se a agência do Banco Itaú. Aparecem também a propriedade dos Ferrari, (duas casas) e a loja de Móveis de Isaac Thimem. Foto de 1961

ISSN 1415 - 3173

